

**André Michelato
Flávio Ramacciotti
Paulo Cesar Aguiar Junior**

Agricultura Familiar no Brasil:

**DADOS E ANÁLISES DO
PERFIL SOCIOECONÔMICO
(2006-2017)**



OBSERVA
OBSERVATÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR

**CADERNOS OBSERVA
VOLUME 3**

André Michelato
Flávio Ramacciotti
Paulo Cesar Aguiar Junior

Agricultura Familiar no Brasil:
dados e análises do perfil socioeconômico
(2006-2017)

Cadernos Observa
Volume 3



Universidade Federal do Espírito Santo

Centro de Ciências Humanas e Naturais



O Observatório da Agricultura Familiar tem como missão produzir, sistematizar, analisar e disseminar dados e informações sobre a agricultura familiar, de forma a dar visibilidade ao seu papel no desenvolvimento rural, fornecendo subsídios à pesquisa e à formulação de políticas públicas.

Coordenador

Prof. Dr. André Michelato – Doutor em Sociologia, Professor e Pesquisador na Universidade Federal do Espírito Santo

Analista de Dados

Flávio Ramacciotti – Cientista Social/UFES

Geógrafo

Ms. Paulo Cesar Aguiar Júnior – Geógrafo e Doutorando em Geografia/UFES

Revisora Textual

Ágatha Silva de Andrade – Graduada em Letras Português/UFES

Nos sigam nas nossas redes sociais

<https://www.observaagriculturafamiliar.com/>

Instagram: @observaagriculturafamiliarbr

e-mail: observaagriculturafamiliar@gmail.com

© dos autores
1ª edição: 2024

ISBN 978-65-01-21497-9
DOI 10.29327/5446256

Título
Agricultura Familiar no Brasil: dados e análises do perfil socioeconômico
(2006-2017)

Autores
André Michelato
Flávio Ramacciotti
Paulo Cesar Aguiar Junior

Editoração
Observatório da Agricultura Familiar

Coleção
Cadernos Observa

Fascículo
Volume 3

Endereço
Avenida Fernando Ferrari, 514. Bairro Goiabeiras. Município de Vitória.
Estado do Espírito Santo. Brasil.

Formato PDF (Ebook) e EPUB

Palavras Chave
Agricultura Familiar; Sociologia Rural; Espírito Santo (Estado);
Desenvolvimento Rural.

Apoio e Fomento
Fundação de Apoio à Pesquisa do Espírito Santo
Projeto 837/2023 FAPES

Sumário

<u>Quem somos: O Observatório da Agricultura Familiar</u>	<u>5</u>
<u>Apresentação</u>	<u>7</u>
<u>A Agricultura Familiar: conceito e definição</u>	<u>9</u>
<u>Notas Técnicas</u>	<u>14</u>
<u>Mapa Político do Brasil</u>	<u>16</u>
<u>Capítulo 1: Pessoal Ocupado na Agricultura Familiar no Brasil</u>	<u>17</u>
<u>Capítulo 2: Pessoal Ocupado com Relação de Parentesco na Agricultura Familiar no Brasil</u>	<u>31</u>
<u>Capítulo 3: Condição legal em relação às terras – proprietários e não proprietários na agricultura familiar</u>	<u>54</u>
<u>Capítulo 4: Dinâmicas Populacionais na Agricultura Familiar no Brasil – Classe de idade do produtor na agricultura familiar 2006/2017</u>	<u>79</u>
<u>Capítulo 5: O Trabalho Infantil na Agricultura Familiar no Brasil</u>	<u>90</u>
<u>Capítulo 6: Sexo do Produtor/a - Participação das Mulheres no Rural Brasileiro</u>	<u>103</u>
<u>Capítulo 7: Cor ou Raça na Agricultura Familiar no Brasil</u>	<u>125</u>
<u>Capítulo 8: Escolarização na Agricultura Familiar</u>	<u>131</u>
<u>Considerações Finais</u>	<u>139</u>
<u>Anexos</u>	<u>143</u>
<u>Referências Bibliográficas</u>	<u>145</u>

Quem somos: O Observatório da Agricultura Familiar

O Observatório da Agricultura Familiar, vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no Brasil, constitui-se como um núcleo de pesquisa cujo objetivo central é produzir, sistematizar, analisar e disseminar dados e informações relacionadas à agricultura familiar e camponesa. A missão do Observatório é conferir visibilidade ao papel desse setor como agente social no desenvolvimento rural e no sistema agroalimentar, oferecendo subsídios para pesquisas acadêmicas, formulação de políticas públicas e decisões estratégicas de mercado.

Os objetivos principais do Observatório da Agricultura Familiar são os seguintes:

I. Monitorar índices, indicadores e variáveis da agricultura familiar, tanto no Brasil quanto em contextos internacionais, abrangendo as seguintes dimensões:

- Social: características da população, educação, saúde, segurança alimentar, moradia, saneamento, mão de obra/ocupação, renda (agrícola/não agrícola), posse da terra, telefonia/internet e lazer;
- Produtiva: assistência técnica e capacitação, produção agrícola, uso da terra (área e variedades), modelos produtivos (convencional/orgânico), agroindustrialização, maquinário, comercialização, infraestrutura de transporte e crédito agrícola;
- Econômica: contribuição da agricultura familiar ao Produto Interno Bruto (PIB) e valor bruto da produção;

- Ambiental: preservação de áreas permanentes, florestas, recursos hídricos, manejo de agroquímicos, práticas ecológicas de produção, irrigação e métodos de plantio;
- Organizativa: organização sindical, cooperativas, associações e participação institucional.

II. Sistematizar, analisar e divulgar dados e informações sobre a agricultura familiar, produzidos por institutos de pesquisa, órgãos governamentais e organizações não governamentais.

III. Monitorar e analisar dados sobre políticas públicas específicas para a agricultura familiar no Brasil, avaliando sua implementação e impactos.

IV. Avaliar metodologias para a produção de índices e indicadores relacionados à agricultura familiar, com o objetivo de aprimorar as metodologias existentes e propor novas abordagens.

V. Promover e desenvolver pesquisas e pareceres sobre os indicadores e variáveis monitoradas pelo Observatório, contribuindo para o avanço do conhecimento e para o desenvolvimento de estratégias eficazes no setor.

Assim, o Observatório da Agricultura Familiar desempenha um papel crucial ao fornecer uma base sólida de informações que auxilia na compreensão das dinâmicas sociais, produtivas, econômicas e ambientais associadas à agricultura familiar, além de apoiar a construção de políticas públicas e práticas de mercado mais justas e sustentáveis.

Apresentação

Esta série intitulada Cadernos Observa Agricultura Familiar, coordenada pelo Observatório da Agricultura Familiar, tem como objetivo disseminar dados e análises sobre a Agricultura Familiar brasileira, com base na premissa de publicar materiais com simplicidade, mas sem reduzir a complexidade dos dados, possibilitando que não especialistas de qualquer área do conhecimento possam transitar e compreender as informações e dados da agricultura familiar.

Nossa principal forma de comunicação dá-se por meio da exposição de dados secundários organizados em tabelas, gráficos e mapas, complementados com sínteses analíticas, de forma a proporcionar objetividade aos leitores e espaço para construções analíticas próprias sobre a realidade da agricultura familiar a partir dos dados organizados pelo Observa.

Além dos mapas e das análises, os dados organizados e agrupados (em formato de tabela Excel) também estão disponibilizadas para serem utilizadas de forma livre por quaisquer pessoas ou organizações (ver Anexos).

Neste Caderno Observa Agricultura Familiar, volume 3, intitulado “Agricultura Familiar no Brasil: dados e análises do perfil socioeconômico (2006-2017)”, você encontrará dados, mapas e análises sobre a pessoal ocupado, condição legal do

produtor em relação às terras, trabalho infantil, raça e cor, mulheres no rural, escolaridade na agricultura familiar e não familiar no Brasil, com divisão por Estados e regiões.

No mais, desejamos a todas e todos uma ótima leitura e uma bela viagem pelos dados, análises e mapas da Agricultura Familiar brasileira.

A Agricultura Familiar: conceito e definição

O termo agricultura familiar no Brasil é muito recente, teve seu surgimento marcado pela resolução do BACEN (Banco Central do Brasil), número 2.191 de 24 de agosto de 1995, que definiu a agricultura familiar como sendo uma forma de organização que: a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; b) não mantenha empregado permanente; c) não detenha a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais; d) tenha no mínimo, 80% de sua renda bruta anual seja proveniente da exploração agropecuária ou extrativa; e) resida na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos a área de produção/trabalho familiar.

No entanto, vale ressaltar que antes dessa definição, outras denominações para a agricultura familiar predominaram, tais como: sitiantes, caboclos, roceiros, caipiras, peão, produtor/a rural, trabalhador/a rural, agricultores/as, proprietários rurais, entre outros. Nesse contexto, não havia a existência de uma categoria que pudesse reunir e “unificar” tantas denominações em apenas uma, o que era urgente, pois havia a necessidade de que esta forma de agricultura fosse reconhecida pelo Estado para que fossem criadas políticas públicas específicas.

Com a resolução de 1995, a agricultura familiar passa a ser reconhecida e institucionalizada como categoria social, sendo incorporada nas agendas do Estado e

nas políticas públicas. No mesmo ano, sob pressão de movimentos sindicais e populares ligados à agricultura familiar e camponesa, foi criado o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), instituído através da resolução nº 2.191/1995, que proporcionou apoio financeiro, por meio de crédito rural. O PRONAF se tornou uma das principais conquistas em favor do reconhecimento da agricultura familiar como um ator relevante no desenvolvimento brasileiro.

Mas será em 2006, com a aprovação da lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), denominada popularmente como a Lei da Agricultura Familiar, é que o Estado brasileiro institucionalizou definitivamente a agricultura familiar como uma categoria social. Essa lei “estabelece as diretrizes para a formulação para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”, que em seu artigo 3º, define a agricultura familiar como:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II. utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV. dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

No entanto, caracterizar a agricultura familiar exclusivamente através de variáveis objetivas, como as que constam na lei da agricultura familiar, é reduzi-la a uma tentativa de homogeneizar um grupo que tem diversas diferenças, seja do ponto de vista socioeconômico, das formas e tipos de produção, da formação familiar, da

cultura alimentar, das formas de comercialização etc. Assim, a legislação oferece um uso “operacional” de como definir e categorizar o que seria a agricultura familiar, algo importante e necessário, mas que não explicita o que realmente vem a ser a agricultura familiar. Portanto, a agricultura familiar não pode ser compreendida por meio de uma descrição objetiva, pois para além de um estrato social, é um modo de vida, que imprime uma forma de se relacionar com o ambiente, com a natureza, com as expressões econômicas, políticas e sociais.

Uma das definições mais importantes que tivemos no Brasil, deu-se a partir do estudo de cooperação técnica entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/ONU). Segundo esse estudo, agricultura familiar é definida com base em três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA, 2000).

Um pesquisador da agricultura de base familiar, chamado Chayanov (1974), caracterizou a agricultura de base familiar a partir de como se dão as relações interna e externa à unidade de produção, ou seja, a agricultura familiar não é um modo de produção, mas uma forma de como organizar a produção e teria como característica

central a ausência da mais valia. Segundo o pesquisador, tal forma de agricultura caracteriza-se pela especificidade no modo como se estrutura e organiza-se internamente, ou seja, “...o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família, e é familiar a propriedade do estabelecimento” (WANDERLEY, 1998, p. 31). A dificuldade em estabelecer uma diferença significativa entre o mundo do trabalho e o mundo da vida na propriedade familiar, não é tarefa tão simples como no produtor rural de médio e grande porte, cuja mão de obra assalariada se reproduz a partir da lógica da empresa capitalista. Já na agricultura familiar não há uma separação significativa entre a “empresa” e a família, pois o lucro obtido do trabalho físico e mental do agricultor é condição para a reprodução social da família.

Assim como Chayanov, outro importantíssimo pesquisador sobre a agricultura familiar, o canadense Hugues Lamarche (1998), propõe que a agricultura familiar não é uma categoria homogênea, mas tem internamente uma diversidade de formas de reprodução social e econômica. Em uma pesquisa realizada mundialmente, ainda no início da década de 80 do século passado, ele concluiu que a agricultura familiar poderia ser categorizada em quatro diferentes estratos, partindo do princípio de que a organização da produção e do trabalho familiar, assim como a relação da lógica de mercado, influenciam diretamente nas formas da sua reprodução social. Lamarche propõe os seguintes modelos: 1) empresa; 2) empresa familiar; 3) agricultura camponesa; e 4) agricultura familiar moderna.

Diante do exposto, definir e caracterizar a agricultura familiar como algo não

homogêneo é um começo, mas não desvenda as reais características e necessidades para reconhecer a agricultura familiar na sua ampla complexidade.

Para além do conceito do que vem a ser agricultura familiar, é importante contextualizá-la como um ator do desenvolvimento do sistema agroalimentar, responsável por 70% da produção de alimentos que vai para a mesa dos brasileiros, de modo que a agricultura familiar está na base da estrutura do sistema agroalimentar no Brasil. Nesse sentido, o sistema agroalimentar é definido como sendo a cadeia de atividades que vai desde a produção ao consumo de alimentos, formada por diversos agentes e atores sociais e econômicos. Nesse emaranhado de participação para a construção e desenvolvimento do sistema agroalimentar, a agricultura familiar é agente estrutural e estruturante. Desse modo, ter políticas públicas que forneçam condições para a reprodução social da agricultura familiar é possibilitar a ampliação da disponibilidade de alimento para a população urbana. Para tanto, é necessário que o Estado tenha à disposição dados que caracterizam a realidade de forma constante e o mais fidedigna possível e que sejam alvo de análises aprofundadas em constante debate e aprimoramento.

Portanto, os Cadernos do Observatório da Agricultura Familiar tem como objetivo contribuir para desvendar as nuances e complexidades que a agricultura familiar possui, possibilitando a ampliação da base de conhecimento e de análises sobre o mundo rural e contribuindo para que o desenvolvimento rural tenha a agricultura familiar como sujeito.

Notas Técnicas

A base de dados mobilizada para a elaboração do Caderno Observa foi extraída da décima (IBGE, 2006) e décima primeira (IBGE, 2018) edições do Censo Agropecuário organizado pelo IBGE, assim como do Censo Demográfico (IBGE, 2010) das áreas urbanizadas (IBGE, 2019) e das áreas dos municípios (IBGE, 2022), para todos os níveis territoriais analisados.

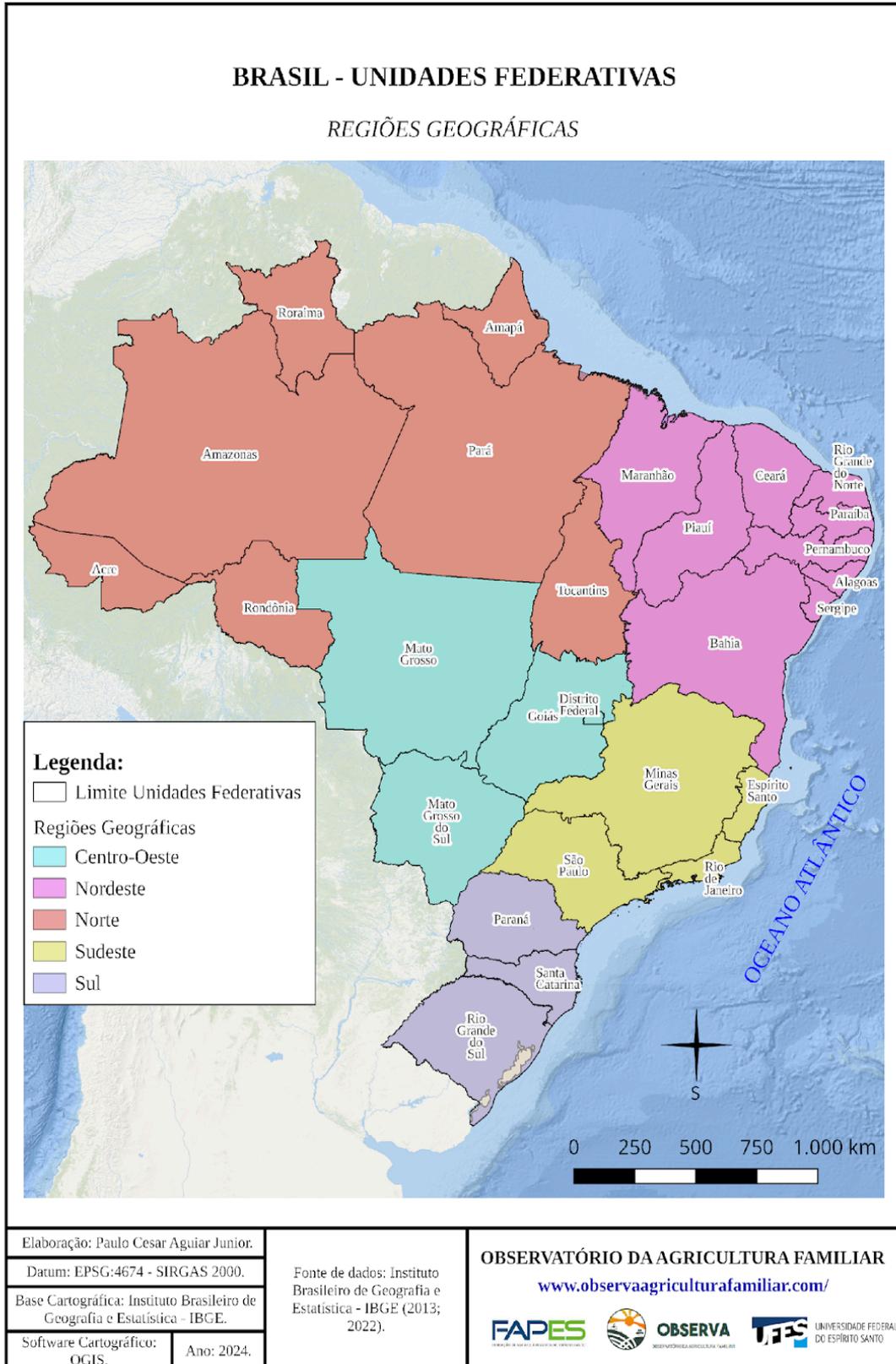
As informações contidas nos Censos são declaratórias, procedimento de coleta que segue padrões internacionais e, na edição de 2017, somam-se orientações do Censo Agropecuário Mundial 2020 (WCA, 2020). Nesse caso, o estabelecimento rural é a unidade central de coleta e, dentre os estabelecimentos, só foram elencadas para os censos as informações fornecidas dos estabelecimentos agropecuários que, como define o IBGE, são:

Toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícola, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família). (IBGE, 2018, p. 17).

O último Censo Agropecuário (IBGE, 2018) realizado no Brasil no ano de 2017, incorporou uma série de atualizações metodológicas em relação ao Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), considerando o Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 e as definições anteriores.

Em relação à metodologia para a elaboração dos mapas coropléticos, foi utilizado o software QGIS, em sua versão 3.36.3-Maidenhead. As bases cartográficas do Brasil foram fornecidas pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Na elaboração dos mapas foi utilizado o método das quebras naturais do algoritmo de jenks como padrão de definição das classes, com ajustes manuais nas legendas.

Mapa Político do Brasil



Capítulo 1: Pessoal Ocupado na Agricultura Familiar no Brasil

Neste capítulo será apresentado os dados e mapas sobre pessoal ocupado na agricultura familiar, a partir da base de dados do Censo Agropecuário/IBGE (2018), de forma a compreendermos e nos aproximarmos da realidade da agricultura familiar no Brasil, nas suas regiões e estados, identificando especificidades e generalidades possíveis de como tem se desenvolvido o mundo do trabalho no rural brasileiro.

No entanto, antes de iniciarmos a apresentação dos dados e mapas, faz-se necessário compreender o que vem a ser pessoal ocupado na agricultura familiar. Segundo o IBGE, no Censo Agropecuário, “pessoal ocupado” se refere a todas as pessoas que participam de atividades relacionadas à exploração agrícola em um determinado estabelecimento. Isso inclui, responsáveis pelo estabelecimento, trabalhadores da família que não necessariamente são remunerados, trabalhadores remunerados permanentes (com vínculo empregatício formal ou informal) e trabalhadores temporários (contratados por safra, por exemplo), além das formas de relação de trabalho denominadas como parceiros e arrendatários. Ou seja, o pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários são estratificados segundo as funções e vínculos de trabalho exercidos¹. Sendo assim, o IBGE considera três critérios principais para

¹ Segundo o IBGE (2017), para fins de estatísticas sobre o pessoal ocupado na agricultura, são

realizar o recenseamento demográfico no rural quando referente a pessoal ocupado: tempo de trabalho (contínuo ou temporário), tipo de vínculo (formal ou informal, remunerado ou não) e função exercida. Vale destacar que a coleta de dados é feita por meio de questionários aplicados face a face diretamente ao responsável pelo estabelecimento, que informa o número total de pessoas ocupadas durante o ano de referência.

Tabela 01: Pessoal ocupado na agricultura familiar e não familiar. IBGE 2006-2017.

Região	Agricultura Não Familiar 2017	Agricultura Familiar 2017	Diferença Absoluta do Total - 2006-2017	Diferença Percentual do Total - 2006-2017	Diferença Absoluta - Não Familiar 2006 e 2017	Diferença Percentual - Não Familiar - 2006-2017	Diferença Absoluta - Familiar - 2006-2017	Diferença Percentual - Familiar - 2006-2017
Norte	447.537	1.562.754	354.642	21,42	175.528	64,53	179.114	12,95
Nordeste	1.668.094	4.708.670	-1.322.374	-17,18	334.207	25,06	-1.656.581	-26,03
Sudeste	1.516.681	1.670.696	-95.672	-2,91	32.567	2,19	-128.239	-7,13
Sul	724.576	1.616.290	-579.579	-19,85	48.478	7,17	-628.057	-27,98
Centro-Oeste	632.678	557.149	179.903	17,81	153.691	32,09	26.212	4,94
Brasil	4.989.566	10.115.559	-1.463.080	-8,83	744.471	17,54	-2.207.551	-17,91

Fonte: IBGE, 2018.

Entre os anos de 2006 e 2017, o rural brasileiro passou por significativas transformações em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários. De maneira geral, houve uma redução no total de pessoas ocupadas, caindo de 16.568.205 em 2006 para 15.105.125 em 2017, o que representa uma diminuição de 1.463.080 pessoas, ou 8,83% (ver [Anexo 01](#)).

Essa queda, no entanto, não ocorreu de forma homogênea. A agricultura familiar, que historicamente desempenha um papel central no Brasil, viu sua força de trabalho

contabilizadas as pessoas a partir de 14 anos de idade. Isso segue as diretrizes legais brasileiras relacionadas ao trabalho, como estabelecido na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

reduzir-se de 12.323.110 pessoas em 2006 para 10.115.559 em 2017, uma diminuição de 2.207.551 pessoas, o que equivale a uma redução de 17,91%. Este declínio aponta para uma retração significativa no número de trabalhadores envolvidos diretamente com a agricultura familiar.

Por outro lado, a agricultura não familiar cresceu de 4.245.095 em 2006 para 4.989.5 pessoas ocupadas, o que corresponde a um crescimento de 17,54%.

No que se refere às regiões brasileiras e a dinâmica de pessoas ocupadas na agricultura familiar, a região Norte destacou-se positivamente, com um aumento de 179.114 pessoas no período, o que representa um crescimento de 12,95%. Esse aumento pode estar relacionado à expansão de áreas produtivas, principalmente sobre a Amazônia Legal, e ao impacto de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. A região Centro-Oeste também apresentou um pequeno crescimento no número de pessoas ocupadas na agricultura familiar, com um aumento de 26.212 pessoas (4,94%), o que sugere uma certa estabilidade na agricultura familiar, apesar da predominância da agricultura não familiar nesta região. Em contraste, a região Nordeste sofreu a maior perda absoluta e percentual no número de pessoal ocupado na agricultura familiar, com uma redução de 1.656.581 pessoas (-26,03%). Esta diminuição pode estar relacionada a problemas estruturais enfrentados pela agricultura familiar na região, como as secas prolongadas, a limitada infraestrutura pública, além da forte pressão pela compra de terras por grandes empresas e proprietários de terras. As regiões Sul e Sudeste também registraram quedas expressivas no número de pessoal ocupado na agricultura familiar. No Sul,

houve uma diminuição de 628.057 pessoas (-27,98%), enquanto no Sudeste a queda foi de 128.239 pessoas (-7,13%).

Em relação a dinâmica de pessoal ocupado da agricultura familiar nos estados brasileiros apresentou variações e irregularidades em termos de pessoal ocupado entre 2006 e 2017 (ver [Anexo 02](#)). Enquanto alguns estados registraram crescimento no número de pessoal ocupado, outros apresentaram significativa redução.

O estado de Roraima destacou-se como o de maior crescimento percentual de pessoal ocupado na agricultura familiar, com um aumento de 105,03%, passando de 24.918 pessoas em 2006 para 51.090 pessoas em 2017. Outro estado com crescimento significativo foi o Amapá, com um aumento de 131,63%, ainda que o número absoluto de pessoal ocupado tenha sido relativamente pequeno (de 10.386 pessoas para 24.057 pessoas). Além disso, o estado do Acre apresentou um crescimento absoluto de 18.021 pessoas (21,66%).

Entre os estados que apresentaram redução de pessoal ocupado mais acentuada na agricultura familiar, foi o estado do Maranhão, que sofreu a maior queda absoluta, com uma diminuição de 310.653 pessoas (-36,21%). O Ceará também teve uma queda significativa, com uma redução de 282.503 pessoas (-29,15%). Outros estados que registraram quedas significativas foram o Paraná (-248.349 pessoas, -31,68%) e o Rio Grande do Sul (-274.965 pessoas, -27,73%).

De maneira geral, os estados da região Norte, como Roraima, Amapá e Acre, registraram os maiores crescimentos de pessoal ocupado proporcionais na agricultura familiar, devido ao processo de expansão de áreas agricultáveis. Por outro lado, os

estados do Nordeste e da região Sul, como Maranhão, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul, experimentaram as maiores quedas, o que pode estar relacionado a dificuldades estruturais, como seca e modernização da agricultura, que impactaram negativamente na reprodução social da agricultura familiar.

Por outro lado, a agricultura não familiar experimentou um crescimento significativo em todas as regiões do Brasil no mesmo período. A região Norte apresentou o maior crescimento proporcional no número de pessoal ocupado na agricultura não familiar, com um aumento de 175.528 pessoas, o que corresponde a um crescimento de 64,53%. Esse incremento pode estar diretamente relacionado à expansão das fronteiras agrícolas e da ocupação da Amazônia Legal.

A região Centro-Oeste apresentou um crescimento da ordem de 153.691 de pessoal ocupado na agricultura não familiar no período de 2006 a 2017, representando um aumento de 32,09%. Esse crescimento acompanha o avanço das atividades intensivas em capital, como a produção de grãos e carne bovina. O Nordeste também registrou um crescimento relevante, com mais 334.207 de pessoas ocupadas em estabelecimentos não familiares (25,06%), mesmo em uma região tradicionalmente marcada pela agricultura familiar.

Nas regiões Sul e Sudeste, o crescimento foi mais moderado. No Sul, houve um acréscimo da ordem de 48.478 (7,17%) de pessoas ocupadas na agricultura não familiar, enquanto no Sudeste o aumento foi de 32.567 pessoas (2,19%). Esse crescimento mais tímido pode ser explicado pela alta mecanização e industrialização dessas regiões, que já possuem uma agricultura consolidada.

Em relação à dinâmica de pessoal ocupado na agricultura não familiar nos estados brasileiros, evidenciou-se o maior crescimento percentual no estado de Roraima, com um aumento de 248,07%, passando de 4.591 pessoas em 2006 para 15.980 pessoas em 2017. O estado do Amapá também registrou um crescimento de 159,91%, seguido do estado do Amazonas, com um aumento de 134,44%. Alguns estados, no entanto, registraram diminuições na agricultura não familiar, como foi o caso do estado do Paraná e São Paulo, que apresentaram reduções de 22.107 pessoas (-6,63%) e 31.210 pessoas (-5,35%), respectivamente.

Essas análises mostram uma clara distinção entre as regiões que estão expandindo sua ocupação no setor agropecuário familiar e não familiar, com destaque para o crescimento na região Norte e o declínio em estados do Nordeste e Sul, onde o impacto de fatores econômicos e ambientais pode ter sido mais forte.

As principais conclusões indicam:

- Queda geral na agricultura familiar: houve uma redução significativa no número de pessoas ocupadas na agricultura familiar no Brasil, especialmente nas regiões Nordeste e Sul. No entanto, a agricultura familiar ainda emprega mais pessoas que a não familiar no Brasil, apesar de ocupar 1/4 das terras disponíveis.
- Crescimento da agricultura não familiar: apresentou crescimento considerável, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde há expansão da fronteira agrícola, forte pressão sobre a abertura de terras para agricultura na Amazônia Legal e aumento da produção de

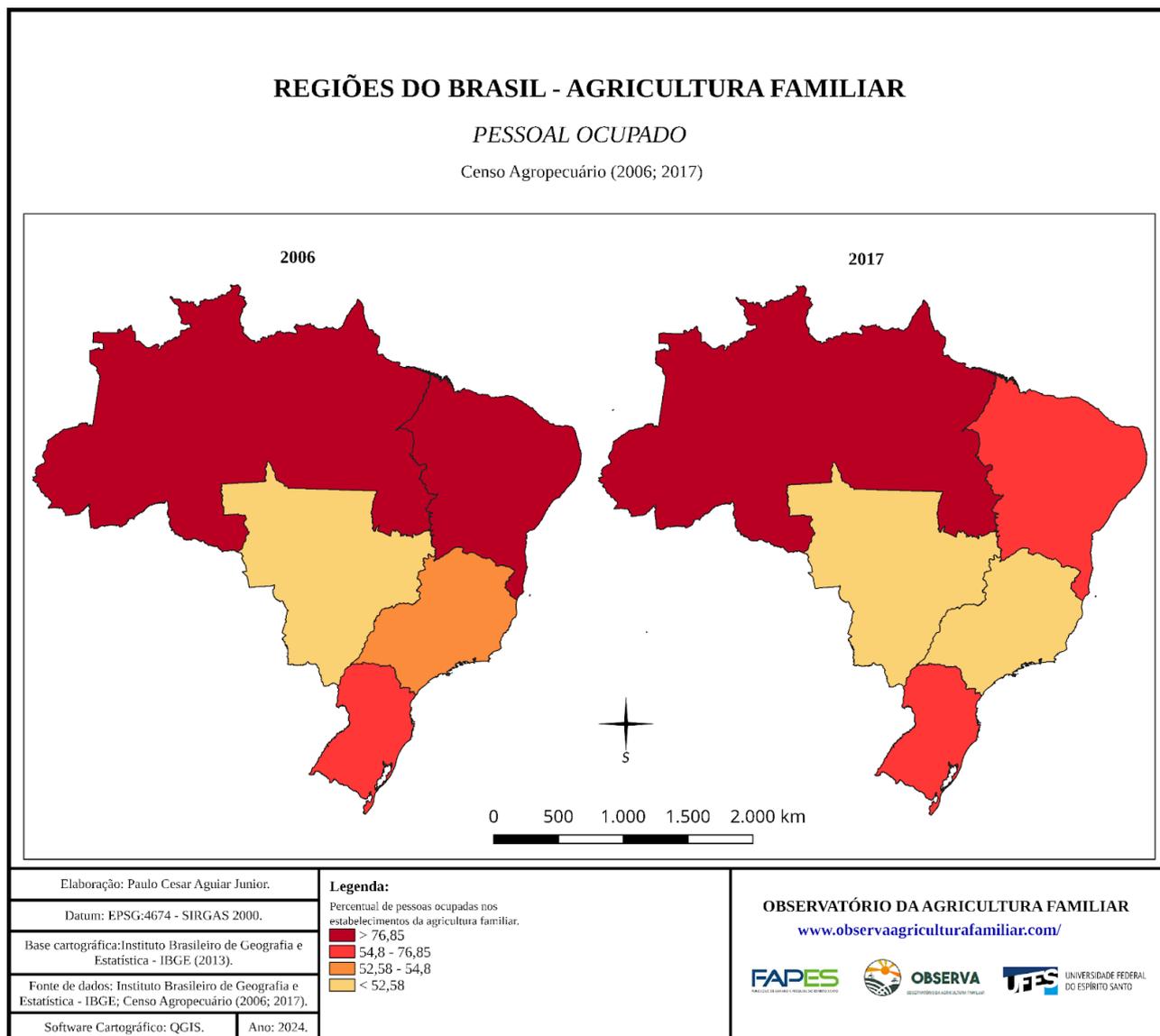
commodities. Isso indica uma tendência de mecanização e concentração de terras, com intensificação produtiva via monoculturas para exportação, impactando a médio e longo prazo na disponibilidade e no custo da alimentação da população brasileira.

- O impacto das transformações variou entre as regiões:
 - Região Norte: a única região com aumento do pessoal ocupado tanto na agricultura familiar quanto na não familiar, refletindo a expansão da fronteira agrícola e ocupação da Amazônia Legal;
 - Regiões Nordeste e Sul: as regiões mais afetadas pela redução do pessoal ocupado na agricultura familiar, sugerindo êxodo rural, seja em função da concentração de terras, dos efeitos do aumento dos custos da produção agrícola e da competitividade de preços dos alimentos.
- Heterogeneidade regional: a nível estadual, há uma grande variação. Estados do Norte, como Roraima e Amapá, apresentaram crescimento acentuado no número de pessoal ocupado na agricultura não familiar, enquanto estados como Maranhão, Ceará e Rio Grande do Sul enfrentaram quedas significativas na agricultura familiar. O declínio nesses estados pode estar relacionado à concentração fundiária e à mecanização.

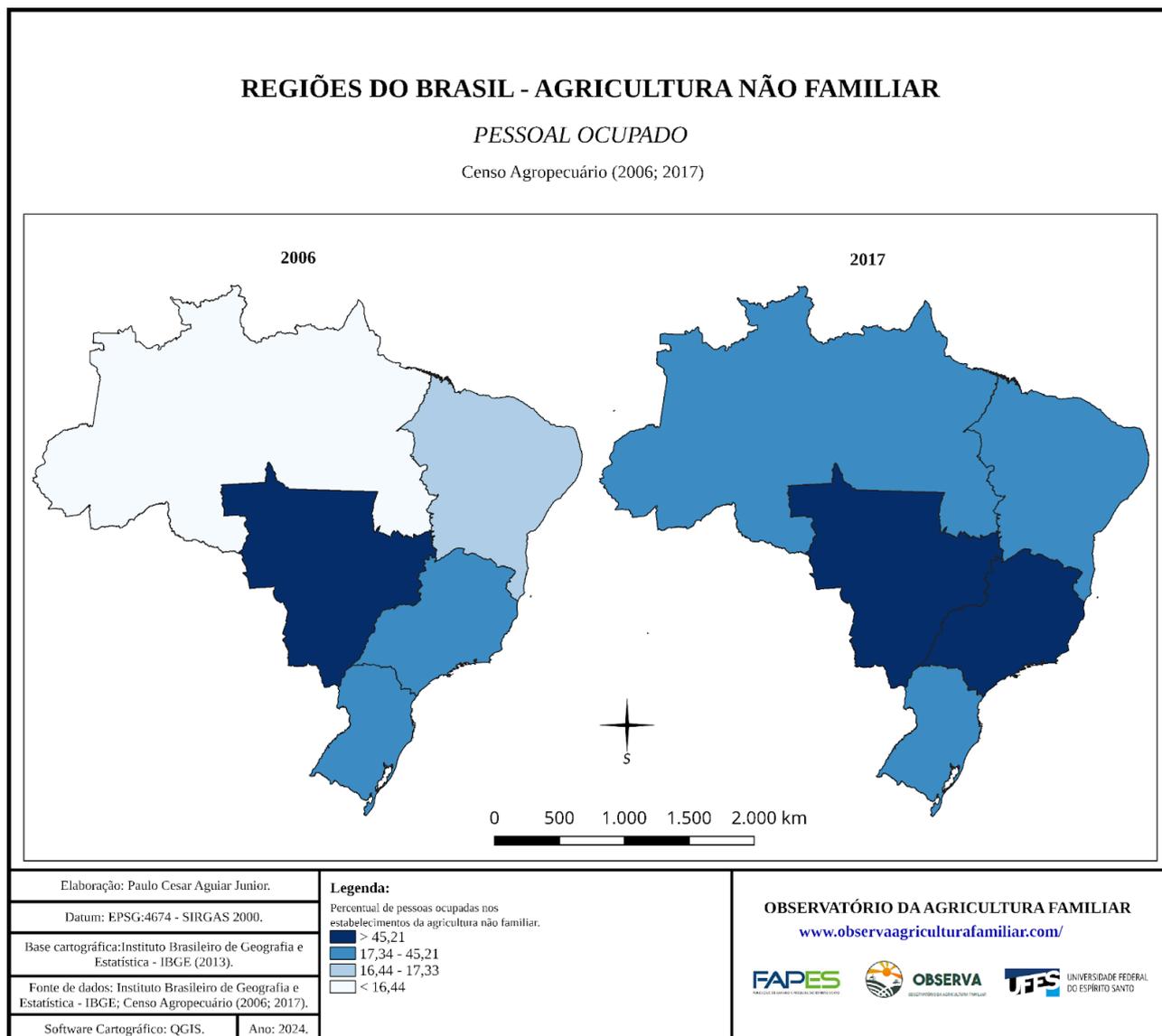
Essas tendências apontam para uma reorganização do trabalho rural no Brasil, com o fortalecimento da agricultura não familiar e a diminuição da agricultura familiar, particularmente nas regiões onde ela tradicionalmente predomina.

Esse cenário coloca em evidência a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e voltadas para a sustentabilidade social e econômica da agricultura familiar. A valorização da agricultura familiar, ampliação e expansão do crédito agrícola e fundiário e o fortalecimento da infraestrutura rural são essenciais para garantir a reprodução social. Sem essas mudanças, o Brasil corre o risco de agravar ainda mais as desigualdades no campo, perpetuando um modelo de desenvolvimento rural excludente e concentrador de riquezas, além de intensificar a tendência de inflação dos alimentos para os próximos anos.

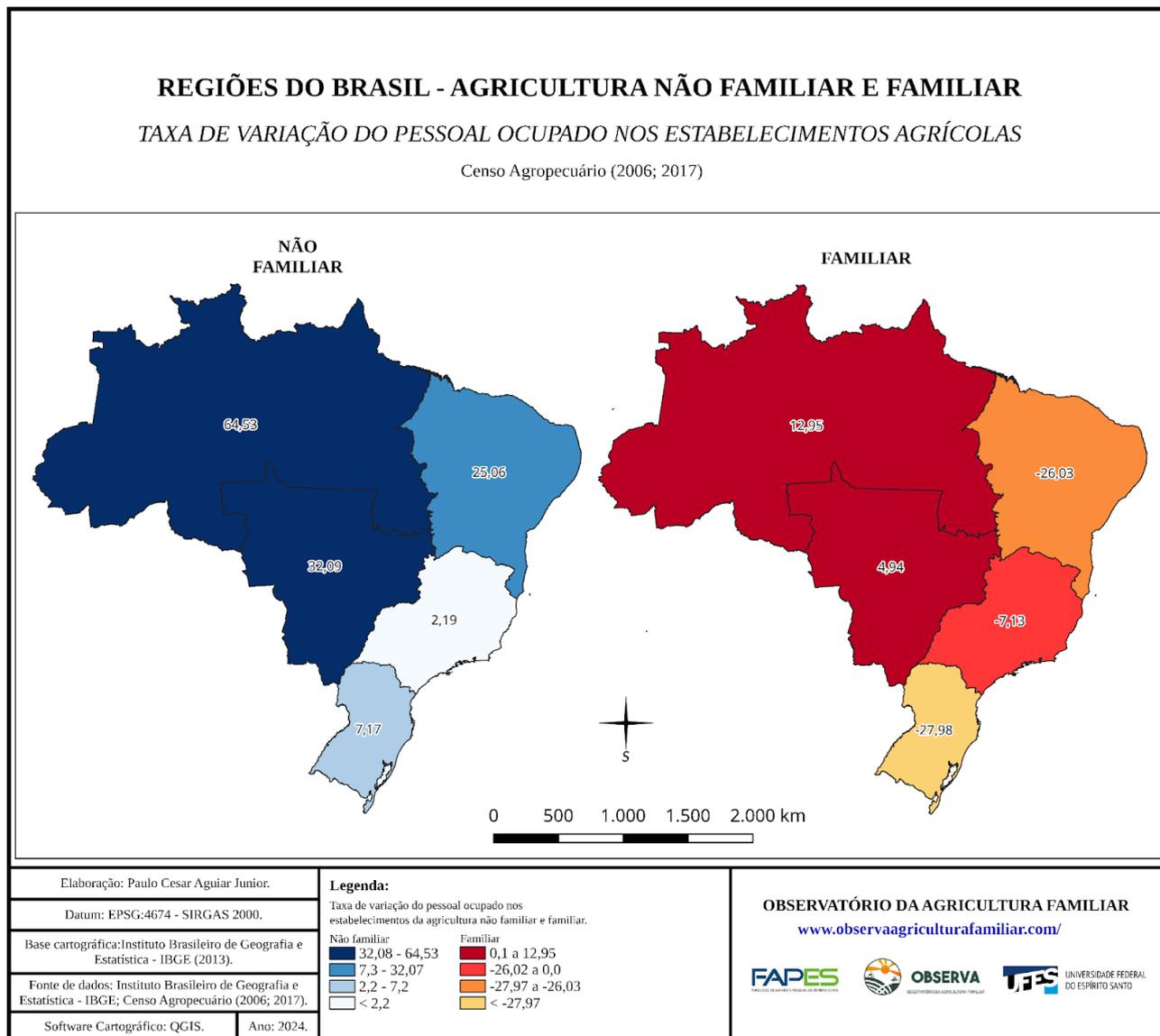
Mapa 01: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar por região no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



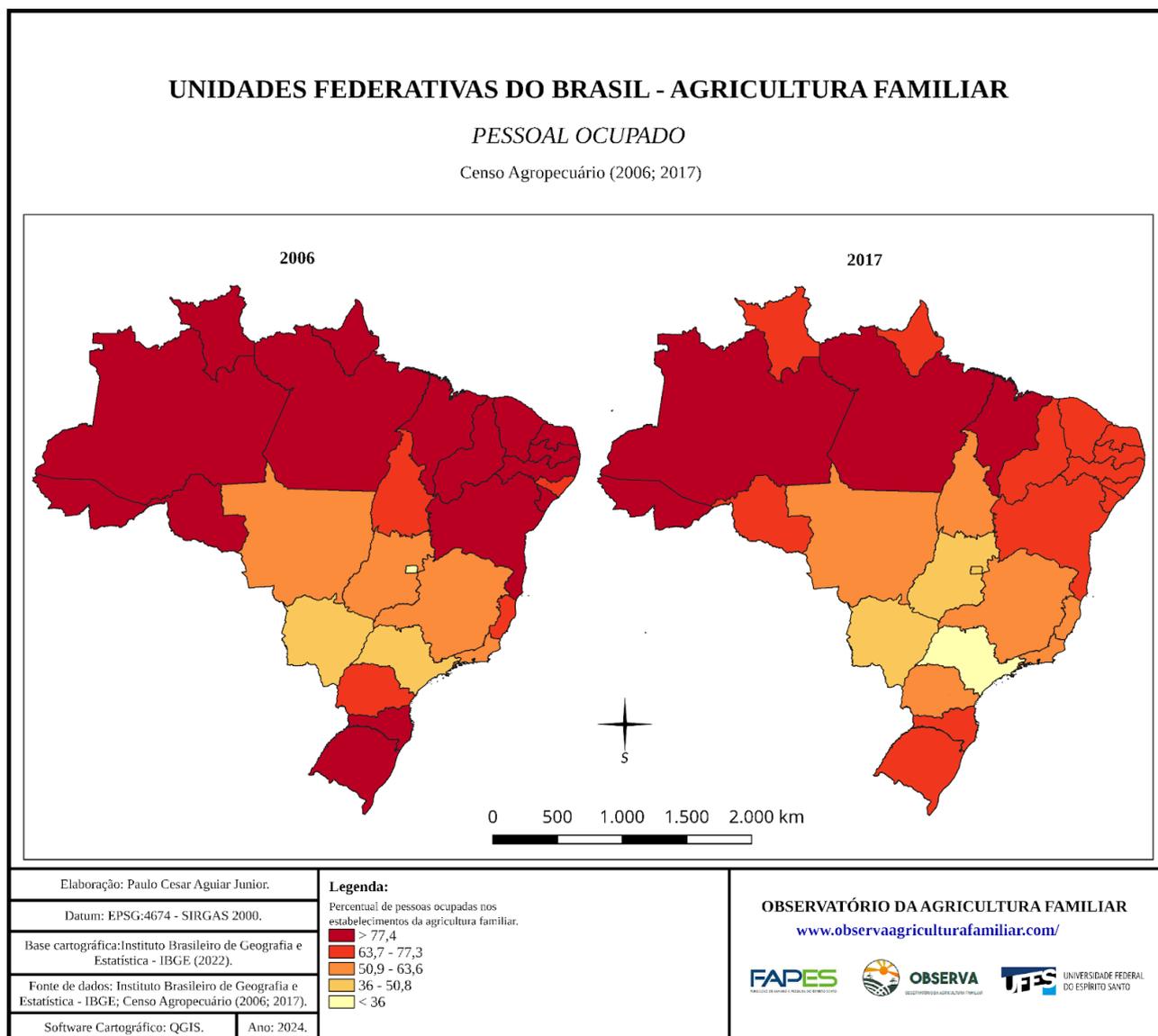
Mapa 02: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar por região no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



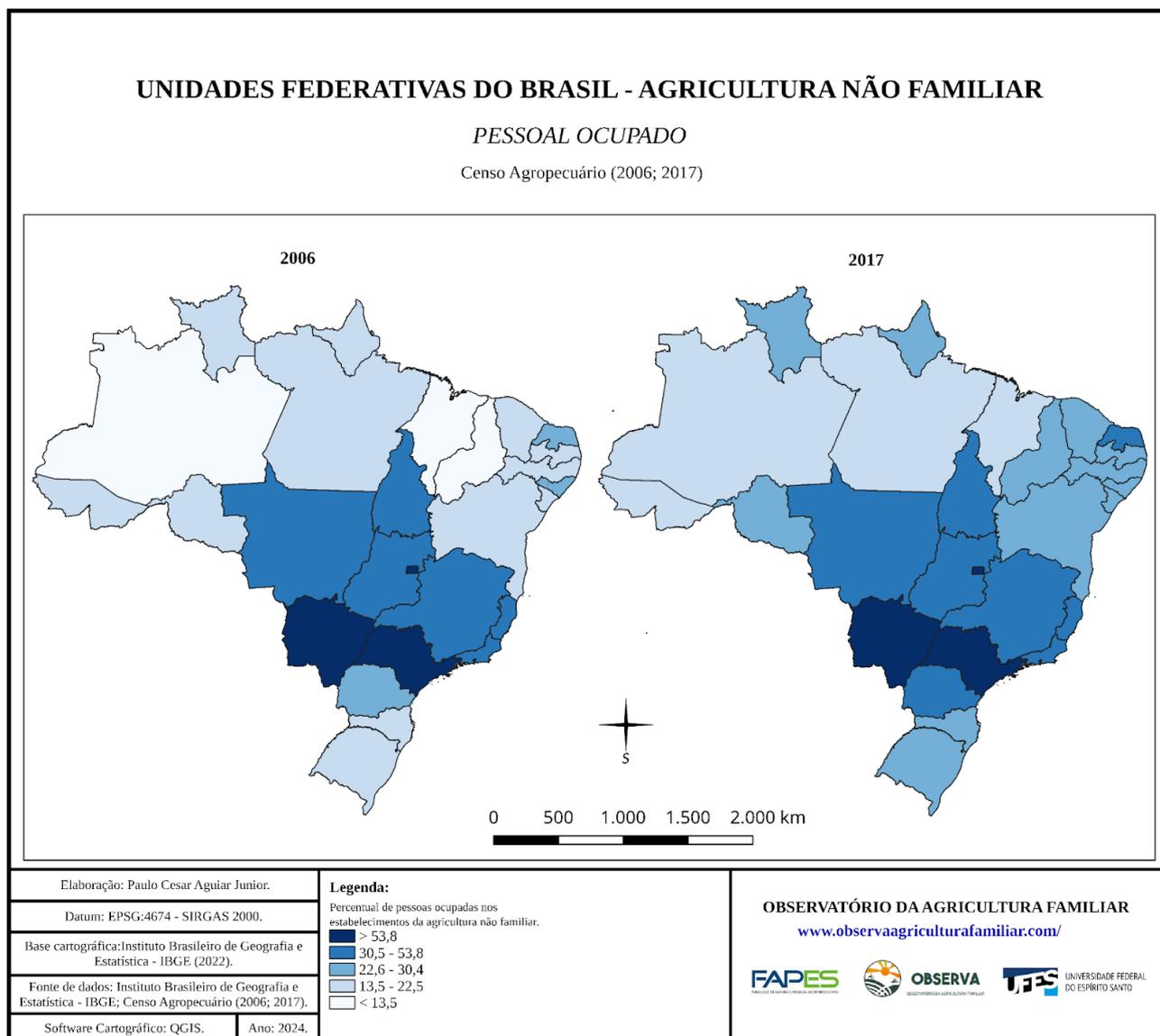
Mapa 03: Taxa de Variação de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar por região no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



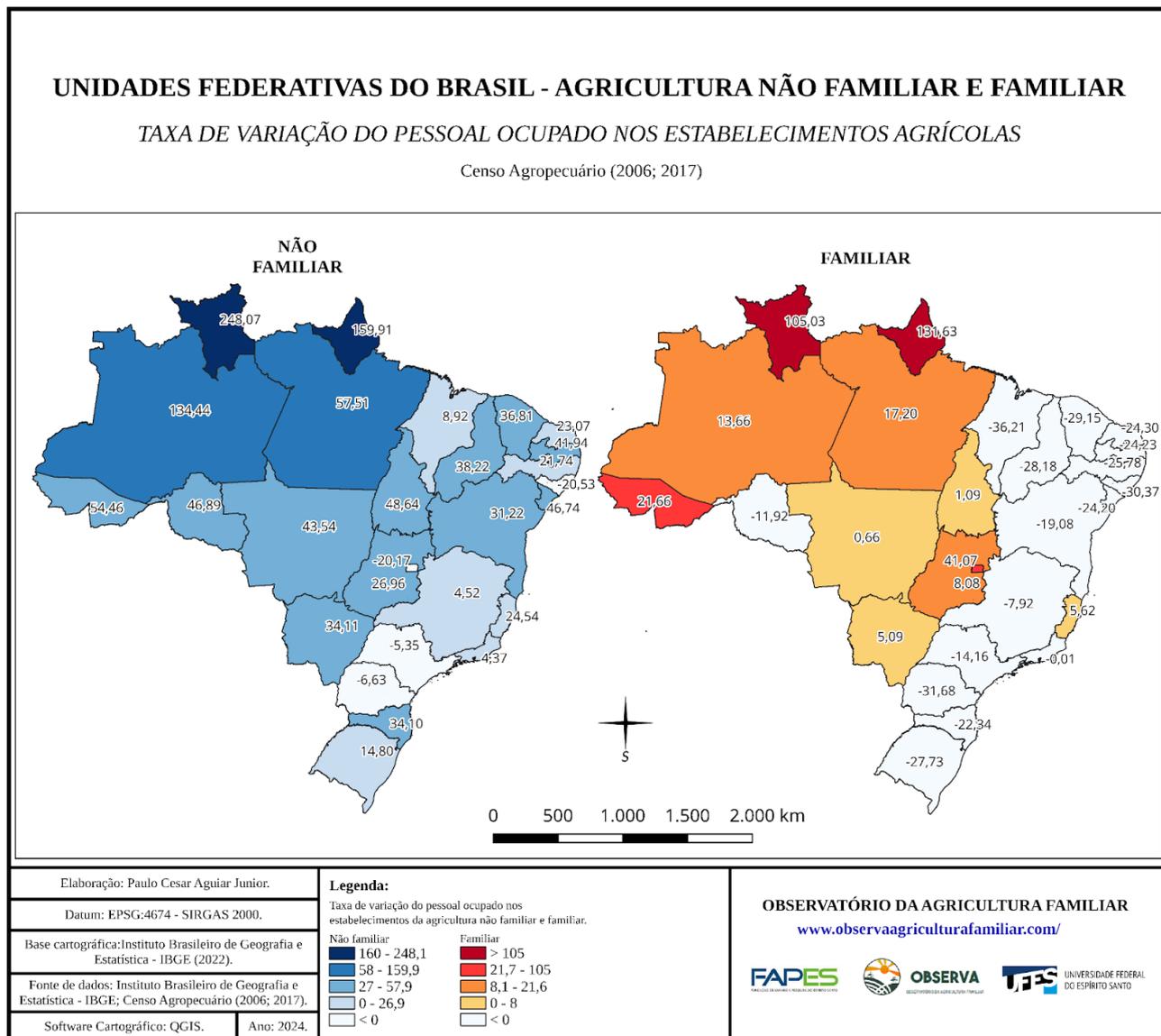
Mapa 04: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Mapa 05: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Mapa 06: Taxa de Variação de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar por estado no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Capítulo 2: Pessoal Ocupado com Relação de Parentesco na Agricultura Familiar no Brasil

O termo "pessoal ocupado com relações de parentesco" refere-se ao número de trabalhadores que estão envolvidos em atividades produtivas e que possuem algum grau de parentesco com o/a responsável pela unidade de produção ou empresa.

Em contextos como o da agricultura familiar, o "pessoal ocupado com relações de parentesco" normalmente inclui membros da família (como o cônjuge, filhos, pais, irmãos e outros parentes próximos) que trabalham na propriedade ou empreendimento sem necessariamente receber um salário formal. Esse tipo de mão de obra é característico da agricultura familiar, onde a gestão e o trabalho estão diretamente associados aos laços familiares.

Em resumo, o pessoal ocupado com relações de parentesco é composto por indivíduos que desempenham atividades econômicas em uma empresa, propriedade ou unidade de produção e que, ao mesmo tempo, têm uma relação de parentesco com o proprietário ou responsável, o que pode influenciar o modelo de trabalho e a estrutura de gestão do local.

A agricultura familiar e não familiar apresenta dinâmicas distintas em relação à participação de trabalhadores com laços de parentesco, conforme poderá ser

observado nos dados que apresentaremos neste capítulo.

A análise dos dados sobre o pessoal ocupado na agricultura familiar e na agricultura não familiar, considerando a relação de parentesco e a divisão por gênero entre os anos de 2006 e 2017, revela importantes tendências no mercado de trabalho no rural brasileiro. A análise que será realizada neste capítulo foi realizada com base nos dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2018), nas diferentes regiões do país e no agregado nacional, fornecendo uma visão abrangente das transformações ocorridas ao longo do período 2006 e 2017 (ver [Anexo 7](#) e [Anexo 8](#)).

Homens com Laços de Parentesco no Brasil

No Brasil, em 2006, o número total de homens ocupados na agricultura, com laços de parentesco, foi de 8.291.357. Em 2017, esse número caiu para 7.199.716, mostrando uma redução no total de homens envolvidos nesse tipo de relação de trabalho na agricultura ao longo do período.

- 2006 (Homens com laços de parentesco): 8.291.357 homens.
- 2017 (Homens com laços de parentesco): 7.199.716 homens.
- Variação (2006-2017): -1.091.641 homens (-13,2%)

Para avaliar a participação dos homens no total de pessoas ocupadas com laços de parentesco, podemos observar a proporção de homens dentro do conjunto geral de trabalhadores.

Em 2006, o número total de pessoas ocupadas com laços de parentesco (homens e

mulheres) na agricultura era de 12.801.406, sendo que os homens representavam 68,1% do total de pessoas com laços de parentesco. Em 2017, o número total de pessoas ocupadas com laços de parentesco caiu para 9.227.173, e os homens representaram 78% do total de trabalhadores com laços de parentesco.

Entre 2006 e 2017, houve uma redução significativa no número de homens ocupados com laços de parentesco na agricultura brasileira. Apesar dessa queda em números absolutos, a participação relativa dos homens no total de trabalhadores com laços de parentesco aumentou, passando de 68,1% em 2006 para 78% em 2017. Esse aumento na proporção masculina sugere uma concentração maior da ocupação agrícola entre os homens, mesmo em um contexto de declínio geral no número de pessoas envolvidas nesse tipo de trabalho.

No que se refere aos homens ocupados com laços de parentesco na agricultura familiar no Brasil, o número total de homens ocupados foi:

- 2006 (Homens com laços de parentesco na agricultura familiar): 7.023.829 homens.
- 2017 (Homens com laços de parentesco na agricultura familiar): 5.640.276 homens.
- Variação (2006-2017): -1.383.553 homens (-19,7%)

Para avaliar a participação dos homens no total de pessoas ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar, podemos observar sua proporção no conjunto total de trabalhadores com laços de parentesco. Em 2006, o número total de pessoas ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar em 2006 era de 11.038.471,

sendo que os homens representavam 63,6% do total de pessoas ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar. Em 2017, o número total de pessoas ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar em 2017 foi de 8.848.636, sendo que os homens representavam 63,7% do total de pessoas ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar.

Entre 2006 e 2017, o número de homens ocupados com laços de parentesco na agricultura familiar caiu significativamente, com uma redução de 19,7%. Apesar da queda em termos absolutos, a participação relativa dos homens no total de trabalhadores com laços de parentesco na agricultura familiar aumentou levemente, de 63,6% para 63,7%, indicando uma redução proporcionalmente maior no número de mulheres ocupadas no setor.

Essa análise destaca mudanças importantes no perfil do trabalho familiar na agricultura, com uma retração do número de pessoas, mas uma leve concentração da ocupação entre os homens.

Mulheres com Laços de Parentesco no Brasil

No Brasil, em 2006, o número total de mulheres ocupadas na agricultura, com laços de parentesco, foi de 4.510.049. Em 2017, esse número caiu para 3.901.817, indicando uma redução significativa ao longo dos anos.

- 2006 (Mulheres com laços de parentesco na agricultura): 4.510.049 mulheres.
- 2017 (Mulheres com laços de parentesco na agricultura): 3.901.817 mulheres.
- Variação (2006-2017): -608.232 mulheres (-13,5%)

Para analisar a participação das mulheres no total de pessoas ocupadas com laços de parentesco na agricultura, podemos observar sua proporção no conjunto geral de trabalhadores. Em 2006, o número total de pessoas ocupadas com laços de parentesco em 2006 era de 12.801.406, no entanto o número de mulheres com laços de parentesco representava 4.510.049, ou 35,2% do total de pessoas ocupadas com laços de parentesco na agricultura. Já em 2017, o total de pessoas ocupadas com laços de parentesco no Brasil totalizava 11.101.533, no entanto o número de mulheres com laços de parentesco totalizava 3.901.817, ou 35,1% do total de trabalhadores com laços de parentesco.

Entre 2006 e 2017, embora tenha ocorrido uma queda no número de mulheres ocupadas com laços de parentesco na agricultura no Brasil, da ordem de 608.232, essa redução percentualmente manteve-se ao longo destes 11 anos, pois em 2006 era de 35,2% e em 2017 era de 35,1%.

Já na agricultura familiar, em 2006, o número total de mulheres ocupadas na agricultura familiar, com laços de parentesco, foi de 4.014.642. Em 2017, esse número caiu para 3.208.360, representando uma redução ao longo dos anos. Portanto, entre 2006 e 2017, houve uma redução no número de mulheres ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar. O total de mulheres nessa condição diminuiu em 806.282, o que representa uma queda de 20,1% no período.

Para avaliar a participação das mulheres no total de pessoas ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar, podemos observar sua proporção no conjunto total de trabalhadores. Em 2006, o número total de pessoas ocupadas com laços de

parentesco na agricultura familiar era de 11.038.471, sendo que as mulheres representavam 36,4% desse total (4.014.642 mulheres). Em 2017, o número total de pessoas ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar foi de 8.848.636, e as mulheres representavam 36,3% desse total (3.208.360 mulheres).

Entre 2006 e 2017, o número de mulheres ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar manteve-se praticamente estável percentualmente, mas teve uma queda significativa de números absolutos, acompanhando a tendência geral da agricultura familiar no Brasil no período pesquisado.

Mulheres e Homens com Laços de Parentesco nas Regiões do Brasil

Na Região Norte, o número de homens ocupados com laços de parentesco na agricultura familiar em 2006 era de 814.526, enquanto em 2017 esse número aumentou para 871.279, resultando em uma variação absoluta de +56.753 homens e uma variação percentual de +7%. No caso das mulheres, o número de ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar passou de 484.914, em 2006, para 508.691, em 2017, com uma variação absoluta de +23.777 mulheres e uma variação percentual de +4,9%. Portanto, observou-se um crescimento moderado tanto na ocupação de homens quanto de mulheres na agricultura familiar da região.

Na Região Nordeste, o número de homens ocupados com laços de parentesco na agricultura familiar em 2006 era de 3.614.486, enquanto em 2017 esse número caiu para 2.616.411, resultando em uma variação absoluta de -998.075 homens e uma variação percentual de -27,6%. Entre as mulheres, o número de ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar passou de 1.978.583, em 2006, para 1.473.221,

em 2017, com uma variação absoluta de -505.362 mulheres e uma variação percentual de -25,5%. Assim, a Região Nordeste apresentou uma significativa redução na ocupação de homens e mulheres, com destaque para a maior queda percentual entre os homens.

Na Região Sudeste, o número de homens ocupados com laços de parentesco na agricultura familiar em 2006 era de 1.031.614, enquanto em 2017 esse número caiu para 949.277, resultando em uma variação absoluta de -82.337 homens e uma variação percentual de -8%. No caso das mulheres, o número de ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar foi de 523.088 em 2006, caindo para 460.434 em 2017, com uma variação absoluta de -62.654 mulheres e uma variação percentual de -12%. Portanto, a Região Sudeste apresentou uma redução moderada na ocupação de homens e mulheres, com uma queda ligeiramente maior entre as mulheres.

Na Região Sul, o número de homens ocupados com laços de parentesco na agricultura familiar em 2006 era de 1.247.625, enquanto em 2017 esse número caiu para 898.799, resultando em uma variação absoluta de -348.826 homens e uma variação percentual de -28%. Entre as mulheres, o número de ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar foi de 846.975 em 2006, caindo para 579.557 em 2017, com uma variação absoluta de -267.418 mulheres e uma variação percentual de -31,6%. A Região Sul registrou a maior queda percentual entre as mulheres (-31,6%) e uma queda significativa também entre os homens (-28%).

Na Região Centro-Oeste, o número de homens ocupados com laços de parentesco na agricultura familiar em 2006 era de 315.578, enquanto em 2017 esse número caiu

ligeiramente para 304.510, resultando em uma variação absoluta de -11.068 homens e uma variação percentual de -3,5%. Já o número de mulheres ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar passou de 181.082 em 2006 para 186.457 em 2017, resultando em uma variação absoluta de +5.375 mulheres e uma variação percentual de +3%. Assim, a Região Centro-Oeste apresentou uma leve redução na ocupação de homens e um pequeno crescimento na ocupação de mulheres.

Este formato apresenta os dados com clareza, destacando tanto os valores absolutos quanto as variações percentuais.

Impacto do Pessoal Ocupado com Laços de Parentesco na Agricultura Familiar no Brasil

Ter mais ou menos pessoal ocupado com relações de parentesco na agricultura familiar no Brasil está diretamente relacionado com a forma como as famílias estruturam o trabalho nos estabelecimentos agrícolas e como elas respondem a mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Aqui estão alguns pontos fundamentais para entender o que isso realmente significa:

- Estrutura Familiar Tradicional na Agricultura: quando há maior número de pessoal ocupado com relações de parentesco, isto significa que o trabalho na unidade agrícola é predominantemente realizado por membros da família do responsável pela propriedade. Isso reflete um modelo tradicional de agricultura familiar, onde a força de trabalho é composta principalmente por parentes que vivem ou estão ligados diretamente ao núcleo familiar. Onde há menos pessoal

ocupado com relações de parentesco, há redução no número de parentes envolvidos no trabalho agrícola, pode indicar uma maior dependência de trabalhadores contratados de fora da família ou uma transição para um modelo mais mecanizado, com menor necessidade de mão de obra familiar. Isso pode ser um sinal de modernização da unidade produtiva ou de uma fragmentação da unidade familiar rural, onde os membros jovens migram para cidades em busca de melhores oportunidades.

- Dependência Econômica e Sustentabilidade Familiar: muitas vezes, o aumento de parentes ocupados indica uma dependência maior da agricultura familiar para sustentar economicamente todos os membros da família ou mesmo para garantir a organização e funcionamento do estabelecimento, pois sem mão de obra a custo baixo, que seria a familiar, não seria possível manter o funcionamento pleno do estabelecimento. Ou seja, isso também pode refletir um baixo nível de mecanização e de acesso a crédito e tecnologia, o que faz com que o trabalho intensivo seja necessário para manter a produtividade. No entanto, quando o número de familiares ocupados no estabelecimento diminui, isso pode indicar que a família está diversificando suas fontes de renda, com membros migrando para trabalhar fora da agricultura ou obtendo empregos em setores não agrícolas. Esse fenômeno também pode estar relacionado ao envelhecimento da população rural, onde os filhos de agricultores, por exemplo, optam por não continuar na agricultura, e conseqüentemente inicia um processo de perda de qualidade de vida e precarização na “vida na roça” de

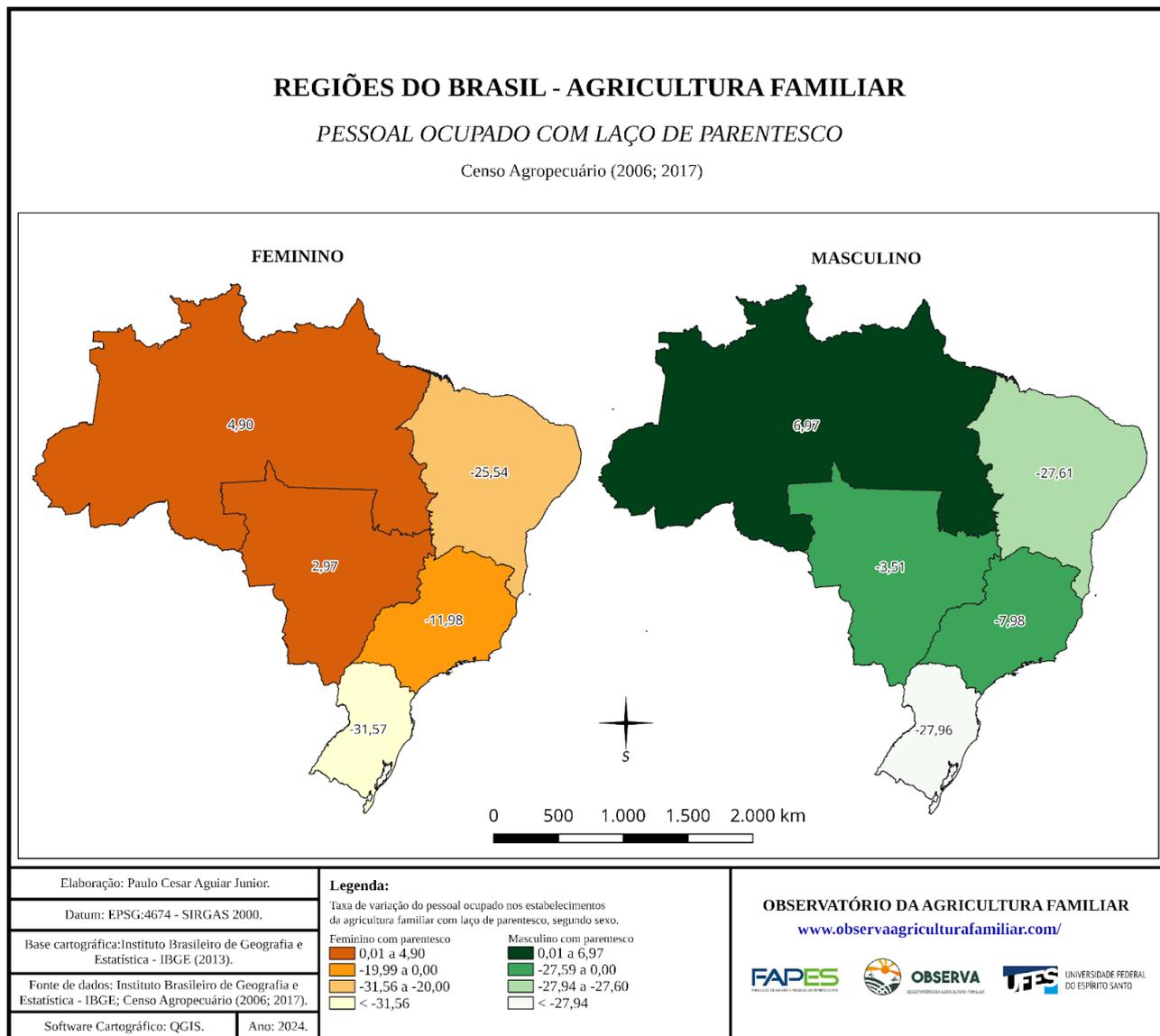
quem ficou.

- **Impactos da Modernização e Mecanização:** A presença de mais parentes indica que a unidade agrícola ainda depende fortemente do trabalho manual, com pouca mecanização. Esse modelo pode ser mais comum em regiões menos industrializadas ou em propriedades de menor porte, onde o investimento em tecnologia e maquinário agrícola ainda é limitado. A redução de parentes ocupados pode sugerir que a agricultura familiar está adotando novas tecnologias, maquinários e técnicas que reduzem a necessidade de trabalho manual intensivo. Isso é especialmente comum em regiões onde o agronegócio é mais presente ou onde políticas públicas e incentivos facilitam o acesso a financiamento e modernização.
- **Gênero e Participação Feminina:** Tradicionalmente, as mulheres têm um papel importante na agricultura familiar, especialmente em regiões rurais mais tradicionais. Um aumento ou manutenção da participação feminina reflete a centralidade das mulheres nas atividades agrícolas familiares, muitas vezes associadas à produção de alimentos e ao cuidado com a propriedade. No entanto, a saída de mulheres da agricultura familiar pode ser vista como um reflexo da urbanização e da busca por melhores oportunidades de trabalho em áreas não rurais. Isso também pode ser um indicativo de que a agricultura está se tornando mais mecanizada e menos dependente do trabalho familiar intensivo, ou que as condições de trabalho no campo tem baixo retorno econômico e se faz necessário a mulher diversificar suas atividades para

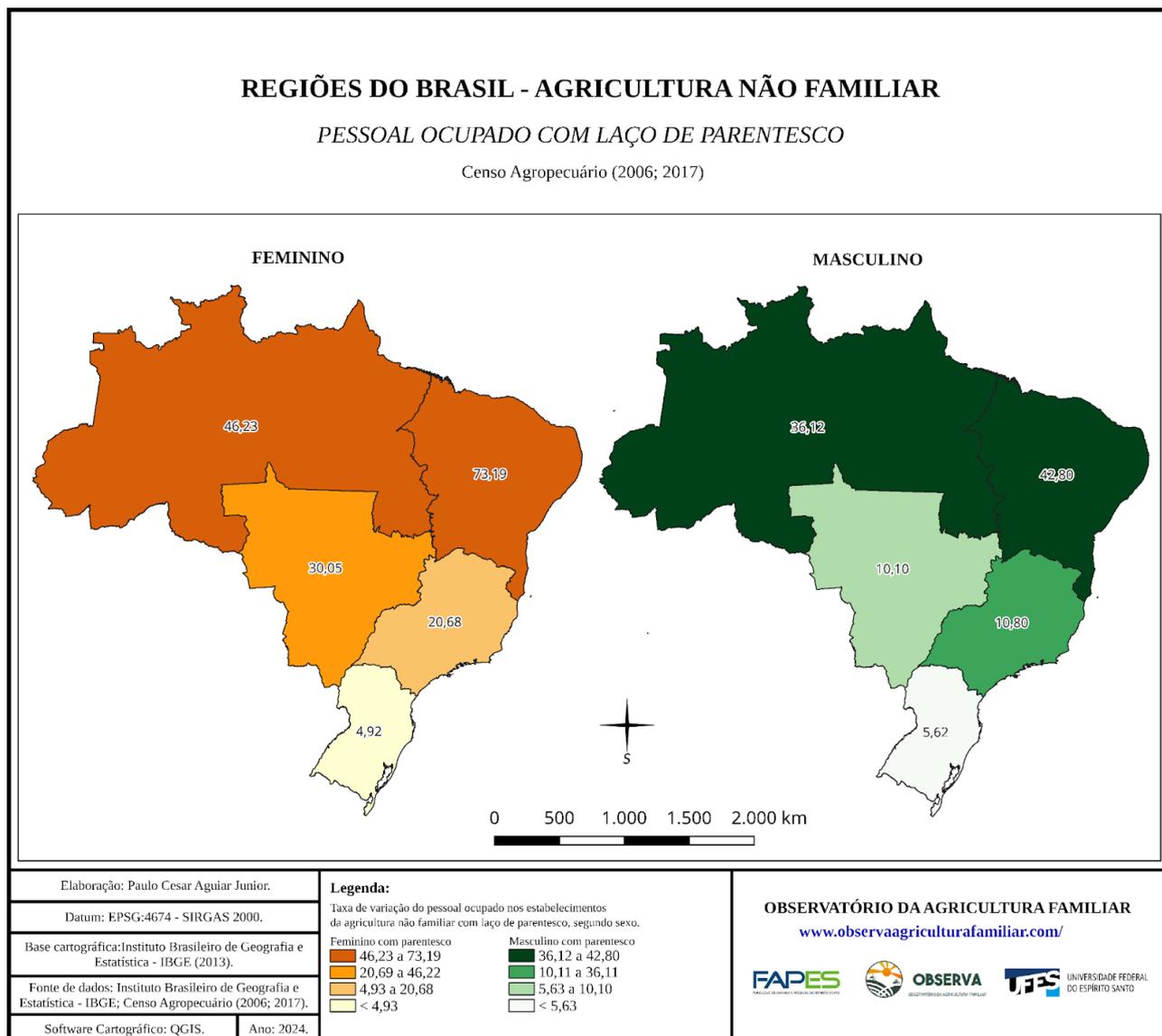
aumentar a renda da família.

Em resumo, o número de pessoas ocupadas com laços de parentesco na agricultura familiar reflete a capacidade de adaptação das famílias às mudanças externas, como modernização, migração e transformações culturais. Um aumento ou diminuição desse número traz implicações profundas sobre a sustentabilidade das unidades familiares e a continuidade do modelo de agricultura familiar no Brasil.

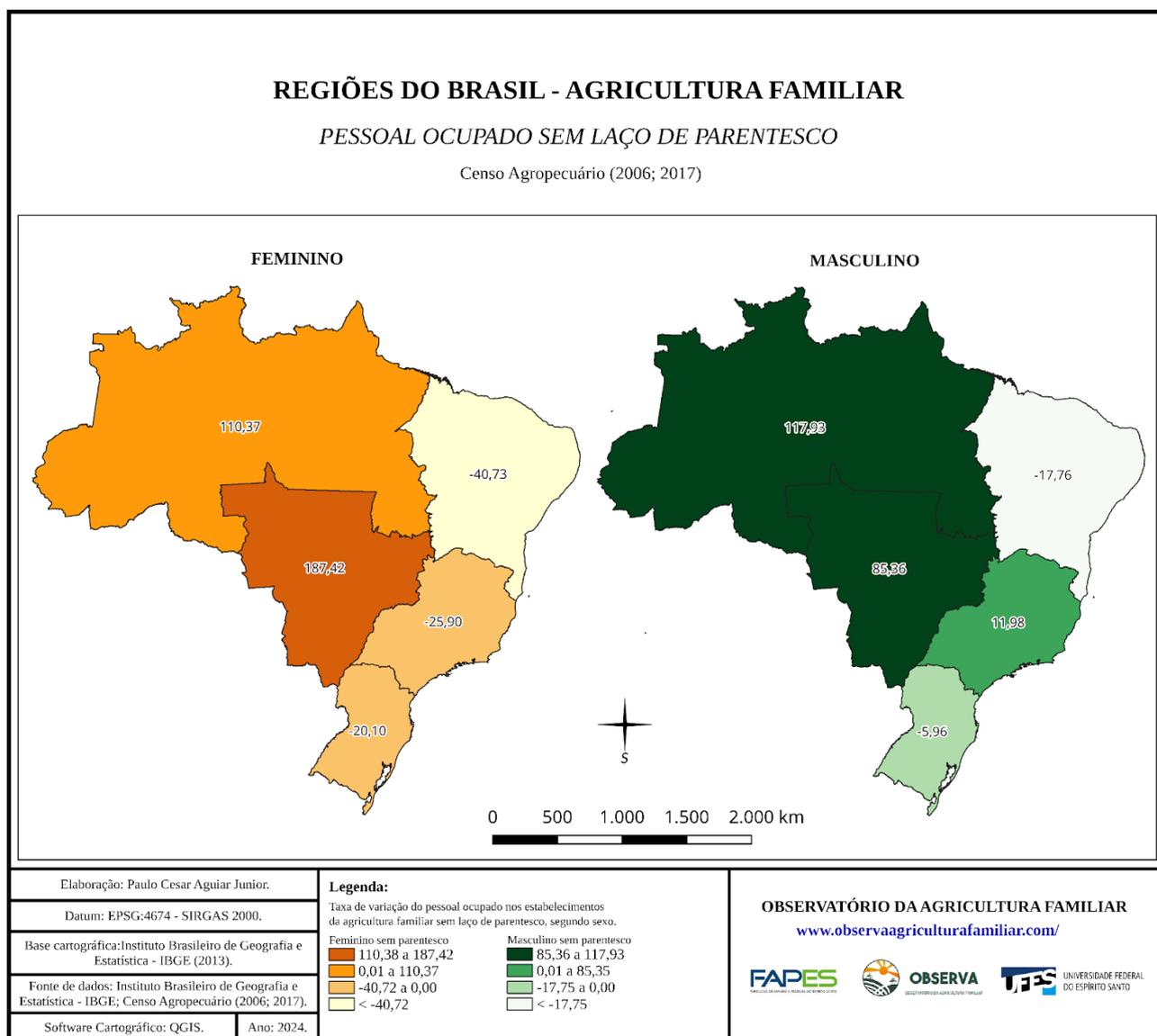
Mapa 07: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários com laços de parentesco da agricultura familiar por regiões no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



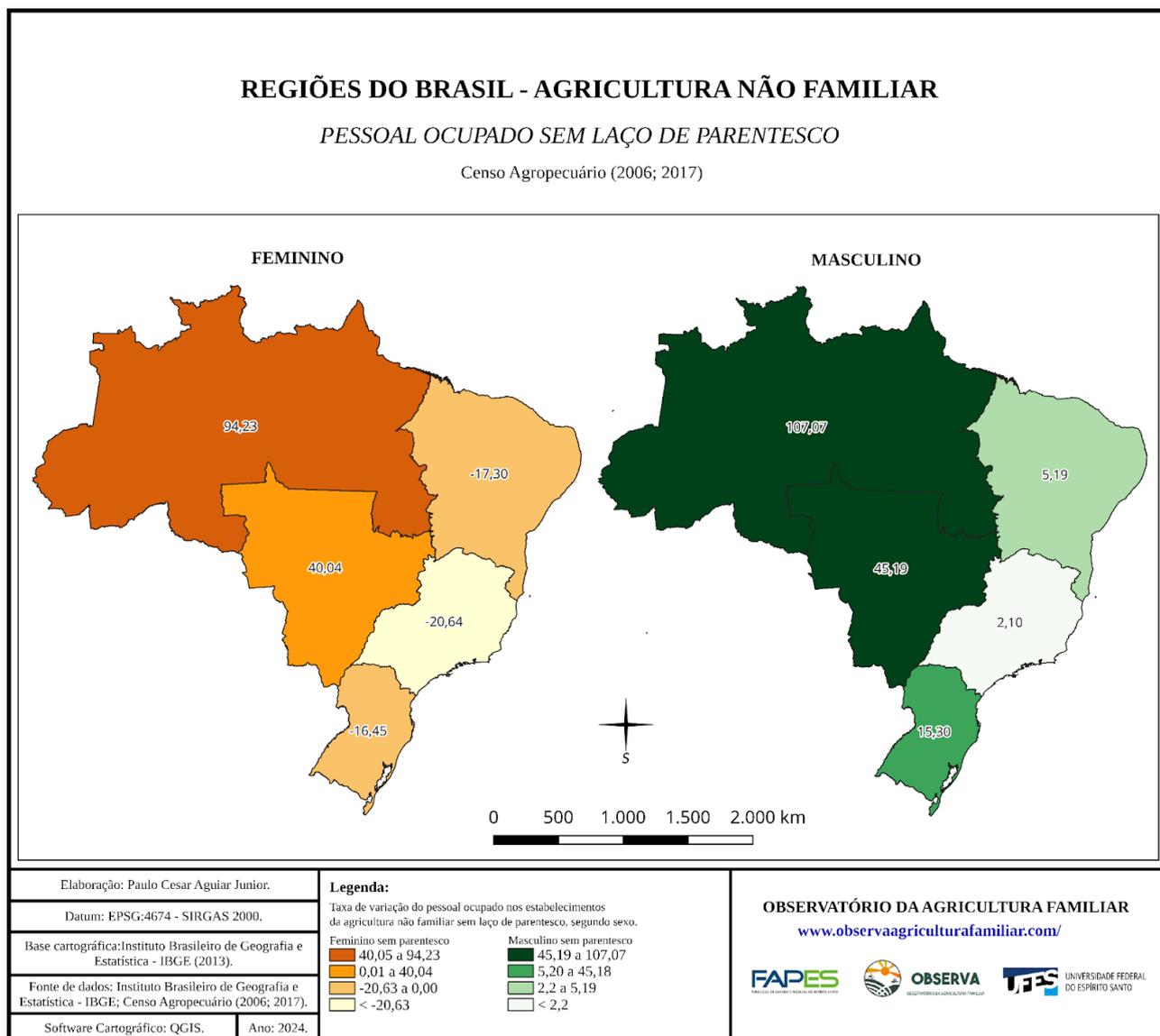
Mapa 08: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários com laços de parentesco da agricultura não familiar por regiões no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



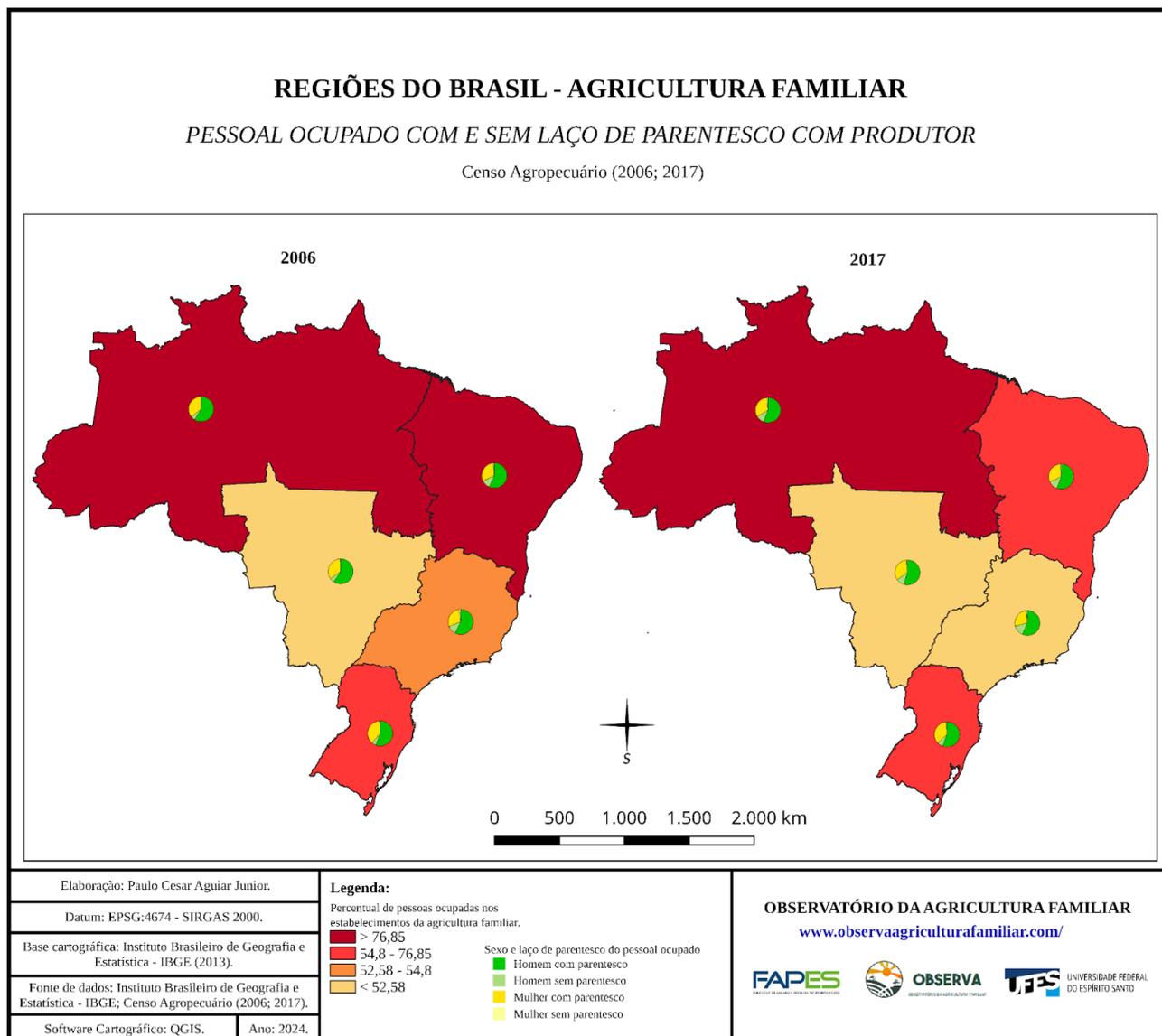
Mapa 09: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários sem laços de parentesco da agricultura familiar por regiões no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



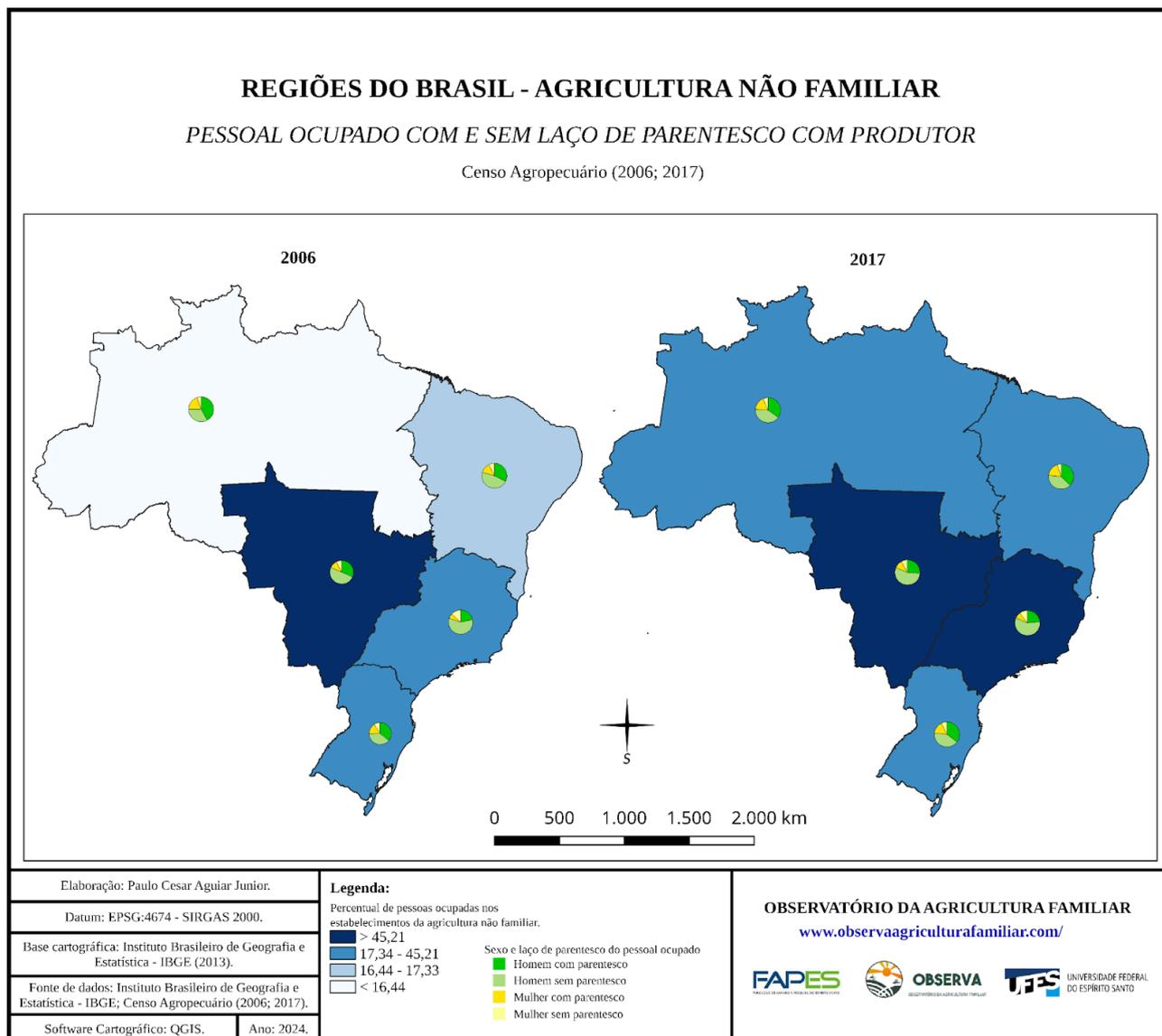
Mapa 10: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários sem laços de parentesco da agricultura não familiar por regiões no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017



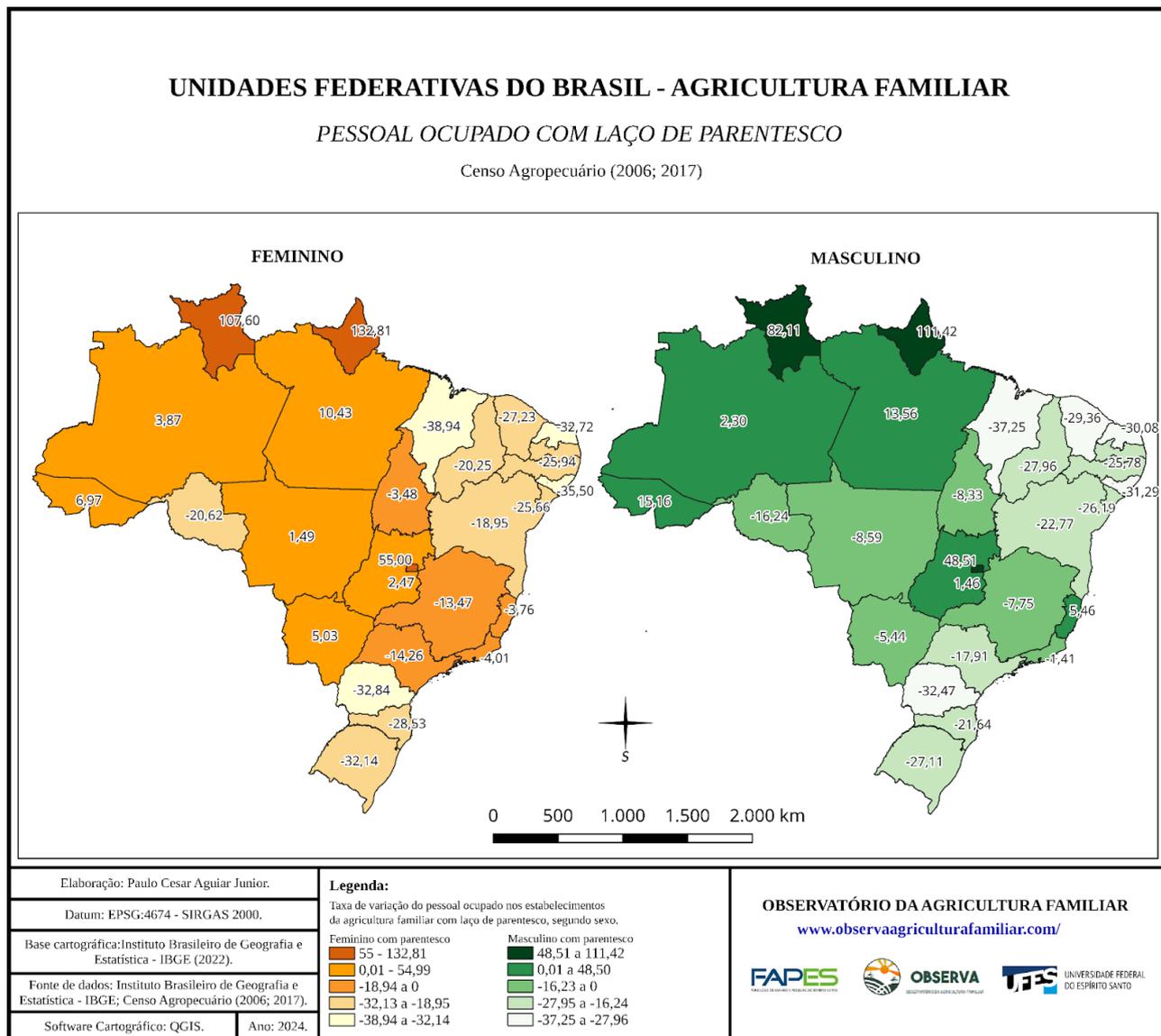
Mapa 11: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários com e sem laços de parentesco da agricultura familiar, com as variáveis de gênero, por região no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017



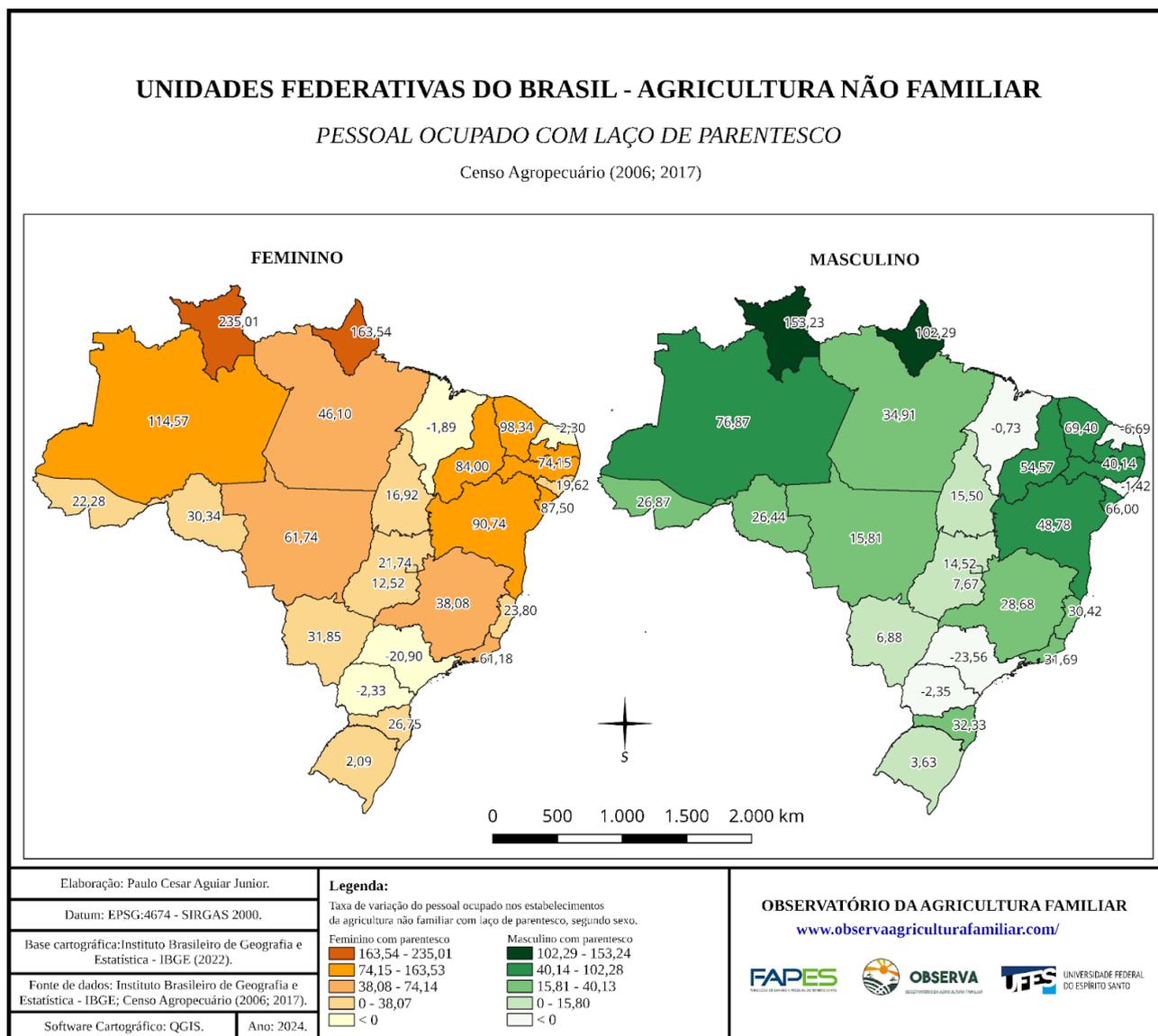
Mapa 12: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários com e sem laços de parentesco da agricultura não familiar, com as variáveis de gênero, por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



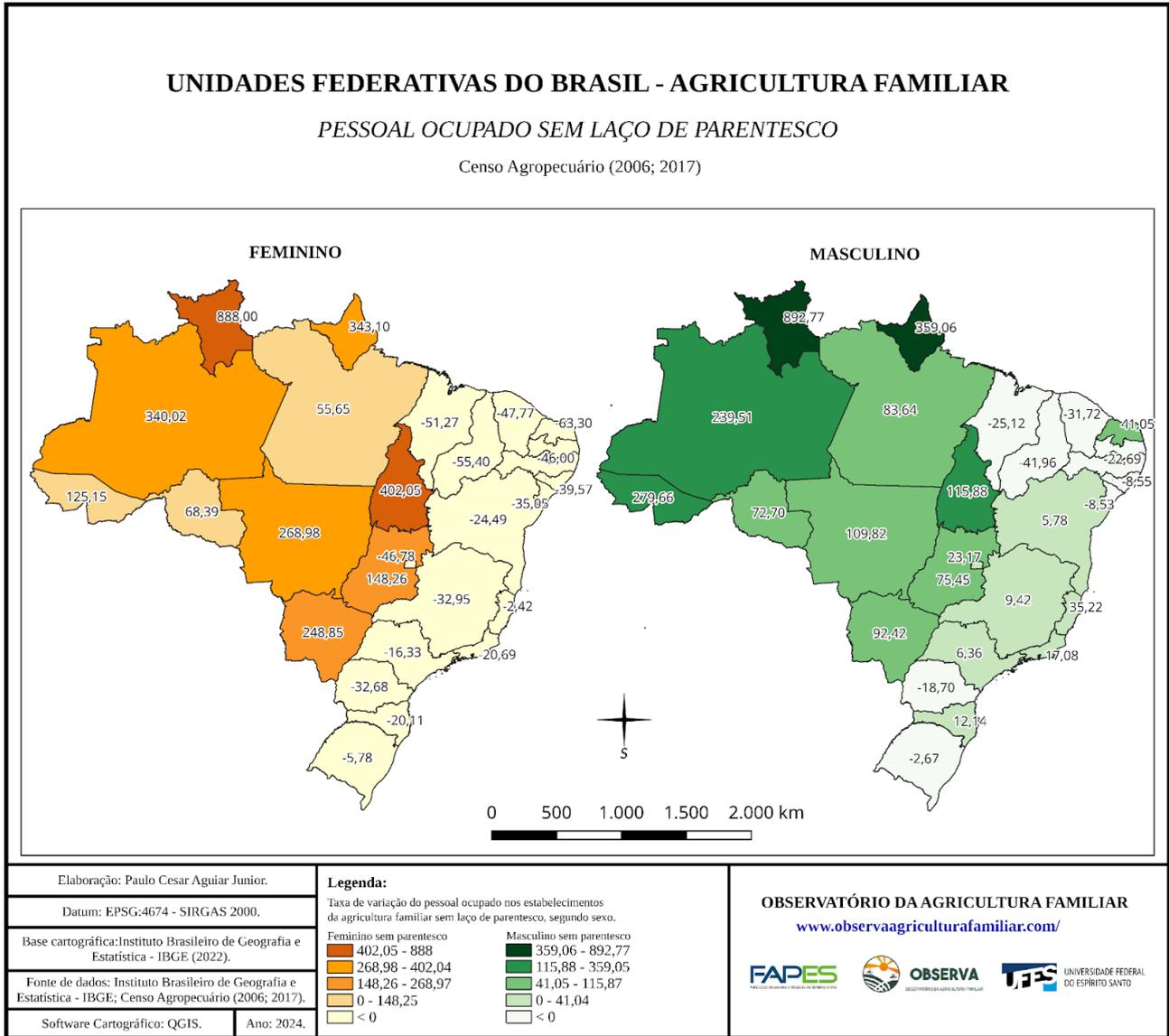
Mapa 13: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários com laços de parentesco da agricultura familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017



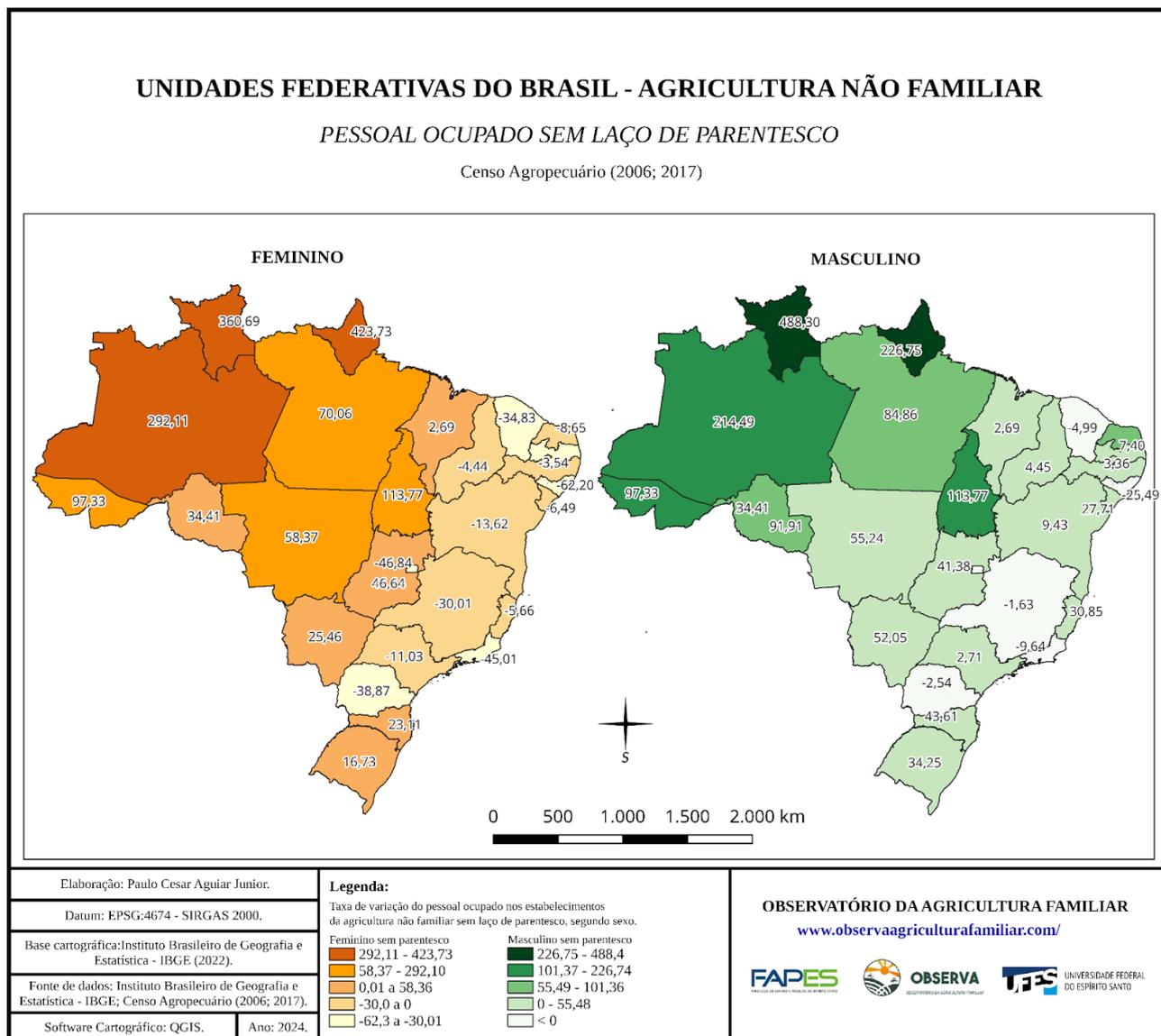
Mapa 14: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários laços de parentesco da agricultura não familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017



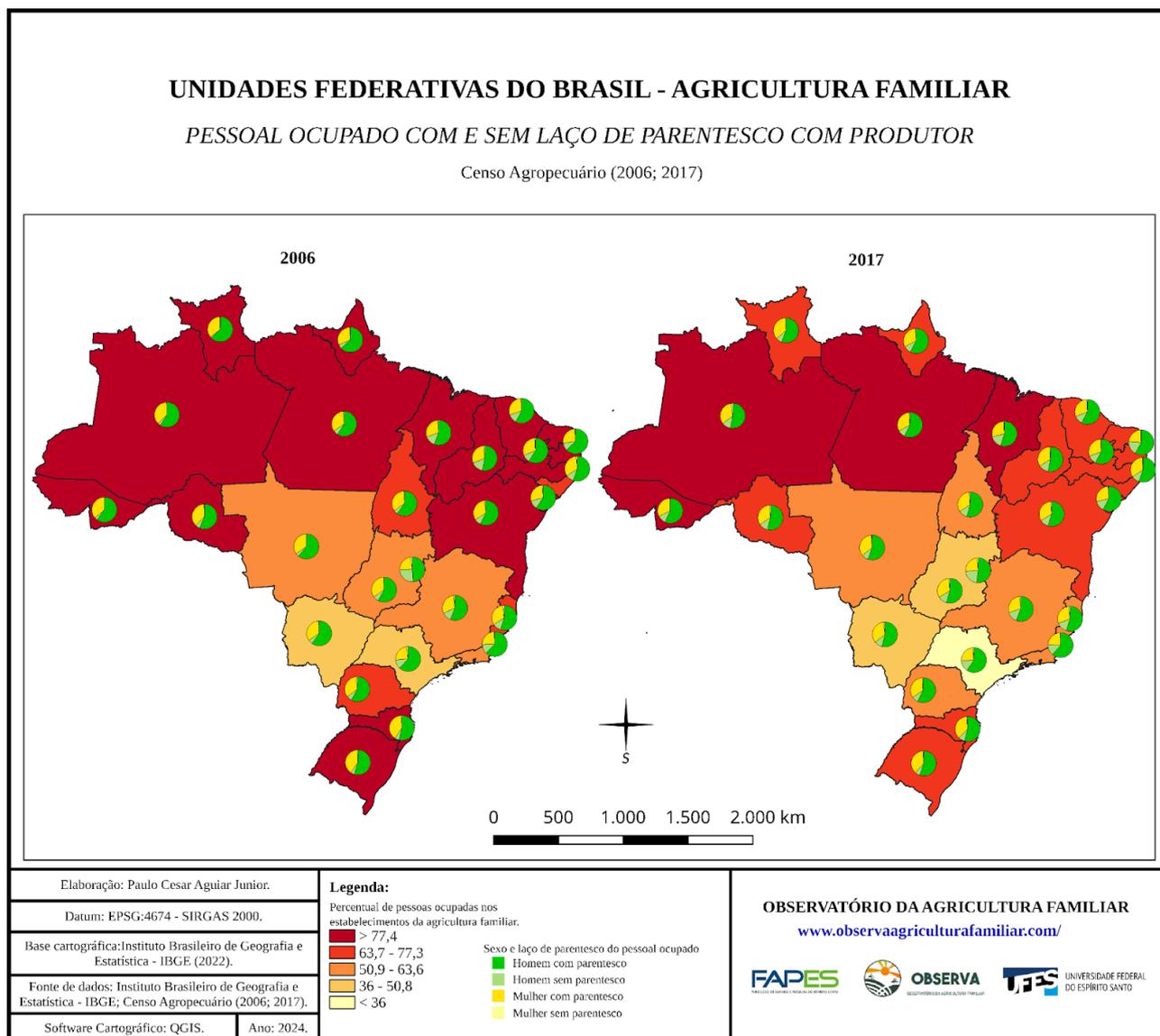
Mapa 15: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários sem laços de parentesco da agricultura familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017



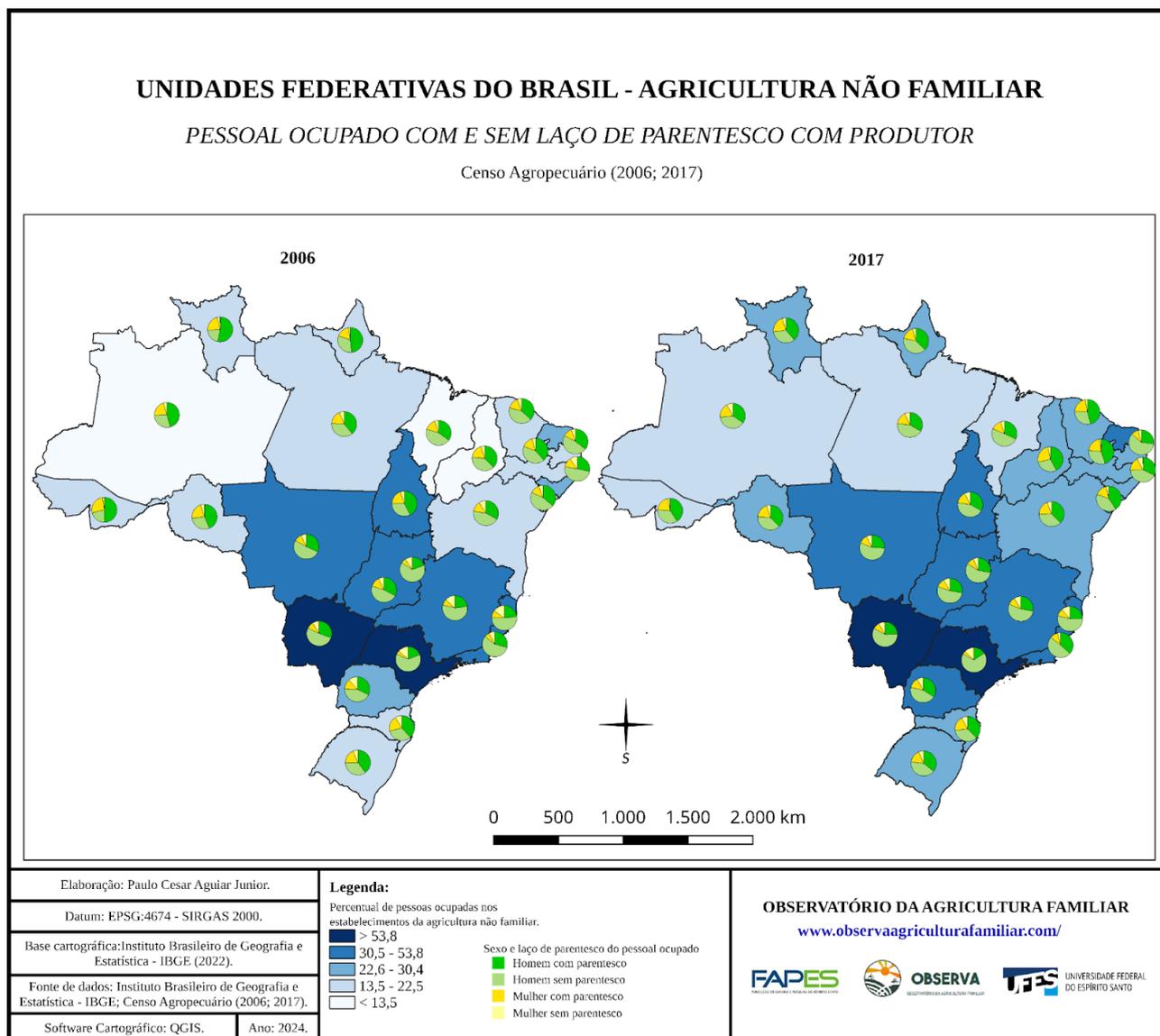
Mapa 16: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários sem laços de parentesco da agricultura não familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017



Mapa 17: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários com e sem laços de parentesco da agricultura familiar, com as variáveis de gênero, por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017



Mapa 18: Percentual de pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários com e sem laços de parentesco da agricultura não familiar, com as variáveis de gênero, por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Capítulo 3: Condição legal em relação às terras – proprietários e não proprietários na agricultura familiar

Neste capítulo será realizada uma análise detalhada dos dados sobre condição legal em relação às terras, considerando as variáveis proprietários e não proprietários da agricultura familiar e não familiar nas regiões e estados do Brasil entre 2006 e 2017 (ver [Anexo 5](#) e [Anexo 6](#)). Mas antes se faz necessário explicitar o que entende-se como proprietário e não proprietário. No Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a classificação de proprietário e não proprietário refere-se à condição legal do produtor em relação à terra onde desenvolve atividades agropecuárias. Essa categorização é fundamental para entender como se dá o acesso e a utilização da terra no Brasil. O proprietário é quando o agricultor, ele ou a unidade familiar, possui a propriedade legal da terra, ou seja, ele detém o título ou a escritura que comprova a posse do terreno. Essa condição implica que o agricultor tem o direito formal de exercer controle sobre a terra, seja ela utilizada para fins agrícolas, pecuários ou outras atividades rurais. O proprietário pode explorar diretamente a terra ou também arrendá-la para terceiros, mas no Censo Agropecuário, a classificação de proprietário refere-se àqueles que efetivamente

possuem o direito de posse sobre a área. O agricultor não proprietário é quando ele utiliza a terra para a produção agropecuária, mas não detém a posse legal da terra. Nesses casos, o uso da terra ocorre sob diversas formas contratuais ou informais de acesso, que incluem: arrendamento, quando a terra é alugada de um proprietário, e o agricultor paga um valor (em dinheiro ou em produto) para utilizá-la; parceria, quando o agricultor utiliza a terra de outra pessoa e divide os resultados da produção, em geral os lucros, com o proprietário da terra; comodato, quando o uso da terra é cedido de forma gratuita por um período, sem que o produtor tenha de pagar ao proprietário; posse ou ocupação, quando o agricultor ocupa a terra sem título formal, podendo ser uma ocupação reconhecida ou não, como terras ocupadas informalmente, sem regularização fundiária; ocupações de terra, especialmente no contexto da reforma agrária, os produtores podem ocupar terras por meio de programas do governo ou por movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sem ainda terem a posse formal das terras. Essas categorias de não proprietários são importantes para entender a estrutura agrária do Brasil, onde muitos agricultores, especialmente os da agricultura familiar, não possuem a terra que trabalham, o que pode impactar sua capacidade de investir e expandir a produção. Portanto, o Censo Agropecuário distingue agricultores proprietários, que possuem a terra legalmente, e não proprietários, que utilizam a terra sob diversas condições contratuais ou informais, o que reflete as diferentes formas de acesso à terra no Brasil.

Em relação à agricultura familiar proprietária de terras, em 2006, o número de agricultores familiares proprietários era de 3.262.368, o que correspondia a 63,03% do total de estabelecimentos no Brasil. Em 2017, esse número caiu para 3.156.701, representando 62,22% do total de estabelecimentos, uma queda de 0,81%.

Em relação à agricultura familiar não proprietária de terras, em 2006 o total era de 1.103.899, o que representa 21,33% das propriedades, sendo que em 2017 esse número caiu para 740.707, ou 14,60% do total de estabelecimentos. Essa categoria sofreu uma queda significativa de 6,73%, o que sugere um enfraquecimento considerável nas formas alternativas de acesso à terra, como arrendamentos ou parcerias.

Em relação à agricultura não familiar proprietária, em 2006 somavam 684.043 estabelecimentos, representando 13,22% do total de estabelecimentos. Em 2017 esse número subiu para 951.938 estabelecimentos, correspondendo a 18,76% dos estabelecimentos. Portanto, a agricultura não familiar proprietária apresentou um aumento de 5,54%, indicando um crescimento de proprietários de terra. Este aumento pode apontar para um fenômeno de concentração de terras ou mudanças nos perfis de ocupação.

Já a agricultura não familiar e não proprietária, em 2006 era de 125.326, o que correspondia a 2,42% do total de estabelecimentos, e em 2017, o número de estabelecimentos aumentou para 223.978, representando 4,41%.

Tabela 02: Condição legal em relação a terras da agricultura familiar proprietária de terras. IBGE. Censo Agropecuário 2006-2017.

Regiões	2006			2017		
	Total	Proprietário	Percentagem (%)	Total	Proprietário	Percentagem (%)
Norte	475.778	318252	66,89	580613	403014	69,41
Nordeste	2454060	1478228	60,24	2322719	1430114	61,57
Sudeste	922097	591502	64,15	969415	571107	58,91
Sul	1006203	706404	70,20	853314	576949	67,61
Centro-Oeste	317498	167982	52,91	347263	175517	50,54

Fonte: IBGE, 2018.

A participação da agricultura familiar como proprietários, na região Norte, em 2006, 66,89% dos proprietários eram agricultores familiares, e essa porcentagem aumentou para 69,41% em 2017. Isso sugere que, apesar da expansão da agricultura não familiar na Amazônia Legal e áreas de fronteira agrícola, a agricultura familiar continua tendo uma presença forte e crescente. Na região Nordeste, tradicionalmente a região com maior número de agricultores familiares, a participação de proprietários familiares aumentou de 60,24% para 61,57%. Embora a porcentagem tenha crescido ligeiramente, o número total de agricultores familiares reduziu-se em termos absolutos, o que pode indicar dificuldades de acesso à terra ou mesmo a perda de propriedades para outros setores. Na região Sudeste a porcentagem de proprietários familiares diminuiu de 64,15% em 2006 para 58,91% em 2017. Isso sugere uma maior concentração de terras e uma pressão sobre a agricultura familiar, possivelmente devido à urbanização e industrialização crescente, além de mudanças no mercado agrícola. Na região Sul, embora continue sendo uma das regiões com maior presença de proprietários familiares, essa participação caiu de 70,20% em 2006 para 67,61% em 2017. Na região Centro-Oeste, dominada pela agricultura não

familiar, já apresentava a menor porcentagem de proprietários familiares em 2006 (52,91%), e essa participação diminuiu ainda mais em 2017 (50,54%).

Tabela 03: Condição legal em relação a terras da agricultura familiar não proprietária de terras. IBGE. Censo Agropecuário 2006-2017.

Regiões	2006			2017		
	Total	Não Proprietário	Porcentagem (%)	Total	Não Proprietário	Porcentagem (%)
Norte	475778	94414	19,84	580613	77561	13,36
Nordeste	2454060	708903	28,89	2322719	408732	17,60
Sudeste	922097	108253	11,74	969415	117838	12,16
Sul	1006203	143289	14,24	853314	88818	10,41
Centro-Oeste	317498	49040	15,45	347263	47758	13,75

Fonte: IBGE, 2018.

Já em relação à participação da agricultura familiar não proprietária entre 2006 e 2017, houve uma significativa diminuição, especialmente nas regiões Nordeste e Norte. Na região Norte o percentual de agricultores familiares não proprietários caiu de 19,84% em 2006 para 13,36% em 2017. Isso pode sugerir que os agricultores familiares não proprietários estão encontrando muitos desafios para manter a competitividade e deixam de “alugar” terras ou então estão conseguindo, através de regularização fundiária ou crédito fundiário, ter a posse de terra. Na região Nordeste, a diminuição da presença da agricultura familiar não proprietária foi ainda mais acentuada, passando de 28,89% em 2006 para 17,60% em 2017. Na região Sudeste, a participação de não proprietários subiu ligeiramente de 11,74% em 2006 para 12,16% em 2017, sugerindo que, apesar das pressões, os arrendatários e outros não proprietários ainda encontram formas de acesso à terra na agricultura familiar. Na região Sul, o percentual de não proprietários caiu de 14,24% para 10,41%, sugerindo uma maior estabilização dos agricultores familiares como proprietários. E na região

Centro-Oeste, a região manteve uma participação estável de não proprietários na agricultura familiar, com uma leve diminuição de 15,45% para 13,75%.

A análise dos dados da tabela revela variações percentuais significativas na condição dos agricultores familiares em diferentes estados brasileiros entre dois períodos, abrangendo tanto a posse da terra quanto a condição de não proprietários. Essas variações refletem diferentes dinâmicas e desafios enfrentados pela agricultura familiar no Brasil, além de indicarem tendências regionais.

Tabela 04: Condição legal em relação a terras na agricultura não familiar proprietárias de terras. IBGE. Censo Agropecuário 2006-2017.

Regiões	2006			2017		
	Total	Proprietário	Percentagem (%)	Total	Proprietário	Percentagem (%)
Norte	475.778	55799	11,73	580613	87041	14,99
Nordeste	2.454.060	204566	8,34	2322719	363820	15,66
Sudeste	922.097	200531	21,75	969415	235873	24,33
Sul	1.006.203	133286	13,25	853314	160664	18,83
Centro-Oeste	317.498	89861	28,30	347263	104540	30,10

Fonte: IBGE, 2018.

Os dados referentes à condição do produtor em relação à terra mostram que, em todas as regiões, a participação de proprietários não familiares aumentou entre 2006 e 2017. Este crescimento reflete uma tendência de enfraquecimento da agricultura familiar no Brasil.

Na região Norte a participação dos proprietários não familiares passou de 11,73% (2006) para 14,99% (2017). Isso representa um crescimento significativo, que acompanha a expansão da agricultura não familiar na região, particularmente em áreas de fronteira agrícola. Na região Nordeste a porcentagem aumentou de 8,34%

para 15,66%. Esse crescimento reflete a inserção do capital agrícola em uma região tradicionalmente caracterizada pela agricultura familiar. No Sudeste a participação de proprietários não familiares teve um aumento de 21,75% para 24,33%, região esta que já conta com alto índice de concentração de terras, e com o aumento do indicador demonstra a tendência de perda de presença da agricultura familiar. Na região Sul a presença de proprietários não familiares passou de 13,25% para 18,83%, também refletindo a tendência de aumento da concentração fundiária em uma região com forte presença de pequenas propriedades. No Centro-Oeste, a participação dos proprietários não familiares era a maior do Brasil em 2006 (28,30%) e cresceu ainda mais, chegando a 30,10% em 2017. Isso se alinha ao perfil do Centro-Oeste como o principal polo do agronegócio no Brasil, com grandes propriedades e alta mecanização (ver [Anexo 05](#)).

Tabela 05: Condição legal em relação a terras na agricultura não familiar não proprietária de terras. IBGE. Censo Agropecuário 2006-2017.

Regiões	2006			2017		
	Total	Não Proprietário	Percentagem (%)	Total	Não Proprietário	Percentagem (%)
Norte	475778	7313	1,54	580613	12997	2,24
Nordeste	2454060	62363	2,54	2322719	120053	5,17
Sudeste	922097	21811	2,37	969415	44597	4,60
Sul	1006203	23224	2,31	853314	26883	3,15
Centro-Oeste	317498	10615	3,34	347263	19448	5,60

Fonte: IBGE, 2018.

Em relação à agricultura não familiar não proprietária é possível afirmar que na região Norte, o percentual subiu de 1,54% para 2,24%. Embora seja um aumento, essa porcentagem ainda é pequena em comparação com outras regiões. No Nordeste houve um crescimento notável de 2,54% para 5,17%. Isso sugere um uso crescente de

arrendamentos ou parcerias para exploração da terra. No Sudeste o aumento foi de 2,37% para 4,60%. No Sudeste, tradicionalmente mais industrializado e com estrutura fundiária concentrada, o aumento foi de 2,23% no período pesquisado. No Sul o aumento foi de 2,31% para 3,15%, indicando uma expansão no uso de terras sem a posse direta. E no Centro-Oeste passou de 3,34% para 5,60%, reforçando a flexibilidade no uso da terra, uma característica comum em regiões dominadas pela agricultura não familiar.

Portanto, em relação aos dados das regiões pode-se concluir que: na região Norte o crescimento moderado tanto de proprietários quanto de não proprietários não familiares sugere uma fase de transição, onde a região, ainda marcada pela expansão da fronteira agrícola, está se tornando alvo de maior interesse por parte de investidores e agricultura de grande escala. No Nordeste a região apresenta uma transformação mais acentuada, com um aumento expressivo tanto de proprietários quanto de não proprietários não familiares. O Nordeste, historicamente caracterizado pela agricultura familiar e por latifúndios improdutivos, parece estar passando por um processo de maior exploração agrícola, o que pode impactar diretamente a estrutura social e econômica local. No Sudeste e Sul, regiões que tradicionalmente apresentavam uma estrutura fundiária mais concentrada e uma agricultura mais tecnificada, estão vendo um aumento na flexibilidade das formas de uso da terra, com um crescimento de arrendamentos e parcerias. No Centro-Oeste, a região continua a ser o centro da agricultura não familiar brasileira, com altas taxas de concentração fundiária e uma significativa presença de não proprietários.

Em relação a agricultura não familiar proprietária no que se refere a realidades nos estados do Brasil, houve uma importante variação, de crescimento, entre os anos de 2006 e 2017, nos estados do Amazonas (126,84%), Roraima (117,37%), Ceará (149,40%), Amapá (94,29%) e Piauí (118,20%), o que pode refletir a expansão da fronteira agrícola com a deterioração da Amazônia Legal.

Em alguns estados, a agricultura familiar proprietária teve uma redução significativa. Isso pode indicar que os agricultores familiares estão perdendo o acesso à terra ou não conseguem manter a propriedade diante de pressões econômicas, da concentração fundiária, da dificuldade em manter os jovens no campo ou então a ausência de políticas públicas. Dentre os estados que tiveram uma redução vale destacar: São Paulo (-25,33%), Santa Catarina (-13,22%), Rio Grande do Sul (-18,50%), Sergipe (-21,01%), Rio Grande do Norte (-22,42%) e Paraná (-21,24%) apresentaram quedas significativas na categoria de agricultores familiares proprietários. Isso reflete a pressão crescente que a agricultura familiar tem sofrido nessas regiões, que são historicamente mais industrializadas e com maior concentração de terra (ver [Anexo 06](#)).

Em relação aos não proprietários na agricultura não familiar, em muitos estados houve um crescimento significativo, como foi o caso dos estados do Espírito Santo (307,32%), Rio de Janeiro (184,03%), Amapá (267,15%), Sergipe (166,40%), Goiás (130,01%), Bahia (128,07%), Tocantins (139,30%), Rondônia (123,57%) e Minas Gerais (110,12%) que apresentaram os aumentos percentuais de não proprietários acima de 100% no período pesquisado, o que indica que o acesso à posse da terra está

se tornando mais difícil nessas regiões, mas ao mesmo tempo há uma procura intensa por terras para a produção agropecuária.

Alguns poucos estados experimentaram um aumento positivo no número de agricultores familiares proprietários, como foi o caso dos estados do Amapá (123,60%), Pará (37,69%), Ceará (21,38%), Acre (44,81%) e Amazonas (45,04%). O Distrito Federal (69,36%) também se destacou com um aumento expressivo na categoria de agricultores familiares proprietários, embora a agricultura familiar não seja tão representativa nesta região.

Outro dado importante é a tendência de declínio nos números de não proprietários na agricultura familiar, como foi o caso nos estados do Maranhão (-54,61%), Alagoas (-44,60%), Piauí (-44,81%), Rio Grande do Norte (-41,57%), Pernambuco (-42,95%), Ceará (-44,27%), Rio Grande do Sul (-42,39%) e Mato Grosso (-40,17%). Isso pode significar uma melhoria no acesso à propriedade da terra, mas também pode indicar que alguns desses agricultores não proprietários foram excluídos da produção agrícola, resultando em êxodo rural ou migração.

Importante destacar os estados que apresentaram as maiores disparidades nos dados, sugerindo realidades contrastantes dentro da agricultura familiar, como foi o caso do estado de Roraima, por exemplo, que teve um aumento de 1003,95% no número de agricultores não familiares não proprietários, enquanto também teve um aumento de 117,37% no número de agricultores não familiares proprietários. Isso reflete um cenário de mudança significativa no uso da terra, possivelmente envolvendo uma reconfiguração de posse e arrendamentos.

Os dados indicam que, em várias regiões, a agricultura familiar está enfrentando desafios significativos, dentre eles:

- Concentração fundiária e pressão da agricultura não familiar: No Centro-Oeste e no Sudeste, a diminuição da participação dos proprietários familiares sugere um aumento da concentração fundiária e uma pressão crescente sobre a agricultura familiar. O avanço da agricultura não familiar, especialmente em áreas voltadas para a produção de commodities, pode estar deslocando os agricultores familiares, que têm menor poder econômico e acesso a tecnologias.
- Redução do número absoluto de agricultores familiares: Em termos absolutos, o número de proprietários familiares diminuiu em quase todas as regiões (com exceção do Norte), especialmente no Sul e no Nordeste. Isso pode estar relacionado a processos de “expulsão” da agricultura familiar, dificuldades de sucessão familiar nas propriedades rurais, e a urbanização crescente, que atrai jovens do campo para as cidades.
- Desigualdades regionais: As variações regionais refletem as profundas desigualdades na estrutura agrária brasileira. Enquanto o Sul e o Sudeste apresentam quedas na participação de agricultores familiares. No Norte e no Nordeste, historicamente regiões com maior presença da agricultura familiar, também enfrentam desafios, embora a agricultura familiar ainda represente uma parte significativa da estrutura agrária. No Centro-Oeste, região dominada

por proprietários e não proprietários não familiares, indicando que essa é uma característica estrutural do modelo de produção nesta região.

- Estratégias de acesso à terra: O aumento dos não proprietários pode indicar uma maior dificuldade de acesso à terra, especialmente para agricultores familiares, levando-os a buscar alternativas como arrendamentos e parcerias. Isso é particularmente evidente no Nordeste, onde tanto os proprietários quanto os não proprietários não familiares aumentaram significativamente sua participação no período.

Algumas tendências e perspectivas para a agricultura familiar e seu modo de vida podem ser indicadas a partir dos dados e análises realizadas :

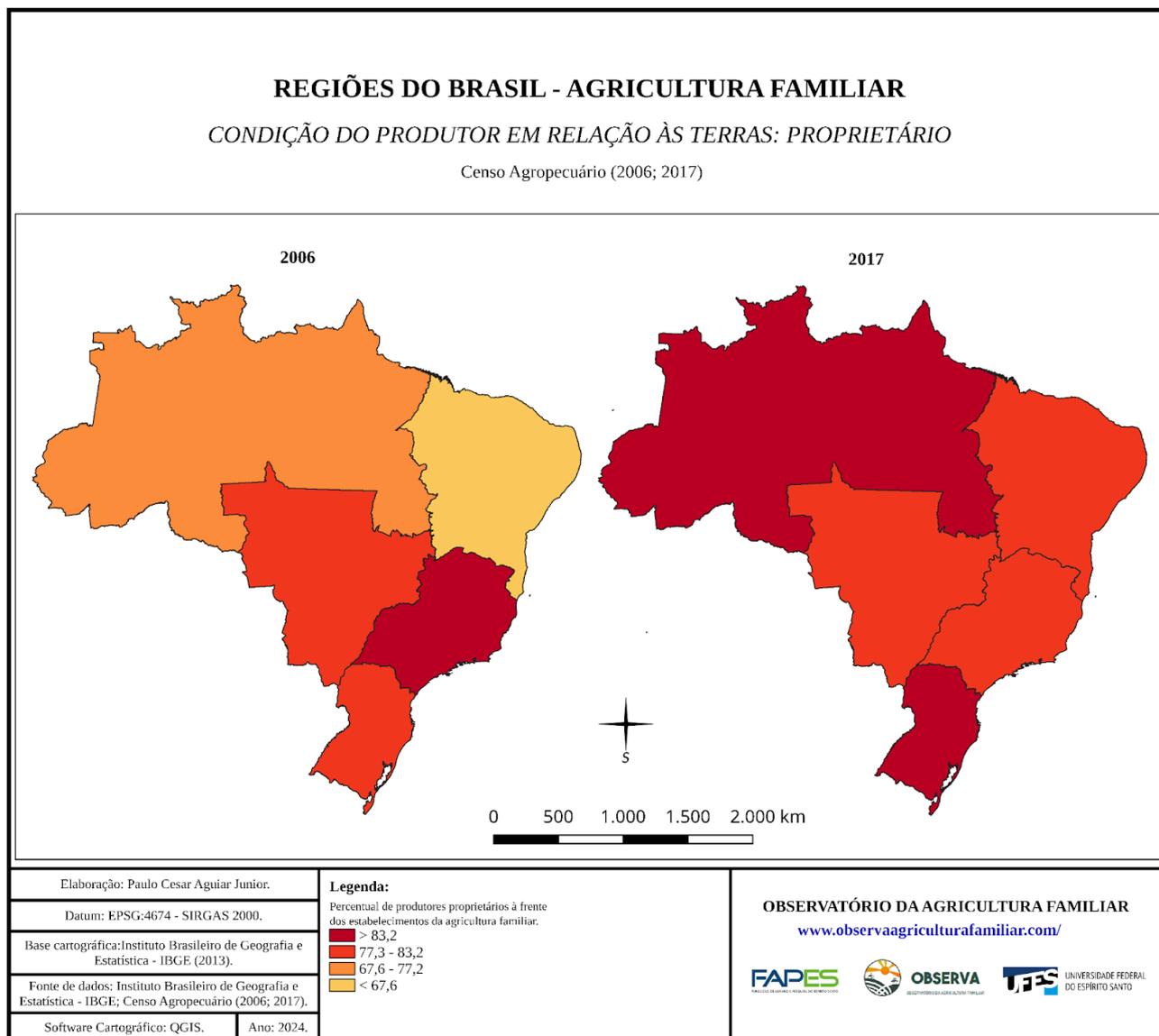
- Relação campo-cidade: A redução do número de agricultores familiares pode estar relacionada ao êxodo rural, com jovens migrando para as cidades em busca de ocupação e renda, deixando o campo e abrindo espaço para a ocupação destas terras pela agricultura não familiar.
- Desigualdade e exclusão: A crescente concentração de terras e a diminuição da agricultura familiar podem aumentar a desigualdade no campo, com agricultura familiar sendo excluída do acesso à terra, das políticas públicas e dos mercados agrícolas.
- Políticas públicas: A análise dos dados mostra a necessidade de políticas públicas que protejam e fortaleçam a agricultura familiar. Isso inclui apoio técnico, acesso ao crédito, políticas de reforma agrária e iniciativas para facilitar e fortalecer a sucessão familiar. Além disso, é fundamental o

investimento em infraestrutura pública nos territórios rurais, como unidades de saúde, segurança pública, escolas e centros de formação profissional, além de equipamentos públicos de esporte e lazer, universalização de estradas pavimentadas, de equipamentos agrícolas e infraestrutura para agroindustrializar a produção. Além de investimentos em equipamentos públicos e na produção, é necessário o investimento público nos territórios rurais para a criação e fortalecimento de negócios e empresas das mais variadas matizes, como iniciativas do setor de gastronomia, varejo de alimentos, cultura, logística, entre outros, transformando os territórios da agricultura familiar em espaços de vida e não apenas de trabalho.

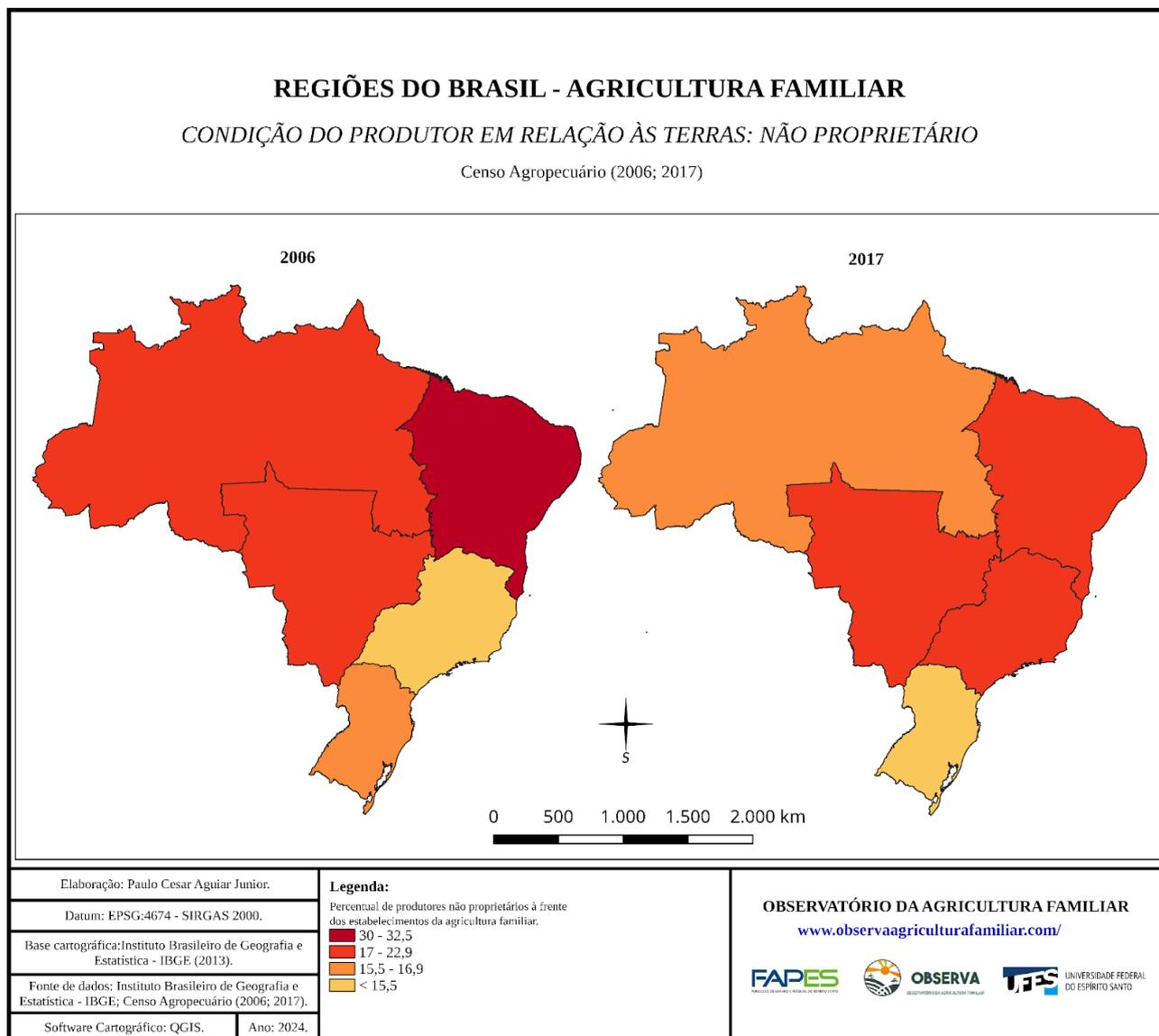
A análise dos dados demonstra que, apesar da relevância da agricultura familiar na produção agrícola e na estrutura fundiária do Brasil, ela enfrenta desafios crescentes, especialmente em áreas onde a agricultura de grande escala e a concentração de terras têm se expandido, intensificando a pressão sobre a agricultura familiar, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste do país. Os dados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas eficazes que promovam o acesso à terra, como a regularização fundiária, crédito fundiário e um forte programa de reforma agrária. Tais medidas são fundamentais para mitigar os processos de exclusão e a vulnerabilidade que afetam a agricultura familiar em diversas regiões.

A sustentabilidade da agricultura familiar é vital não apenas para a segurança alimentar, mas também para a preservação dos modos de vida rurais e para a redução das desigualdades sociais no campo.

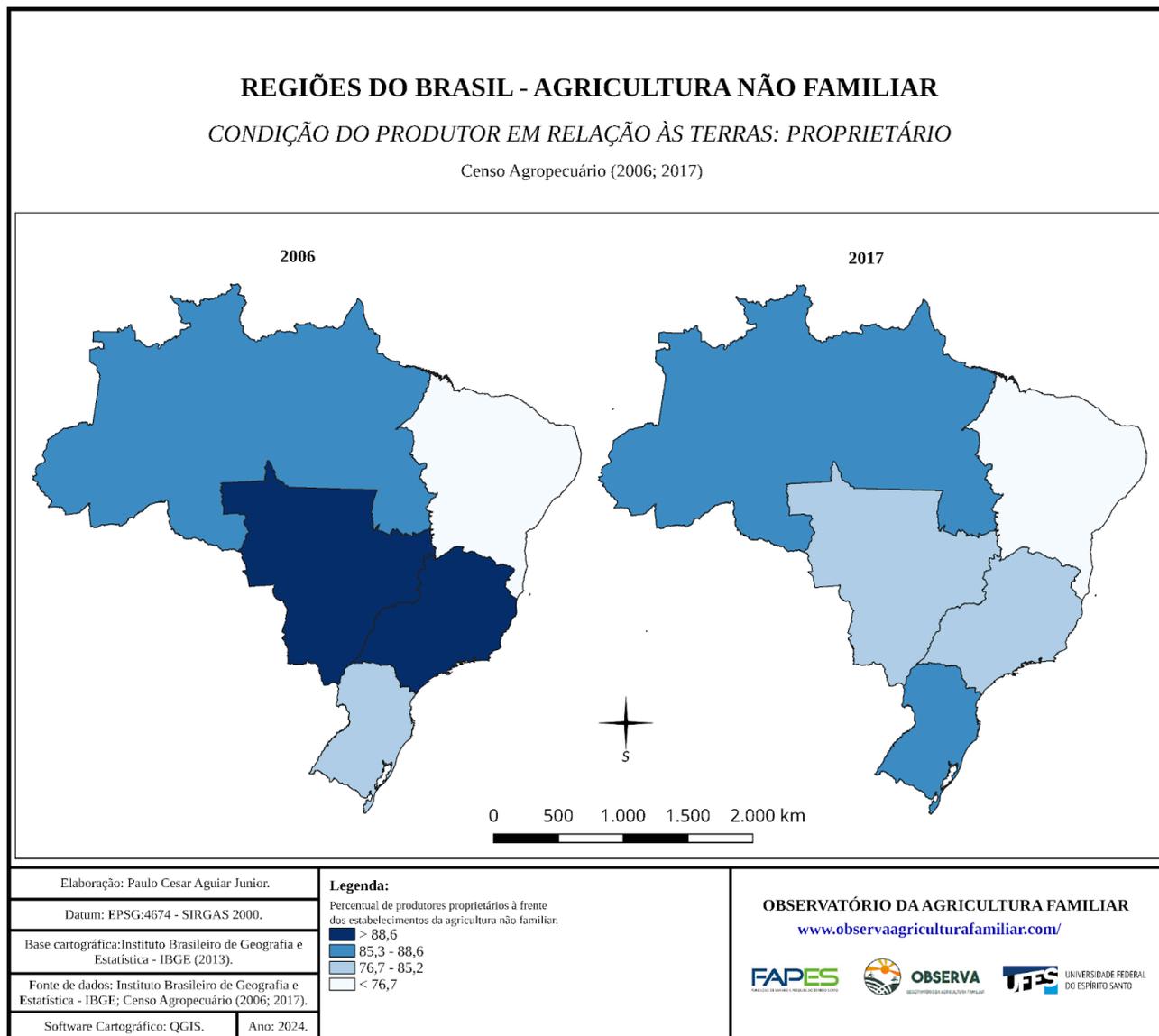
Mapa 19: Percentual de proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar por regiões no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



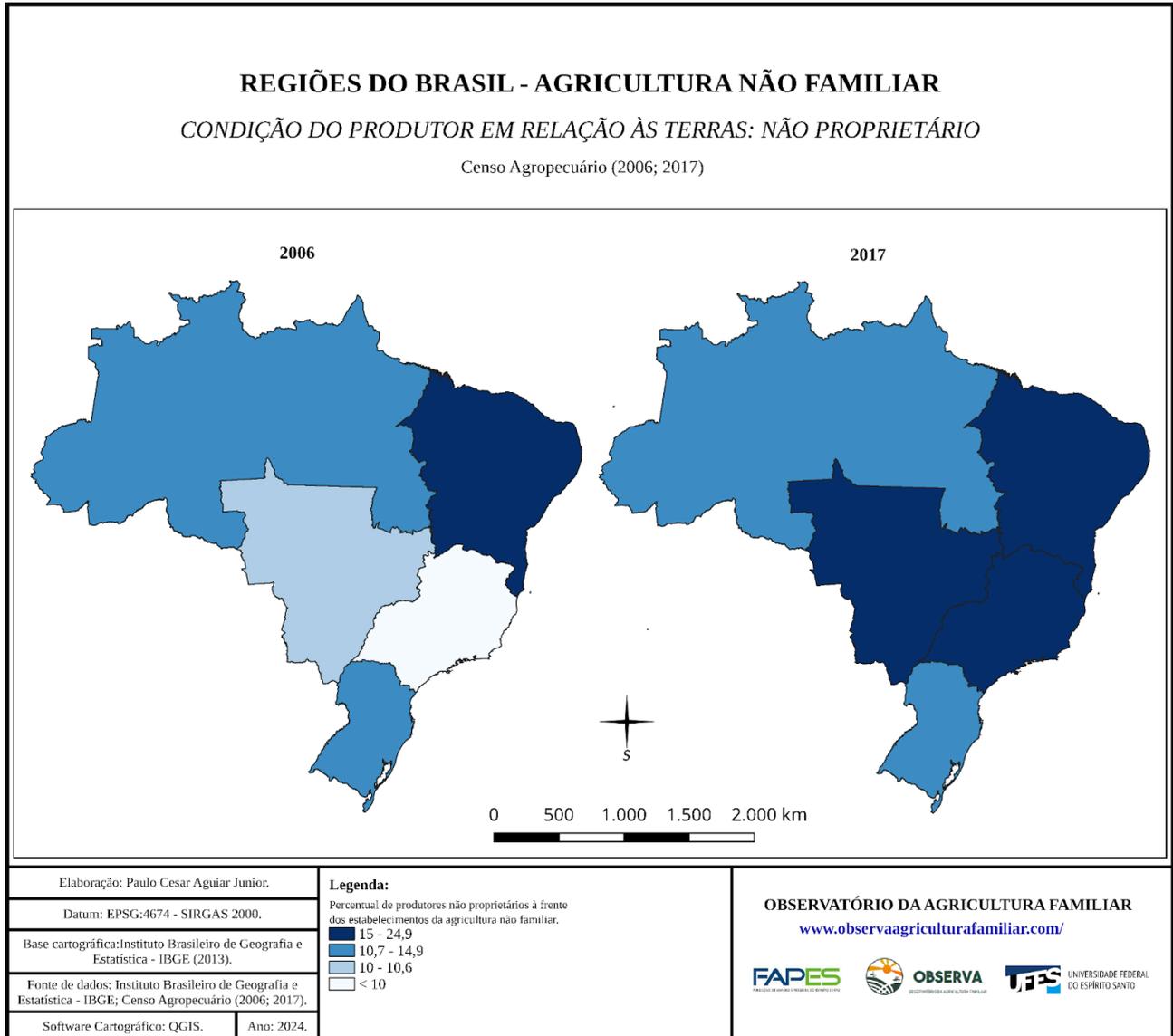
Mapa 20: Percentual de não proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar por regiões no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



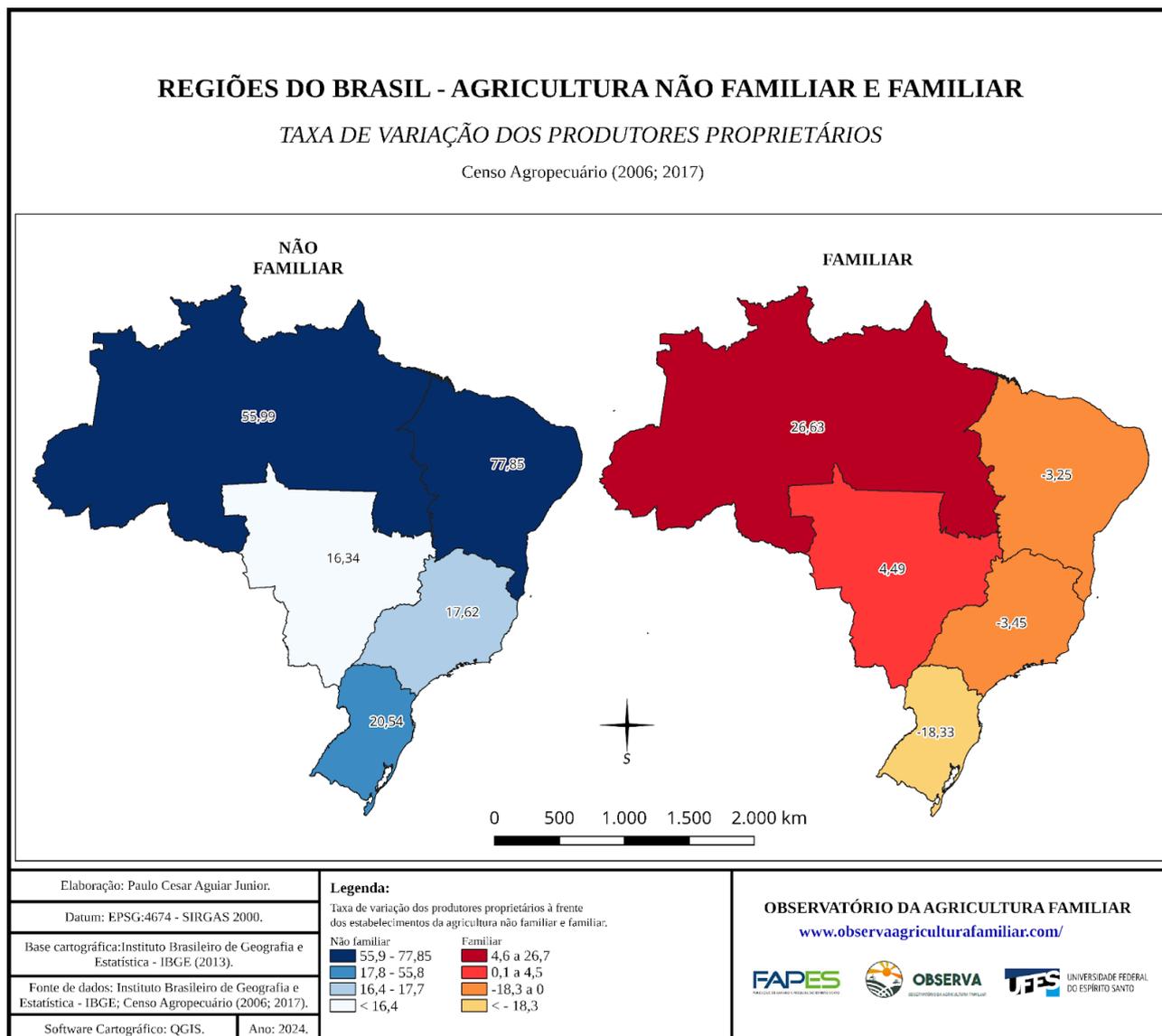
Mapa 21: Percentual de proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar por regiões no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



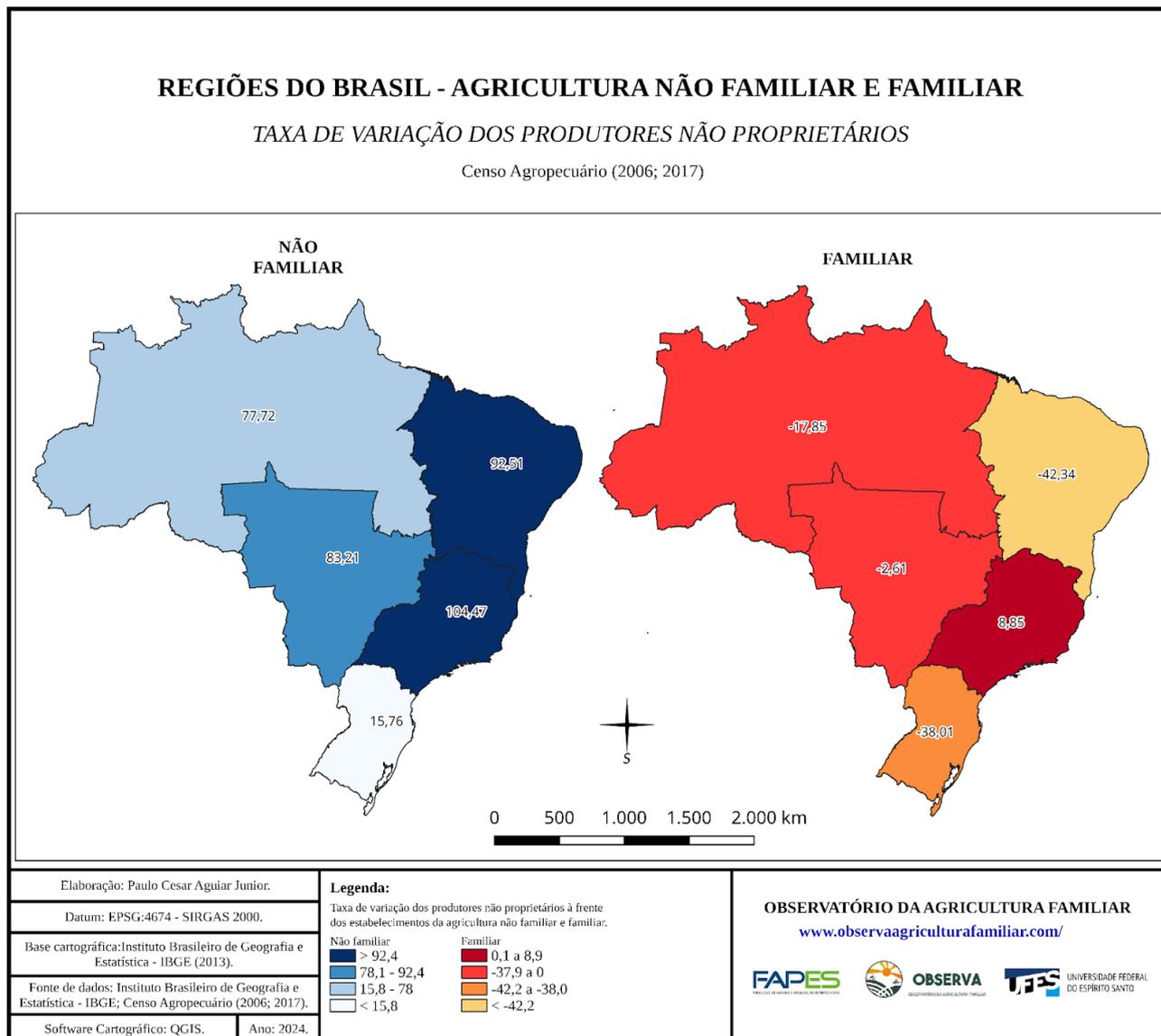
Mapa 22: Percentual de não proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar por regiões no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



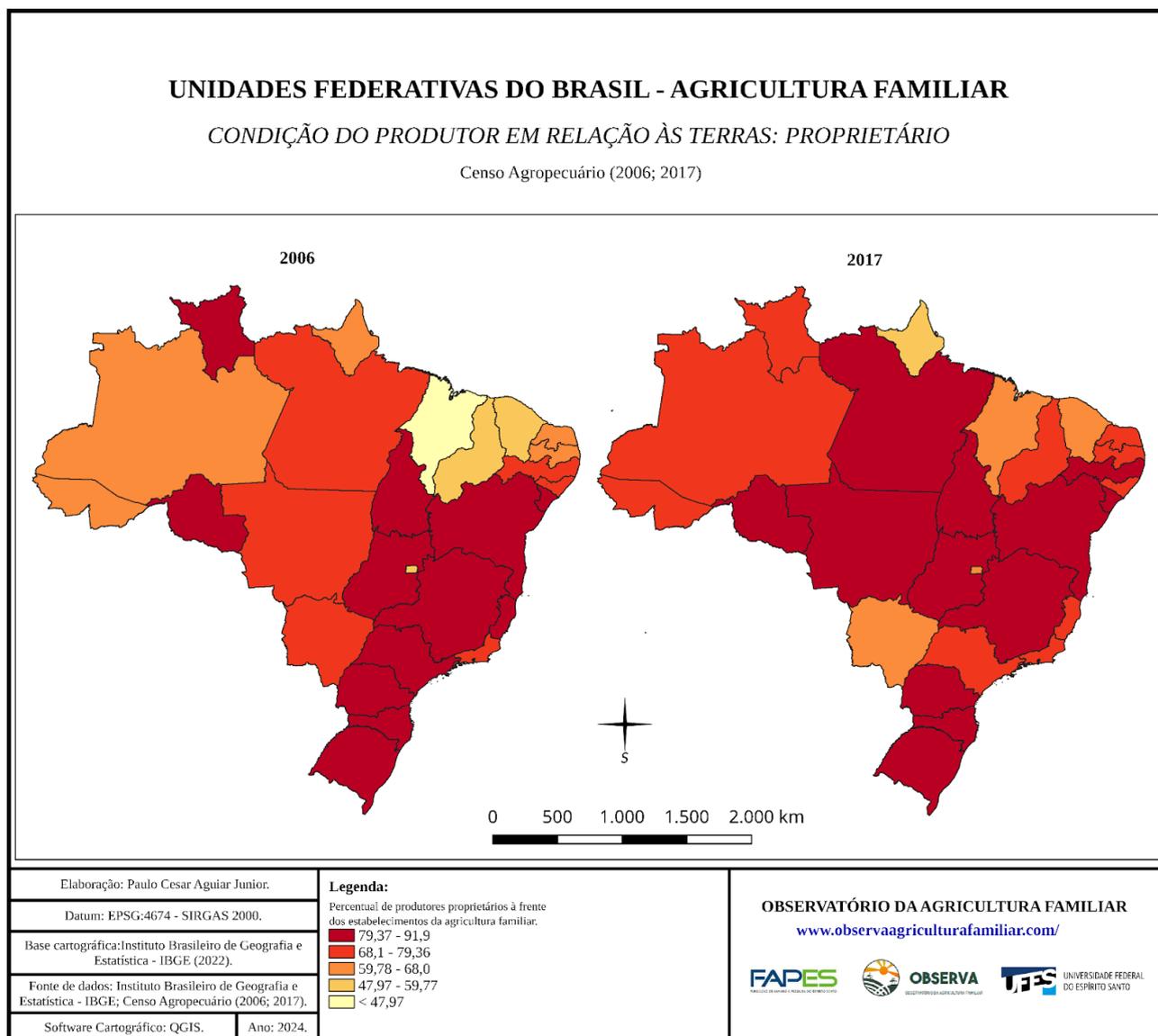
Mapa 23: Taxa de variação de proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar por regiões no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



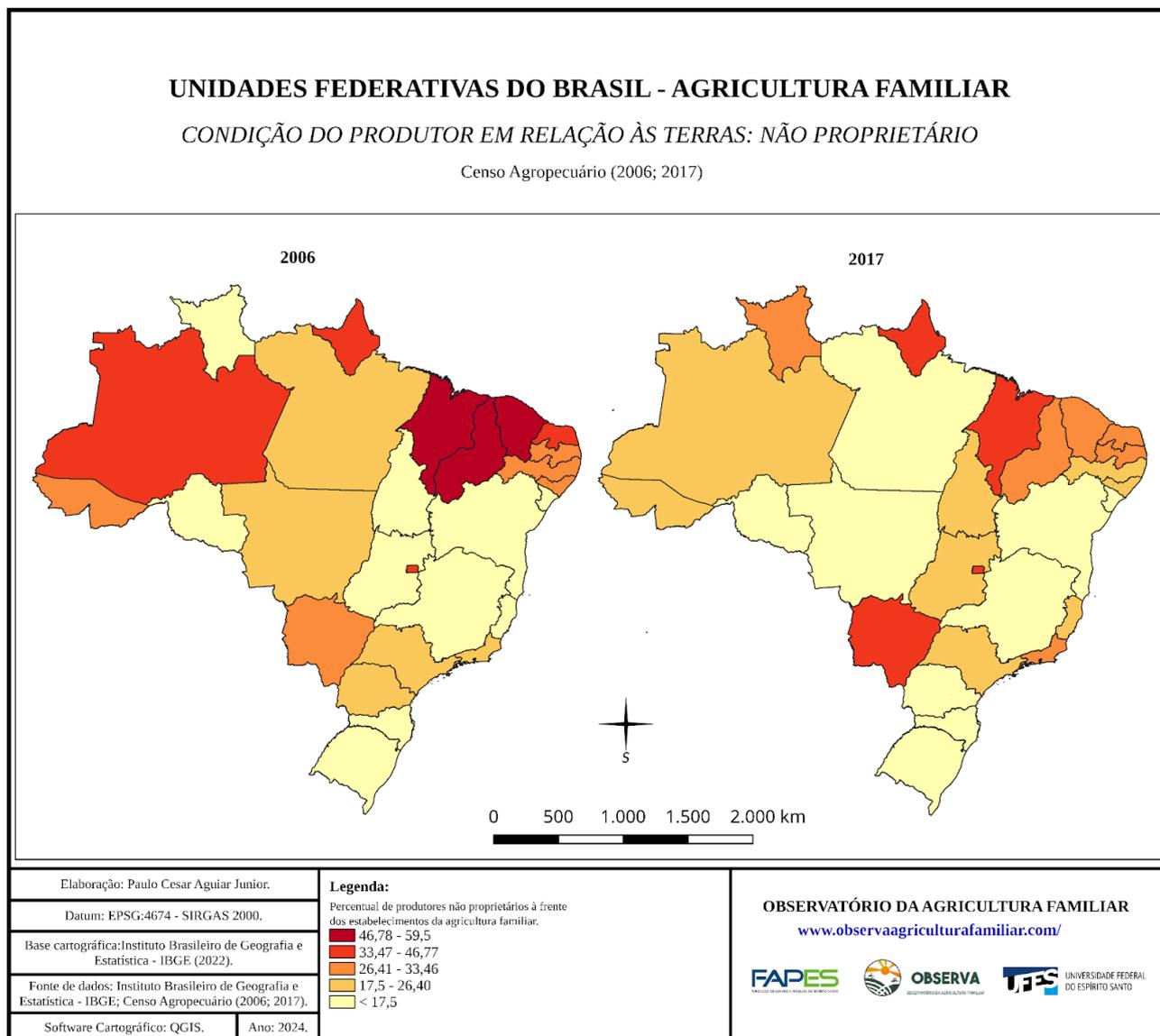
Mapa 24: Taxa de variação de não proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar por regiões no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



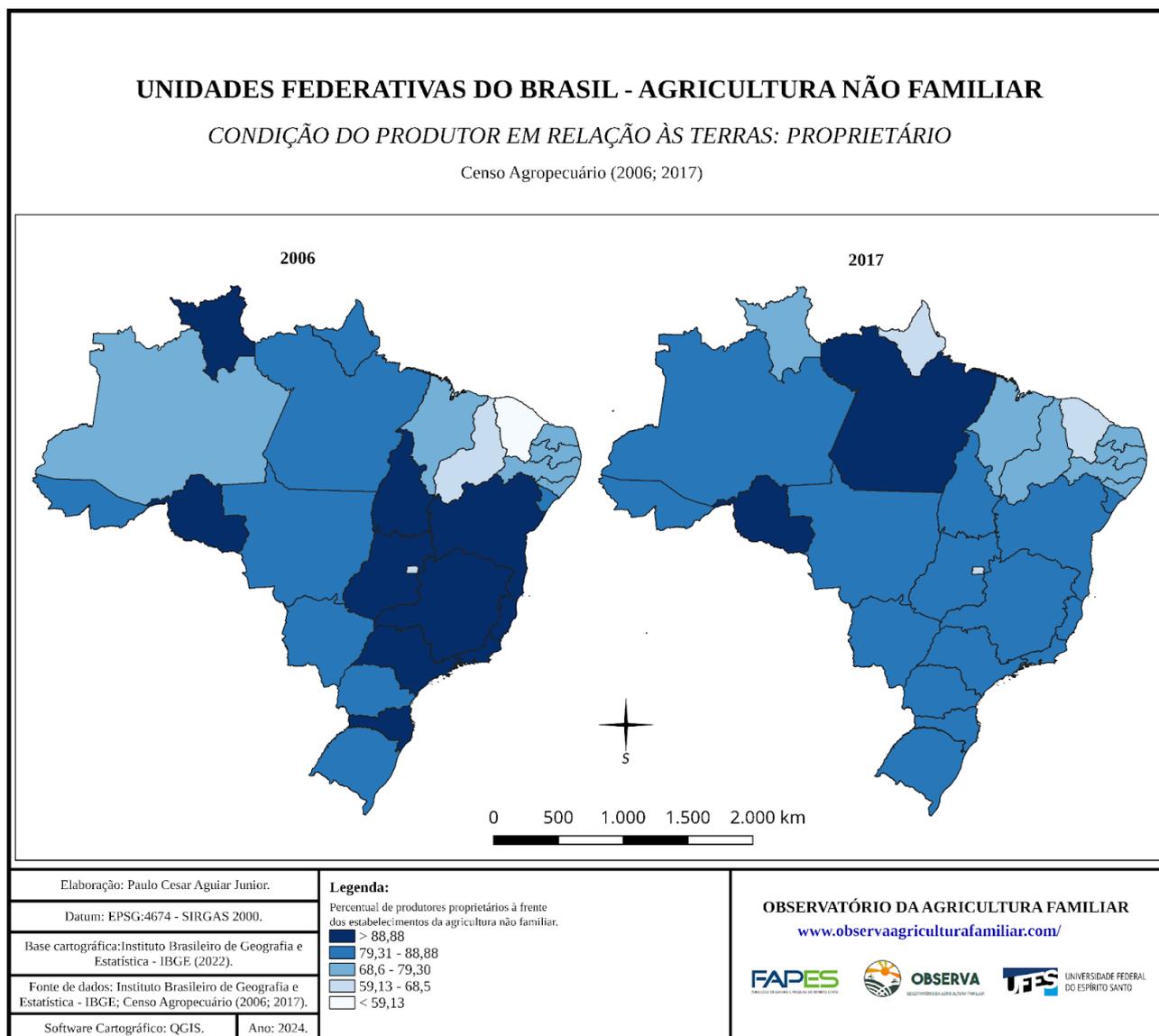
Mapa 25: Percentual de proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



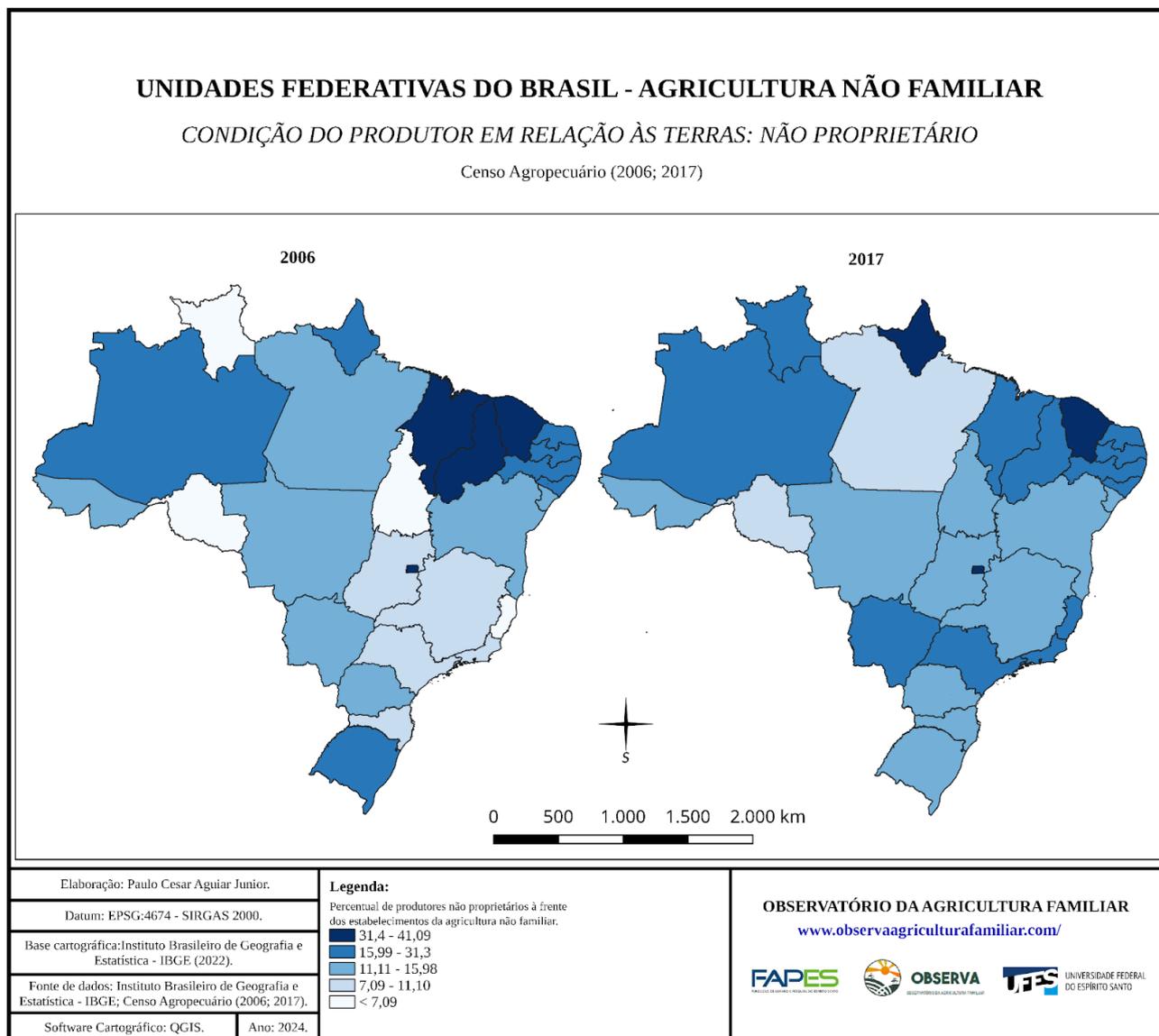
Mapa 26: Percentual de não proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



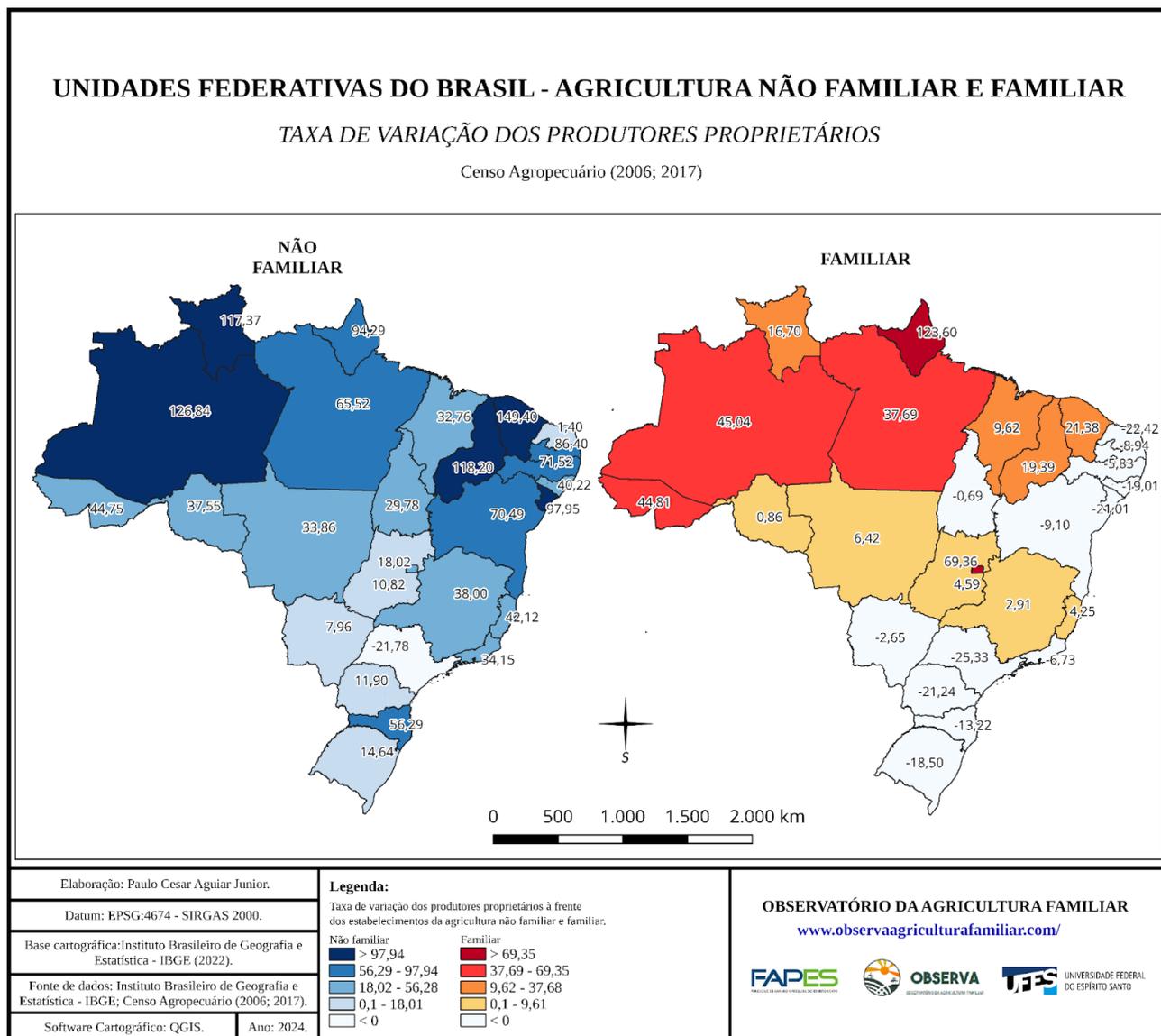
Mapa 27: Percentual de proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



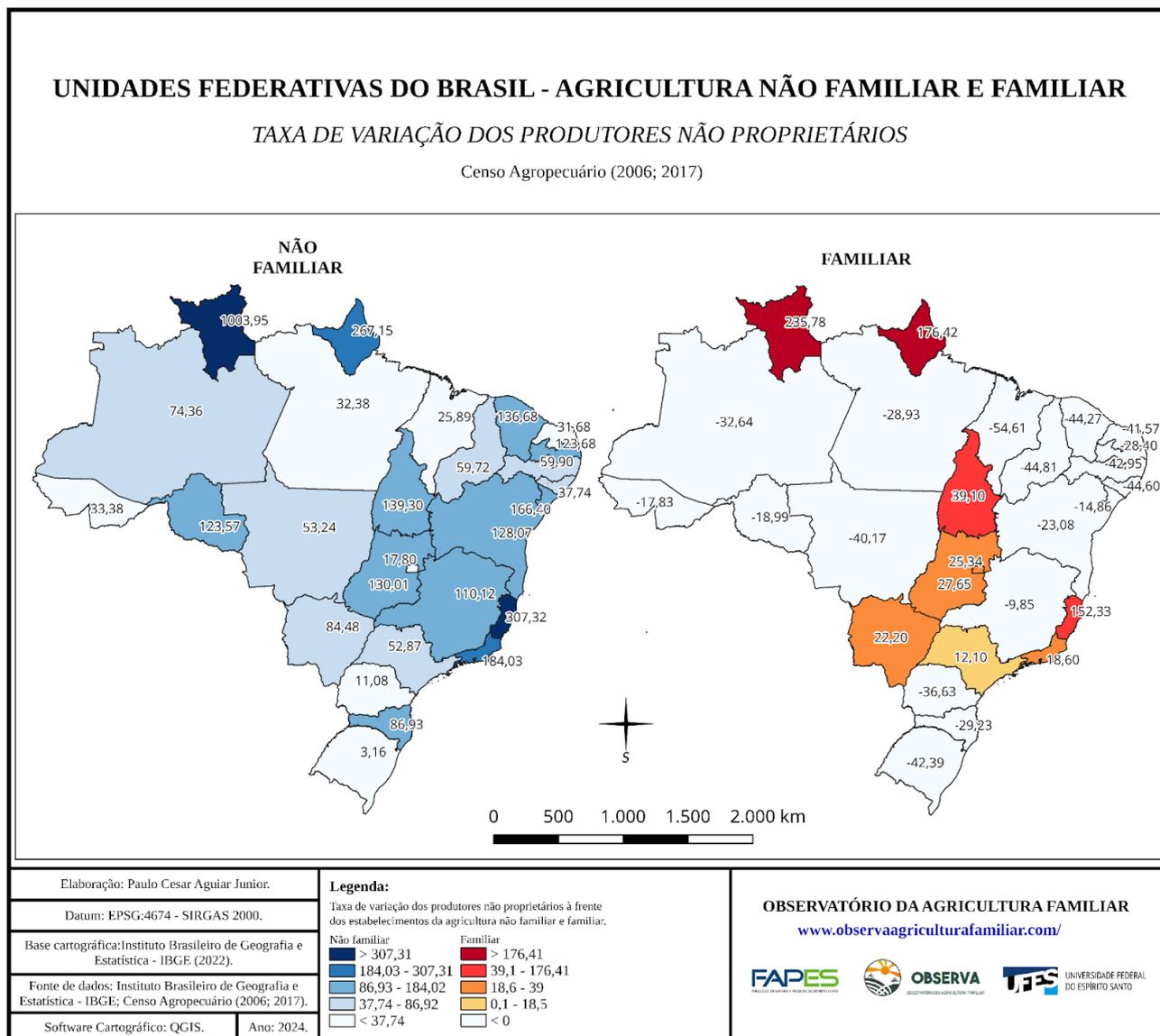
Mapa 28: Percentual de não proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Mapa 29: Taxa de variação de proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Mapa 30: Taxa de variação de não proprietários responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e não familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Capítulo 4: Dinâmicas Populacionais na Agricultura Familiar no Brasil – Classe de idade do produtor na agricultura familiar 2006/2017

A análise da distribuição etária na agricultura brasileira, tanto na agricultura familiar quanto na agricultura não familiar, revela padrões distintos de concentração de pessoas em diferentes classes de idades. Este capítulo apresenta uma visão detalhada dessas tendências, destacando as faixas etárias com maior e menor participação. Vale lembrar que os dados apresentados neste capítulo se referem a classe de idade do produtor, ou seja, refere-se a idade de quem é o responsável principal pela propriedade, não havendo dados referentes aos demais membros da família ou que trabalham na propriedade.

Neste trabalho você irá encontrar o agrupamento das classes de idade, a partir do que é apresentado no IBGE/Censo Agropecuário, organizadas da seguinte forma: "menos de 25 anos"; "de 25 a menos 55 anos"; e "55 anos ou mais". Este agrupamento foi estabelecido com base na definição das faixas etárias de jovens (até 29 anos), adultos (de 30 a 59 anos) e idosos (60 anos ou mais). Embora as categorias não correspondam exatamente a outras classificações etárias frequentemente utilizadas, a proximidade entre as faixas etárias adotadas neste estudo é considerada adequada para os objetivos deste trabalho (ver [Anexos 15](#) e [Anexo 16](#)).

Na agricultura familiar no Brasil a maior concentração de pessoas na agricultura familiar encontra-se na classe de idade de "25 a menos de 55 anos", totalizando 1.886.762 pessoas, o que representa 58,8% das pessoas na agricultura familiar no Brasil. Esse dado indica que a maior parte das pessoas na agricultura familiar está em idade produtiva e ativa, refletindo a importância dessa faixa etária.

A segunda maior concentração ocorre na classe de idade de "55 anos ou mais", com 1.934.592 pessoas, correspondendo a 40,4% do total. Esse número reflete um elevado nível de envelhecimento da força de trabalho na agricultura familiar, sugerindo que muitos trabalhadores continuam ativos mesmo após os 55 anos.

Em contrapartida, a faixa etária "menos de 25 anos" apresenta a menor participação, com apenas 76.054 pessoas, ou 4% do total da força de trabalho na agricultura familiar. Isso demonstra uma baixa renovação geracional como responsáveis principais das propriedades.

Na agricultura não familiar no Brasil, a maior concentração de pessoas como principais responsáveis pelo estabelecimento também se encontra na classe de idade de "25 a menos de 55 anos", com 710.937 pessoas, representando 57,5% do total. Assim como na agricultura familiar, essa faixa etária constitui a principal classe de idade dos responsáveis pelos estabelecimentos.

A classe de idade de "55 anos ou mais" na agricultura não familiar possui uma participação significativa, totalizando 423.877 pessoas, o que corresponde a 33,5% do total. Embora a participação de trabalhadores mais velhos seja menor em

comparação com a agricultura familiar, ainda assim é indicativo de um considerável envelhecimento dos responsáveis principais pelo estabelecimento.

Por outro lado, a classe de idade "menos de 25 anos" na agricultura não familiar apresenta a menor participação, com 24.303 pessoas, ou 3,4% do total. Esse dado reflete uma tendência semelhante à observada na agricultura familiar, com uma baixa proporção de jovens como gestores de propriedades.

A análise comparativa entre a agricultura familiar e a agricultura não familiar revela que a classe de idade de "25 a menos de 55 anos" é a que concentra a maior parte das pessoas em ambos os setores, com percentuais de 58,8% na agricultura familiar e 57,5% na agricultura não familiar. Por outro lado, a agricultura familiar apresenta um envelhecimento mais acentuado, com 40,4% das pessoas com "55 anos ou mais", em comparação com 33,5% na agricultura não familiar. Esse dado sugere que a agricultura familiar pode enfrentar desafios relacionados à sucessão e continuidade das atividades, uma vez que a proporção de jovens é muito reduzida.

Além disso, a baixa participação de jovens "menos de 25 anos" em ambos, com 4% na agricultura familiar e 3,4% na não familiar, evidencia que jovens não têm tido acesso a terra na agricultura brasileira.

Numa análise comparativa da distribuição etária na agricultura familiar e não familiar no Brasil, considerando as diferenças entre 2006 e 2017, revela tendências importantes sobre a evolução demográfica do mundo rural brasileiro.

Entre 2006 e 2017, constatou-se uma diminuição nos responsáveis principais pelo estabelecimentos na faixa de "menos de 25 anos" em ambas as categorias (agricultura

familiar e não familiar) em todas as regiões do Brasil. Essa redução é mais acentuada na agricultura familiar, sugerindo uma crescente dificuldade em proporcionar que jovens assumam os estabelecimentos agropecuários.

Na faixa etária de "menos de 25 anos" nas regiões do Brasil, apresentou as seguintes características. Na região Norte, a agricultura não familiar registrou uma queda de 22,5%, passando de 3.284 pessoas para 2.547. Na agricultura familiar, a diminuição foi de 11,8%, com a redução de 19.764 para 17.435 pessoas. Na região Nordeste, a redução foi mais expressiva. O número na agricultura não familiar diminuiu em 25,0%, de 11.797 para 8.846. Já na agricultura familiar, houve uma queda acentuada de 57,7%, passando de 90.728 para 38.368 pessoas. Na região Sudeste, a agricultura não familiar sofreu um declínio de 26,6%, com o número de pessoas com "menos de 25 anos" caindo de 4.364 para 3.204. A agricultura familiar também registrou uma redução significativa de 33,2%, com o número de pessoas caindo de 12.257 para 8.179. Na região Sul, a agricultura não familiar registrou uma queda de 17,2%, de 2.976 para 2.462 pessoas com "menos de 25 anos". Já a agricultura familiar apresentou uma redução de 47,5%, passando de 17.794 para 9.337 pessoas. Na região Centro-Oeste, a agricultura não familiar caiu 49,5%, com uma redução de 2.644 para 1.335 pessoas, enquanto a agricultura familiar sofreu uma diminuição de 45,0%, passando de 4.975 para 2.735.

De forma geral, no Brasil, a agricultura não familiar apresentou uma leve redução de 3,0%, com o número de pessoas com "menos de 25 anos" caindo de 25.065 para

24.303. No entanto, a agricultura familiar experimentou uma queda substancial de 47,7%, passando de 145.518 para 76.054 pessoas.

Esses números indicam uma diminuição generalizada da presença de jovens como responsáveis principais pelos estabelecimentos agropecuários, especialmente na agricultura familiar, com destaque para as regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde essa queda é particularmente expressiva. Esse fenômeno pode estar relacionado a fatores como a falta de incentivo à permanência dos jovens no campo, ausência de políticas públicas voltadas para a juventude rural, e o aumento da migração para centros urbanos em busca de melhores oportunidades.

Na faixa etária intermediária, "de 25 a menos de 55 anos", observa-se um comportamento misto entre agricultura não familiar e agricultura familiar. Enquanto a agricultura não familiar apresentou crescimento em algumas regiões, a agricultura familiar registou uma diminuição significativa, sugerindo uma transformação estrutural na sua composição. Na região Norte, a agricultura não familiar teve um aumento de 43,9% (de 43.805 para 63.044), enquanto a agricultura familiar cresceu de forma mais modesta, 4,9% (de 271.678 para 285.057). Na região Nordeste, o número de pessoas como responsáveis principais pelos estabelecimentos na agricultura não familiar aumentou 91,1% (de 175.739 para 335.903), mas a agricultura familiar apresentou uma queda de 27,7% (de 1.239.640 para 895.102). Na região Sudeste, a agricultura não familiar cresceu 8,8% (de 133.162 para 144.901), enquanto a agricultura familiar apresentou uma queda de 20,8% (de 377.062 para 298.524). Na região Sul, a agricultura não familiar teve um aumento modesto de

4,9% (de 99.519 para 104.483) "de 25 a menos de 55 anos", enquanto a agricultura familiar teve uma diminuição significativa de 39,7% (de 509.685 para 307.144). Na região Centro-Oeste, a agricultura não familiar apresentou uma leve queda de 3,2% (de 64.673 para 62.606), enquanto a agricultura familiar diminuiu 22,4% (de 130.037 para 100.935).

A nível nacional, o número de pessoas como responsável principal pelos estabelecimentos "de 25 a menos de 55 anos" na agricultura não familiar aumentou 37,5% (de 516.898 para 710.937), enquanto a agricultura familiar apresentou uma diminuição de 25,4% (de 2.528.102 para 1.886.762).

A classe etária de pessoas como principais responsáveis pelo estabelecimento no rural brasileiro "com 55 anos ou mais" no período de 2006 a 2017, apresentou um crescimento significativo tanto na agricultura familiar quanto na agricultura não familiar, em todas as regiões do país. Esse aumento sugere um envelhecimento da força de trabalho agrícola, especialmente na agricultura familiar. Na região Norte, a agricultura não familiar cresceu 110,7% (de 16.023 para 33.763), enquanto a agricultura familiar aumentou 46,9% (de 121.224 para 178.083). Na região Nordeste, a agricultura não familiar cresceu 64,2% (de 79.393 para 130.372), e a agricultura familiar aumentou modestamente em 5,7% (de 856.763 para 905.376). Na região Sudeste, a agricultura não familiar aumentou 48,1% (de 84.816 para 125.639) de pessoas ocupadas "com 55 anos ou mais", enquanto a agricultura familiar cresceu 23,1% (de 310.436 para 382.242). Na região Sul, a agricultura não familiar teve um crescimento de 40,9% (de 54.015 para 76.127), enquanto a agricultura familiar

creceu 8,4% (de 322.214 para 349.286). Na região Centro-Oeste, a agricultura não familiar apresentou um aumento de pessoal ocupado "com 55 anos ou mais" da ordem de 74,8% (de 33.159 para 57.976), enquanto a agricultura familiar cresceu 45,9% (de 82.010 para 119.605).

No Brasil, a categoria agricultura não familiar, no que se refere a faixa etária "com 55 anos ou mais", cresceu 58,5% (de 267.406 para 423.877) de 2006 a 2017, enquanto a agricultura familiar aumentou 14,3% (de 1.692.647 para 1.934.592).

Esse aumento da participação de trabalhadores acima de 55 anos no rural reflete um processo de envelhecimento da força de trabalho, especialmente na agricultura familiar.

Os dados analisados para o período entre 2006 e 2017 indicam uma transformação significativa no perfil etário da força de trabalho no rural do Brasil. A faixa etária de "menos de 25 anos" sofreu uma redução drástica, particularmente na agricultura familiar, enquanto a participação "com 55 anos ou mais" aumentou de forma expressiva, tanto na agricultura familiar quanto na não familiar, sugerindo um processo de envelhecimento. A faixa etária intermediária, "de 25 a menos de 55 anos", apresentou um crescimento na agricultura não familiar, enquanto a agricultura familiar sofreu uma diminuição significativa nessa faixa.

Sendo que o Nordeste é a região que mais preocupa, tanto pela sua grande concentração de trabalhadores da agricultura familiar quanto pelo impacto do envelhecimento observado. Em 2017, o número de pessoas como responsáveis principais com "menos de 25 anos" na agricultura familiar diminuiu

significativamente, 57,7%, em comparação a 2006. Ao mesmo tempo, o número de pessoas como principais responsáveis pelo estabelecimento com "55 anos ou mais" cresceu 5,7%. Essa região, historicamente dependente da agricultura familiar, está vivenciando um declínio acelerado de sua força de trabalho jovem, o que ameaça a sustentabilidade das atividades agrícolas e a continuidade da agricultura familiar

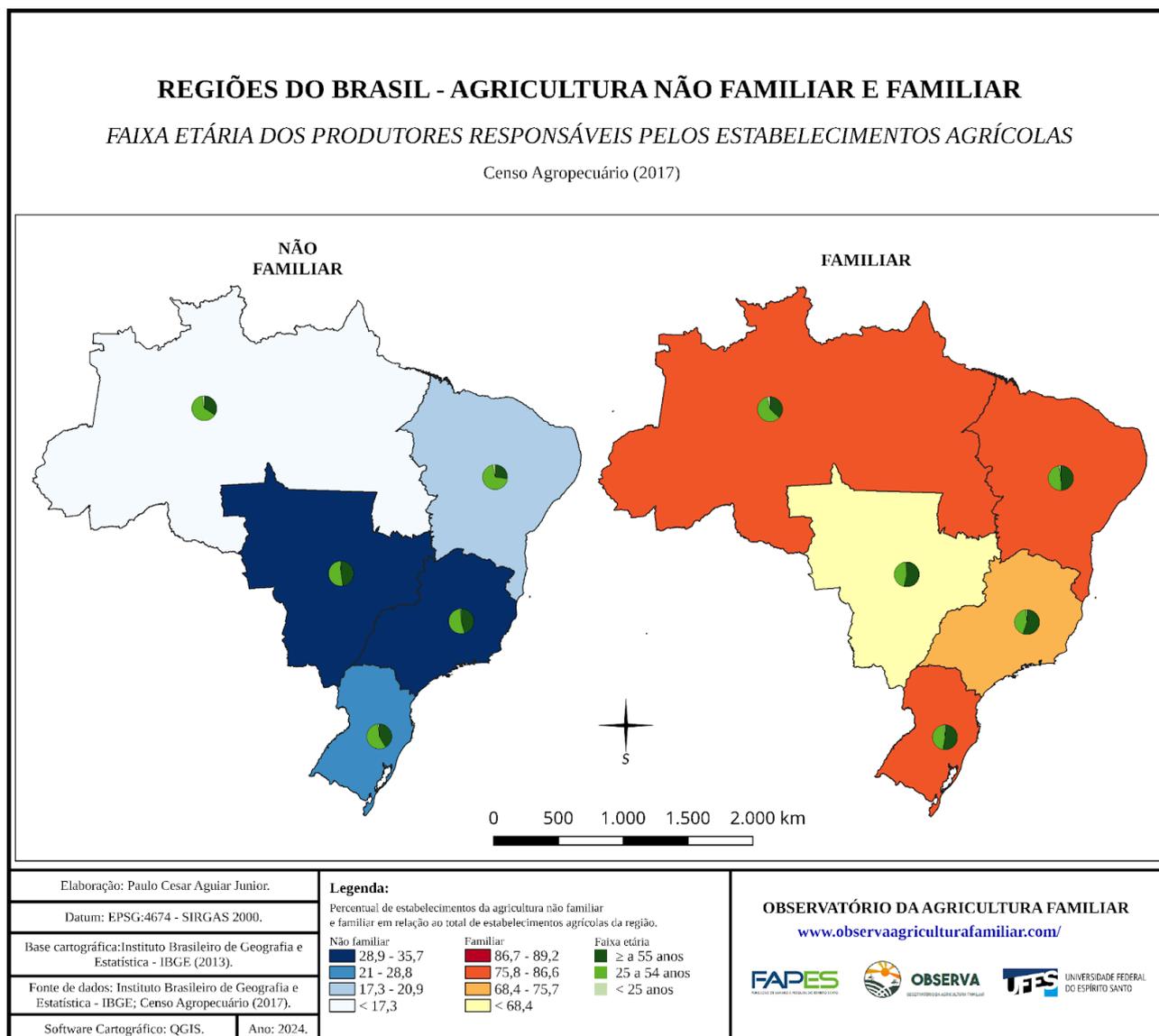
Embora a região Sul tenha registrado um aumento no número de pessoas como principais responsáveis pelo estabelecimento com "55 anos ou mais" na agricultura familiar (8,4%), a queda de trabalhadores "entre 25 e 55 anos" foi alarmante, com uma redução de 39,7%. A região Sul, conhecida por suas práticas agrícolas avançadas e diversificadas, enfrenta o desafio de atrair jovens para substituir a população envelhecida. O forte declínio na faixa etária em idade produtiva pode refletir uma falta de interesse dos jovens em seguir na agricultura.

Essas regiões precisam de fortes incentivos econômicos, investimentos em educação, moradia e internet rural, ampliação e facilitação de acesso ao crédito rural e fundiário, reforma agrária, com o objetivo de promover certa sustentabilidade para a sucessão familiar, estimulando a renovação geracional a longo prazo da agricultura familiar no Brasil.

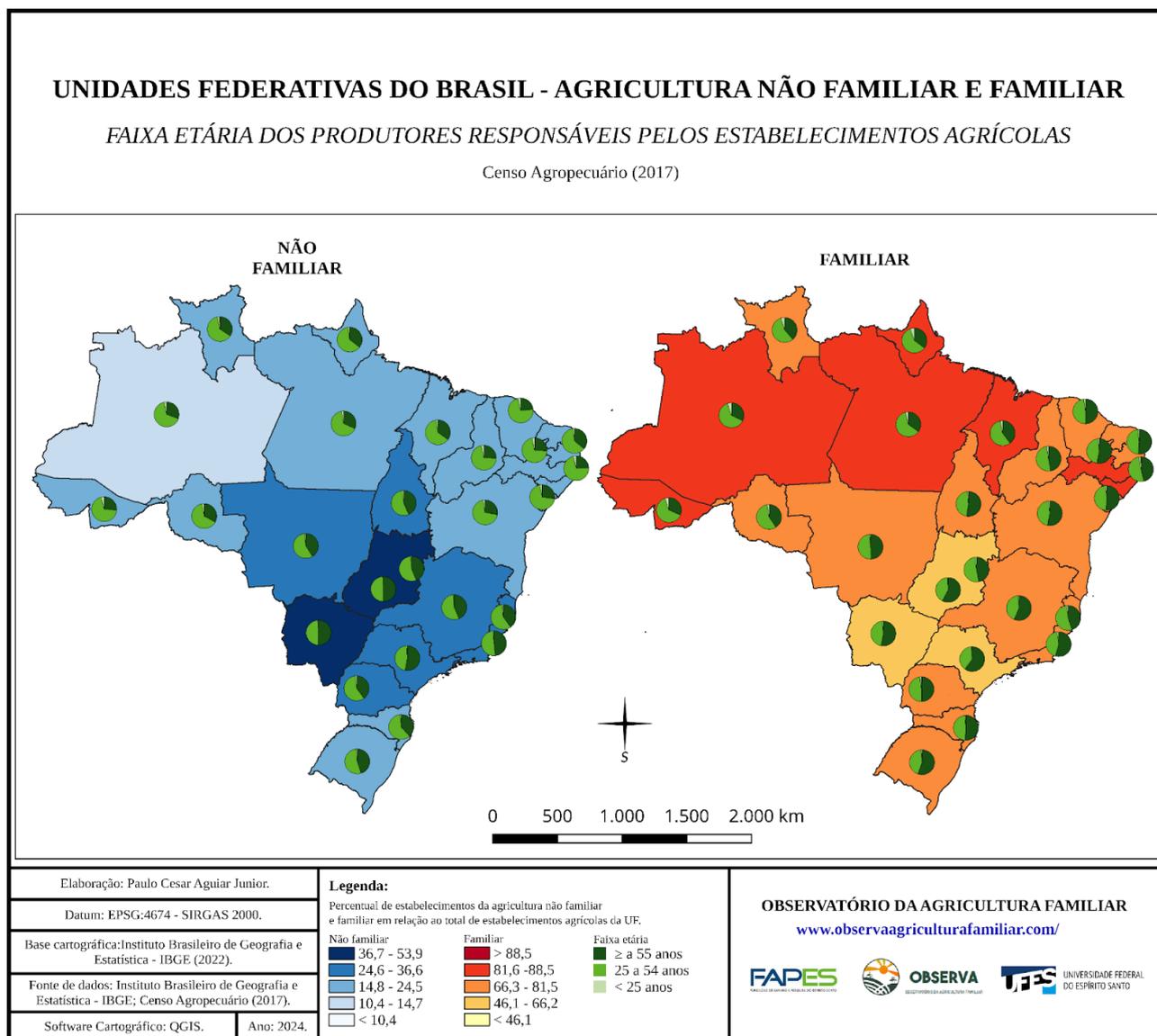
Nas próximas décadas, a agricultura familiar no Brasil enfrentará, provavelmente, desafios relacionados ao envelhecimento da força de trabalho e à falta de renovação geracional. A implementação de políticas públicas voltadas para a juventude rural e a sucessão familiar será essencial para a sustentabilidade da agricultura brasileira. Caso contrário, o Brasil poderá testemunhar uma redução significativa no número de

propriedades familiares e uma maior concentração de terras nas mãos de grandes produtores, o que impactará diretamente na produção de alimentos e no preço dos alimentos para a população brasileira.

Mapa 31: Faixa etária dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas na agricultura familiar e não familiar por regiões no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Mapa 32: Faixa etária dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas na agricultura familiar e não familiar por estados no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Capítulo 5: O Trabalho Infantil na Agricultura Familiar no Brasil

Neste capítulo será apresentados dados e uma breve analisa sobre o trabalho infantil na agricultura familiar e não familiar no Brasil, com base em dados dos anos 2006 e 2017. Os dados apresentados abrangem os estados e as regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), além dos dados totais no Brasil. Neste trabalho está sendo considerado como trabalho infantil toda e qualquer criança que seja considerada pessoa ocupada com menos de 14 anos, seja na agricultura familiar ou não familiar (ver [Anexo 9](#) e [Anexo 10](#)). Portanto, os dados aqui apresentados são referentes a pessoal ocupado com menos de 14 anos.

O trabalho infantil, especialmente em atividades agrícolas, é uma questão profundamente enraizada na estrutura socioeconômica rural do Brasil. No contexto da agricultura familiar, a participação de crianças historicamente tem sido associada a questões de subsistência, falta de acesso à educação e à necessidade de complementar a renda familiar. A Constituição Brasileira e convenções internacionais, como as da Organização Internacional do Trabalho (OIT), consideram o trabalho infantil ilegal em condições prejudiciais à saúde e à educação, mas ele ainda persiste, principalmente nas áreas rurais.

Os dados revelam uma clara tendência de redução do trabalho infantil tanto na agricultura familiar quanto na não familiar.

Em 2006, o total de menores de 14 anos ocupados na agricultura no Brasil, somando os segmentos familiar e não familiar, era de 1.062.306 pessoas. Desse total, 910.419 estavam envolvidos na agricultura familiar, enquanto 151.887 trabalhavam na agricultura não familiar. Em 2017, o número total de menores de 14 anos ocupados na agricultura reduziu-se para 580.052, com 441.128 atuando na agricultura familiar e 138.924 na agricultura não familiar. Essa redução expressiva de 45,4% no número de menores ocupados no setor agrícola ao longo de 11 anos reflete uma significativa mudança no contexto socioeconômico e nas políticas públicas voltadas à proteção da infância, especialmente no âmbito da agricultura familiar.

Ao longo do período de 11 anos (2006-2017), houve uma diminuição de 12.963 pessoas ocupadas na agricultura não familiar, o que representa uma diminuição de -8,5%. Em contraste, a agricultura familiar apresentou uma redução significativamente maior, com 469.291 pessoas a menos, o que corresponde a uma variação negativa de 51,5%.

A análise revela uma tendência clara de redução no número de menores de 14 anos ocupados na agricultura no Brasil entre 2006 e 2017, com quedas expressivas em ambos os segmentos. No entanto, a redução foi mais pronunciada na agricultura familiar, onde mais da metade dos menores de 14 anos ocupados em 2006 já não estavam mais presentes em 2017. A queda de 51,5% neste segmento pode refletir tanto as mudanças nas políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil

quanto as transformações socioeconômicas que afetaram as estruturas familiares no meio rural durante o período em questão.

Por outro lado, a diminuição na agricultura não familiar, embora menos acentuada, com uma queda de 8,5%, também indica esforços para reduzir a presença de menores de 14 anos nesse tipo de atividade econômica, ainda que em menor escala se comparado à agricultura familiar.

Essa diminuição pode refletir o impacto das políticas públicas implementadas nas últimas décadas, como o programa Bolsa Família, que incentiva a permanência de crianças na escola ao condicionar o recebimento de benefícios ao cumprimento de exigências educacionais e de saúde. A ampliação do acesso à educação e o fortalecimento de mecanismos de fiscalização, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), também são fatores cruciais. Mas também pode ser impacto direto da própria redução de área da agricultura familiar, como de pessoal ocupado, pois na agricultura não familiar que teve um aumento significativo de pessoal ocupado de área e de estabelecimentos, observa-se uma queda tímida do trabalho infantil.

Embora a redução do trabalho infantil seja um fenômeno generalizado, há importantes variações regionais.

Na região Norte apresentou uma modesta redução no número de crianças menores de 14 anos envolvidas na agricultura familiar, passando de 187.893 em 2006 para 141.311 em 2017. Apesar da diminuição, a agricultura familiar na região Norte continua com forte presença da mão de obra infantil, uma vez que muitos municípios

da região enfrentam desafios significativos em termos de acesso à educação e políticas públicas de proteção social.

No Nordeste, historicamente uma das regiões com maior prevalência de trabalho infantil, registrou uma redução acentuada de 433.317 crianças envolvidas na agricultura familiar em 2006 para 178.868 em 2017. Contudo, a região ainda concentra uma parte considerável da mão de obra infantil agrícola no país, indicando que há muito a ser feito para superar os desafios socioeconômicos locais, como a pobreza estrutural e o acesso limitado a serviços públicos.

Nas regiões Sudeste e Sul, mais urbanizadas e com maior industrialização, mostraram um declínio considerável no trabalho infantil. No Sudeste, o número de crianças na agricultura familiar caiu de 85.745 em 2006 para 40.600 em 2017. No Sul, a queda foi de 154.216 para 47.375 no mesmo período. Essas regiões têm maior acesso a escolas e a políticas de assistência social, o que facilita a transição de crianças da agricultura para a educação.

Na região Centro-Oeste, registrou uma redução significativa de 49.248 para 32.974 crianças envolvidas na agricultura familiar. A modernização do setor agrícola e o aumento da fiscalização contribuíram para essa redução, embora a região ainda tenha uma alta demanda por mão de obra sazonal, o que pode perpetuar a vulnerabilidade de crianças ao trabalho.

No que se refere aos estados que mais se destacaram no combate do trabalho infantil no rural, mas também aqueles que se destacam negativamente, conclui-se:

Os estados que mais se destacam em termos de redução no trabalho infantil na

agricultura familiar entre 2006 e 2017 foram o estado do Ceará, com uma variação de -61,3%, sendo que este estado apresentou uma das maiores reduções absolutas, com o percentual de trabalho infantil caindo de 6,35% para 2,46%. A queda é particularmente notável, pois coloca o estado entre aqueles com menores percentuais em 2017. O estado da Paraíba teve uma redução expressiva, com uma queda de quase 60%, saindo em 2006 de 4,84% para 2017 para 1,94% de pessoal ocupado até 14 anos no estado. O estado de Alagoas também apresentou uma forte redução, com uma diminuição de mais de 50% no percentual de trabalho infantil no campo.

Já os estados com as maiores reduções do trabalho infantil na agricultura não familiar foram o estado do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No estado do Espírito Santo apresentava em 2006 o percentual de 1,56% e em 2017 foi para 0,62%, sendo uma das reduções mais importantes do trabalho infantil na agricultura não familiar, com uma queda de mais de 60%. O estado de Minas Gerais reduziu o trabalho infantil da agricultura não familiar em -15,9%. Já o estado do Rio de Janeiro apresentou uma redução significativa, de 0,60% para 0,37%, uma queda de 38,3%. Apesar dos números absolutos serem pequenos, a redução percentual é expressiva.

Embora haja uma tendência geral de queda, alguns estados apresentaram variações menos significativas ou até aumento no trabalho infantil entre 2006 e 2017, especialmente na agricultura não familiar, como foi o caso do estado do Mato Grosso que foi um dos poucos estados que apresentou aumento do trabalho infantil na agricultura não familiar, com uma variação de +5,3%. O estado de São Paulo também mostrou aumento na agricultura não familiar, passando de 0,75% para 0,88%, uma

variação de +17,4%.

Vale destacar que as maiores disparidades de pessoal ocupado até 14 anos de idade, entre a agricultura familiar e agricultura não familiar, ocorrem nas regiões Norte e Nordeste, especialmente em estados como Acre, Amazonas e Rondônia, onde o trabalho infantil na agricultura familiar é muito mais predominante que na agricultura não familiar. Essas disparidades, no entanto, diminuíram de forma significativa entre 2006 e 2017.

Já os estados com maior redução de trabalho infantil no campo foram identificados no Ceará, Paraíba, Alagoas e Espírito Santo, especialmente na agricultura familiar. E os estados com aumento do trabalho infantil no campo no período pesquisado, estão nos estados do Mato Grosso e São Paulo, que embora registraram pequenos aumentos na agricultura não familiar, não é concebível nos dias de hoje ainda haver tal tipo de trabalho, seja no rural ou no urbano.

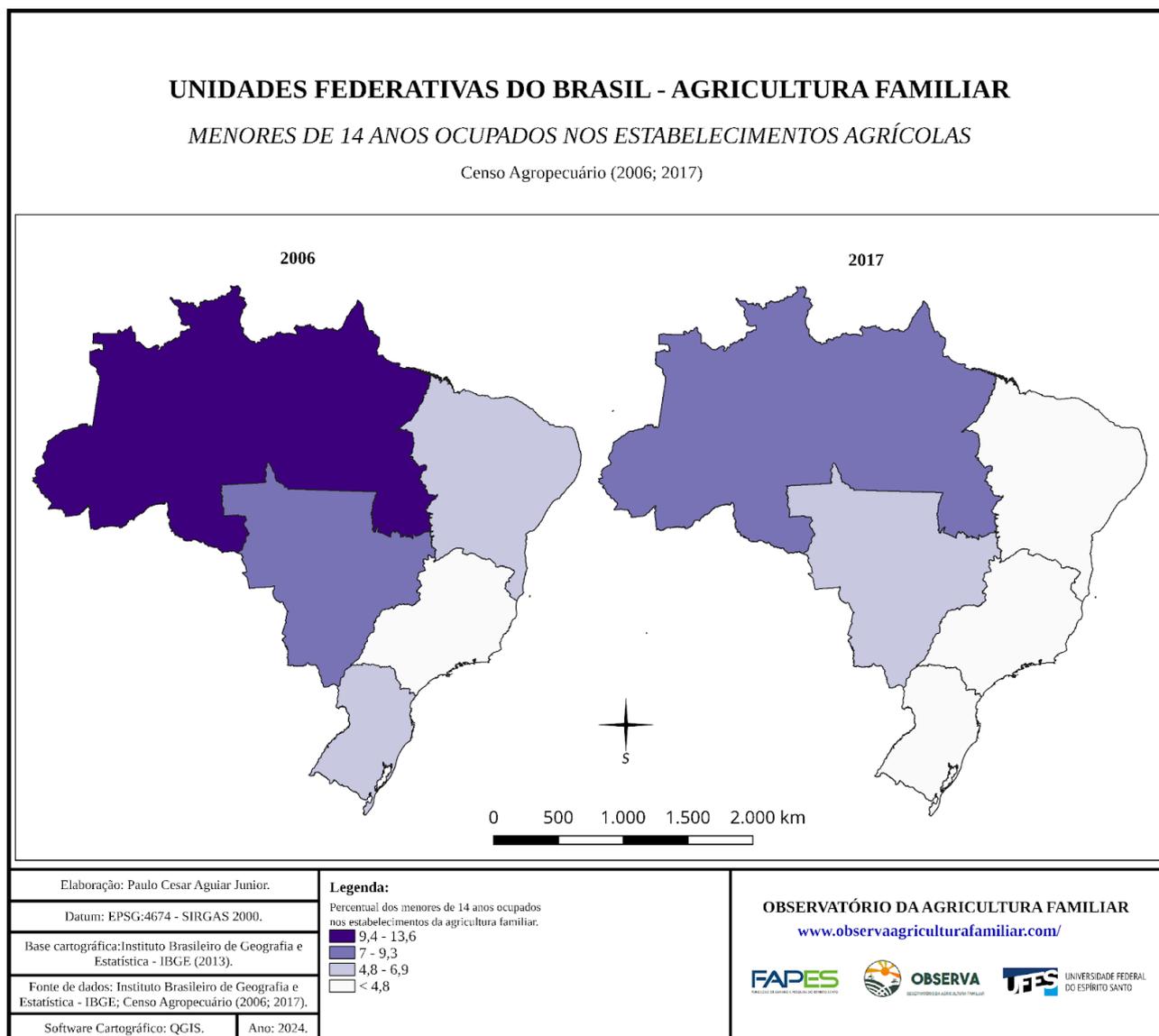
Os dados revelam que, embora tenha havido avanços na redução do trabalho infantil, as condições socioeconômicas e regionais desempenham um papel crucial na perpetuação desse fenômeno. Nas áreas rurais, especialmente no Norte e no Nordeste, a pobreza estrutural, a baixa escolaridade dos pais e a falta de alternativas econômicas significativas forçam muitas famílias a recorrerem ao trabalho infantil como estratégia de sobrevivência. A agricultura familiar é um espaço onde as crianças frequentemente são vistas como parte integrante da força de trabalho familiar, contribuindo para as atividades desde tenra idade.

Ao mesmo tempo, a redução do trabalho infantil na agricultura familiar nas regiões

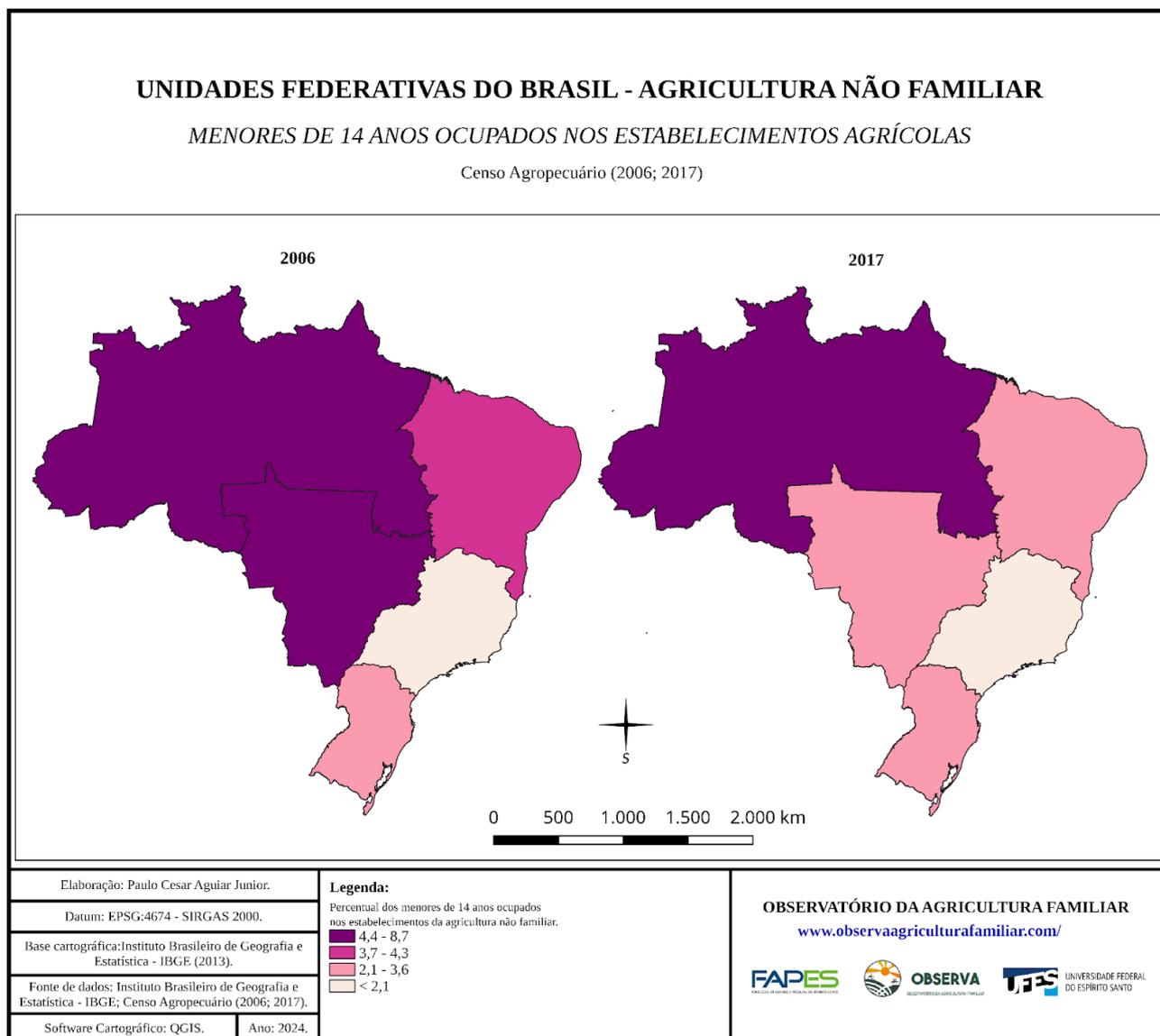
mais desenvolvidas, como Sul e Sudeste, sugere que o fortalecimento de políticas sociais e o acesso à educação podem transformar essa realidade.

A agricultura familiar ainda é o setor que mais emprega crianças, especialmente em regiões onde o acesso à educação é limitado e a pobreza é prevalente. Políticas públicas integradas, que garantam acesso universal à educação e promovam o desenvolvimento rural, são essenciais para erradicar o trabalho infantil no Brasil.

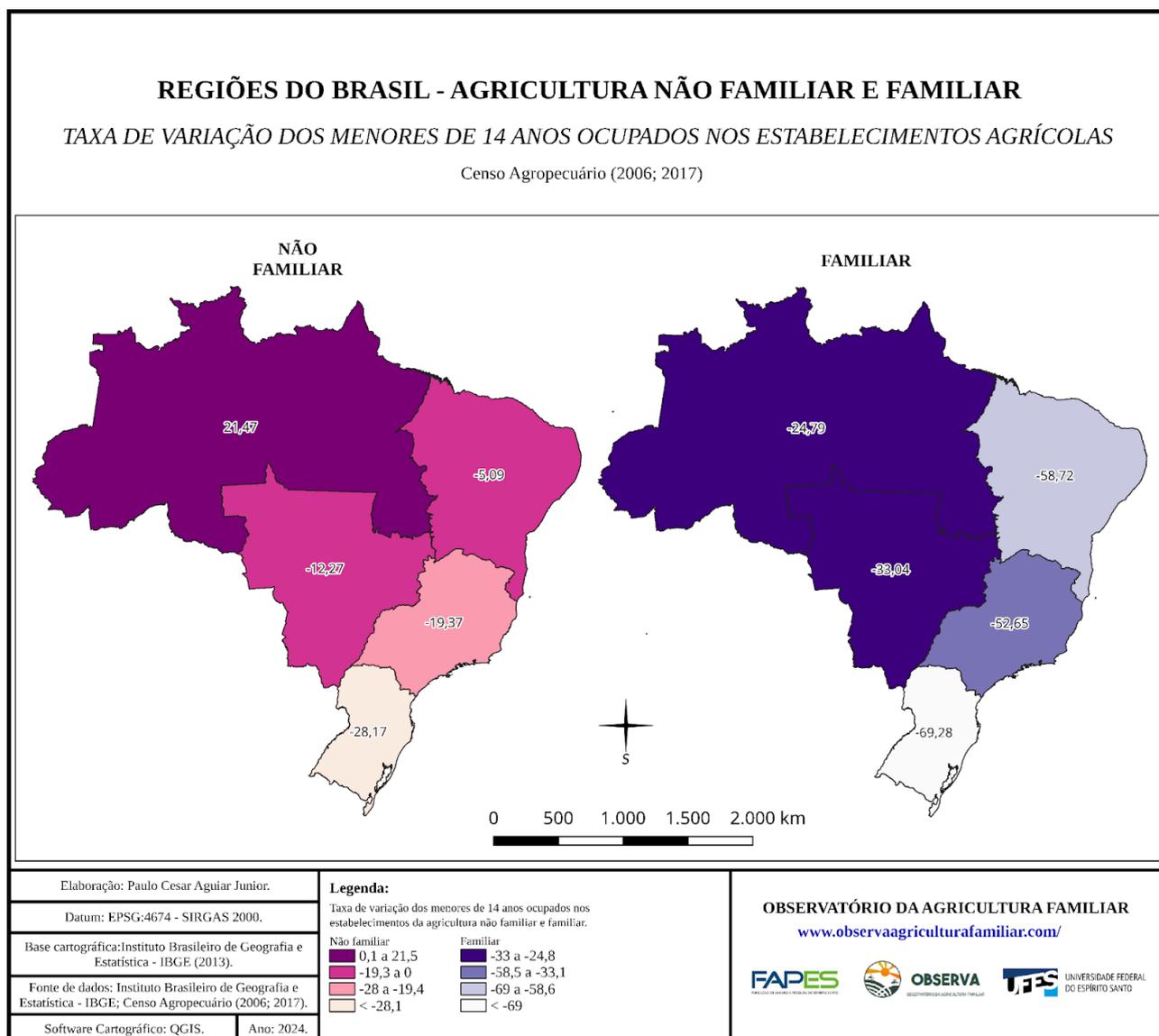
Mapa 33: Percentual de menores de 14 anos ocupados nos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar por regiões do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



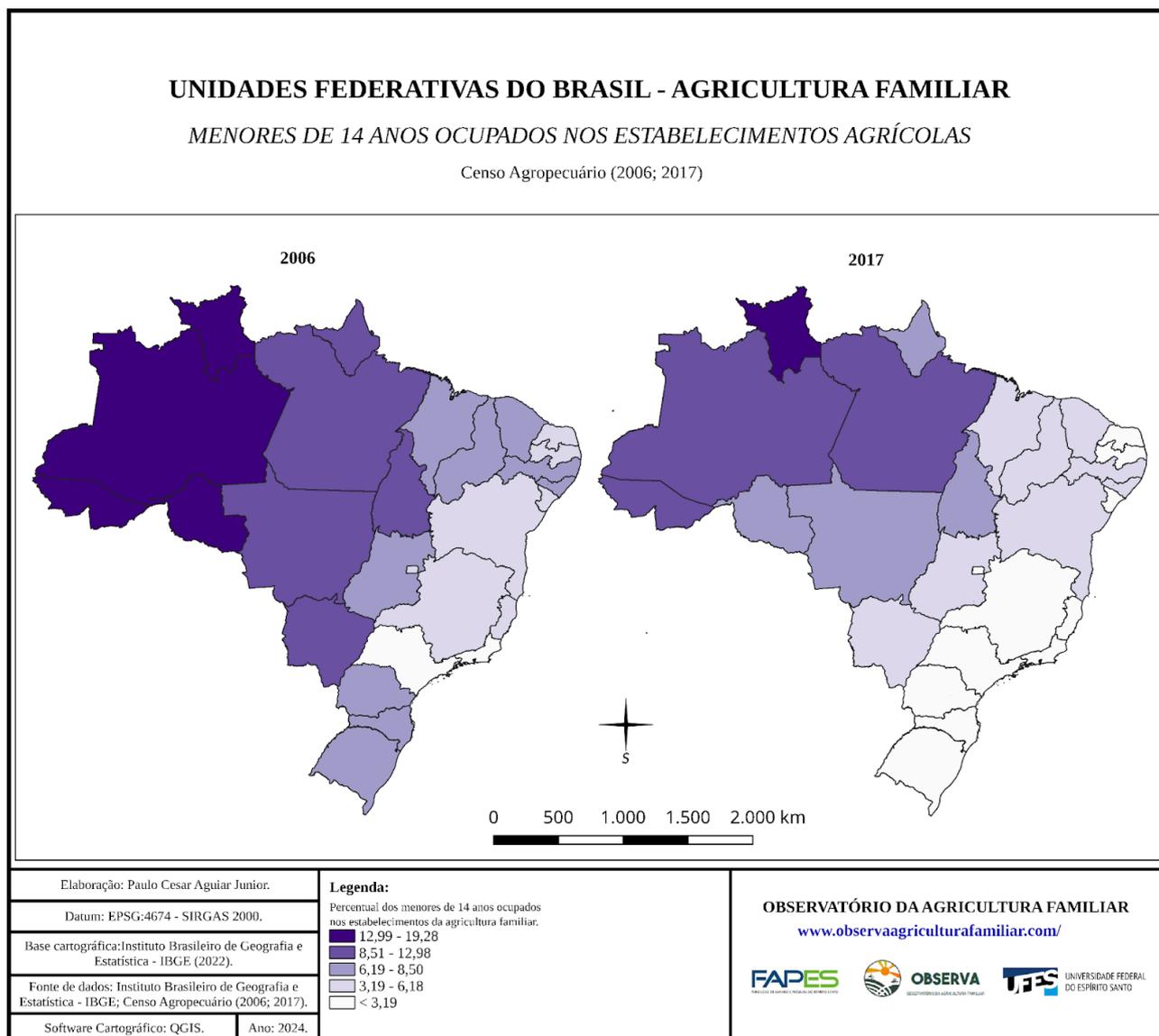
Mapa 34: Percentual de menores de 14 anos ocupados nos estabelecimentos agrícolas da agricultura não familiar por regiões do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



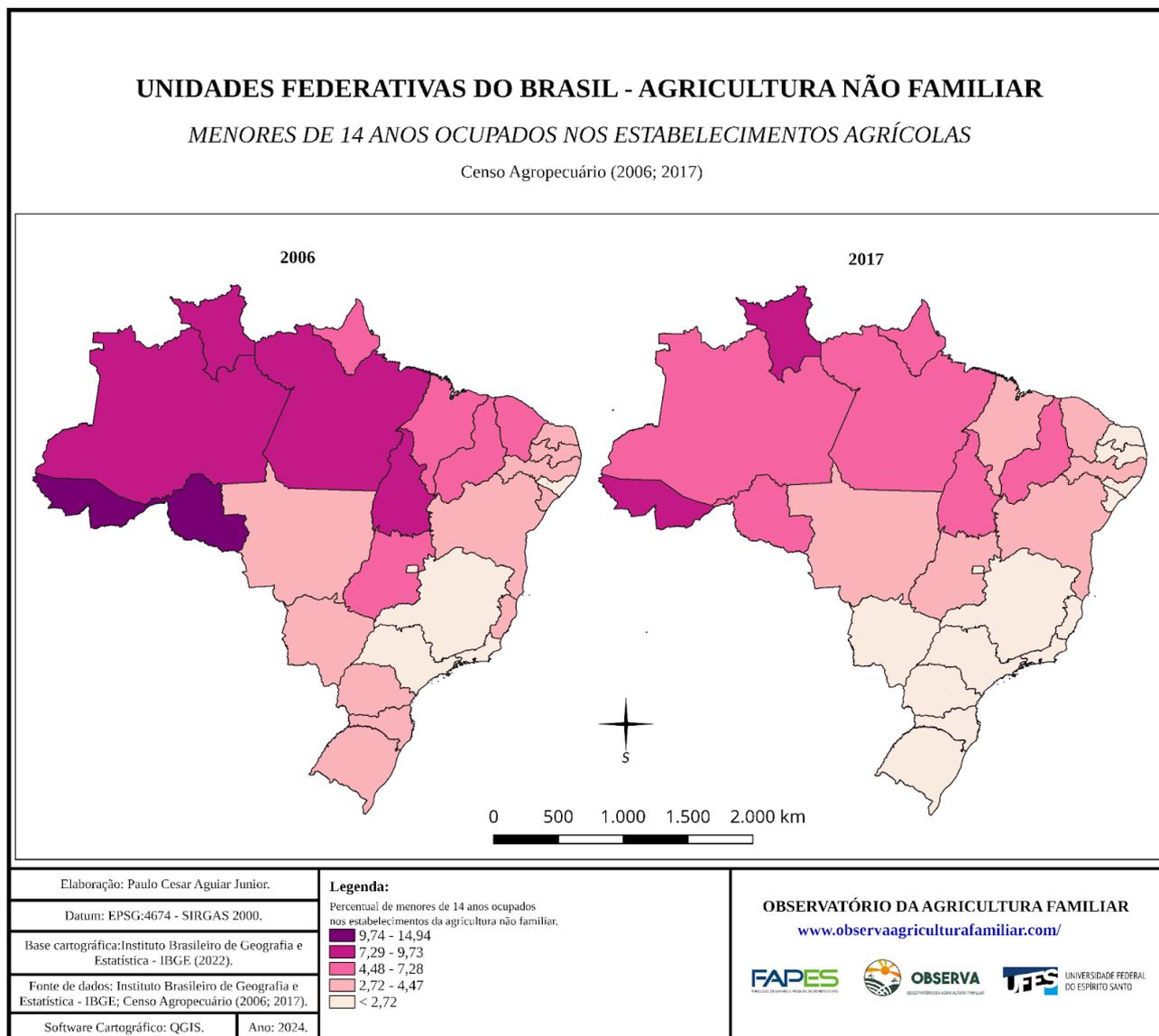
Mapa 35: Taxa de variação dos menores de 14 anos ocupados nos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar e não familiar por regiões do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



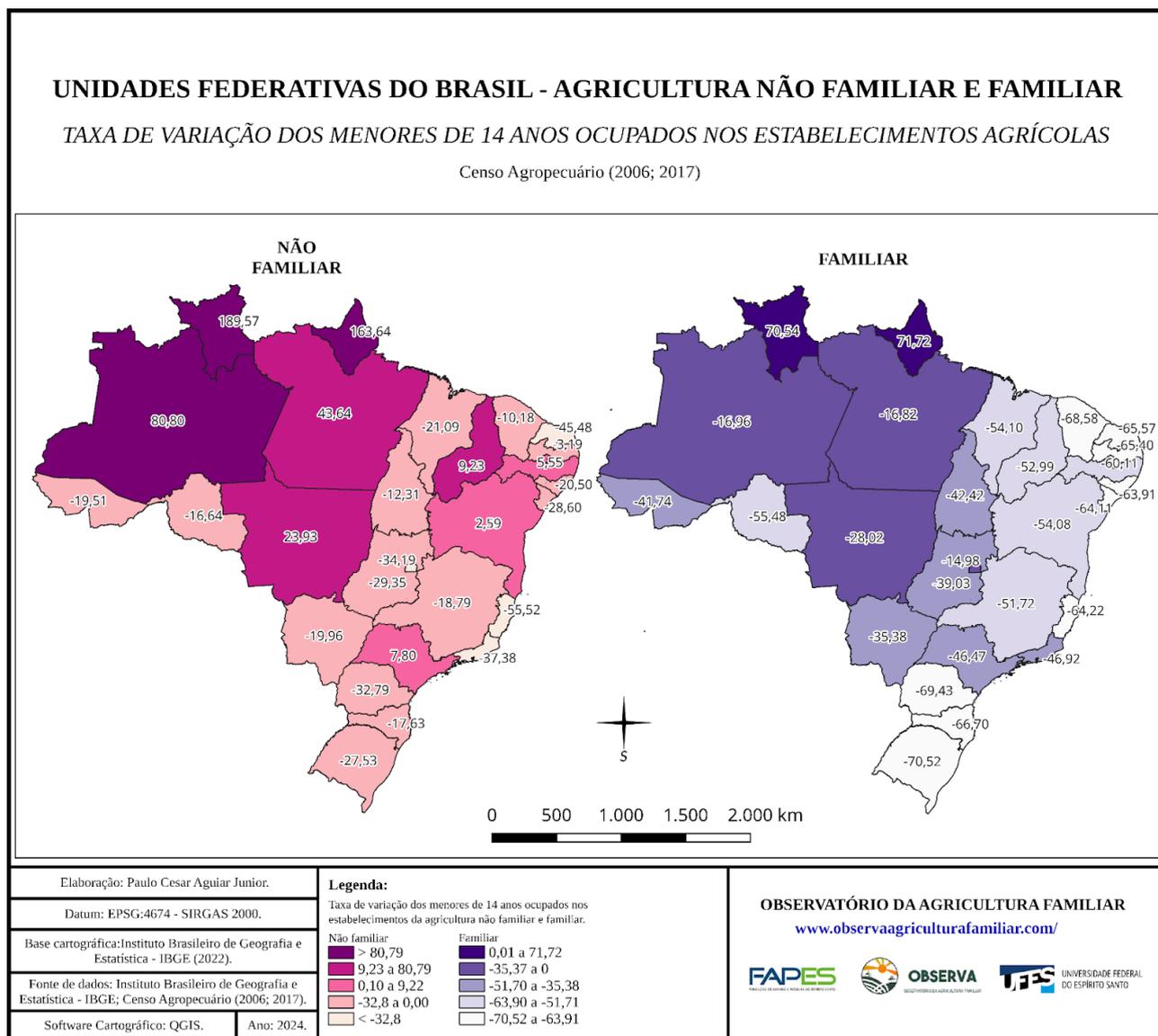
Mapa 36: Percentual de menores de 14 anos ocupados nos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar por estados do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Mapa 37: Percentual de menores de 14 anos ocupados nos estabelecimentos agrícolas da agricultura não familiar por regiões do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Mapa 38: Taxa de variação dos menores de 14 anos ocupados nos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar e não familiar por estados do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Capítulo 6: Sexo do Produtor/a - Participação das Mulheres no Rural Brasileiro

É importante iniciar este capítulo lembrando ao leitor que o o indicador “sexo dos produtores” no Censo Agropecuário, refere-se especificamente ao sexo do responsável principal pelo estabelecimento agropecuário. Isso significa que, mesmo que haja várias pessoas trabalhando ou envolvidas na administração do estabelecimento, o censo registra o sexo apenas daquela pessoa que é identificada como a principal responsável pela gestão das atividades produtivas do estabelecimento. Em resumo, o indicador não considera o sexo de todos os trabalhadores ou co-administradores que possam estar envolvidos na gestão ou operação, mas apenas o sexo do produtor responsável ou gestor principal do estabelecimento (ver [Anexo 3](#) e [Anexo 4](#)).

A análise dos dados sobre a presença de homens e mulheres na agricultura familiar e não familiar no Brasil, considerando os anos de 2006 e 2017, pode ser realizada observando a participação percentual de cada grupo e suas variações ao longo do tempo, além de uma análise regional comparativa. No entanto, é fundamental esclarecer o que o IBGE através do Censo agropecuário entende como "Sexo do Produtor", que é o indicador utilizado para coletar as informações sobre mulher e

homem no rural. Portanto, para o IBGE, o "Sexo do Produtor" é um indicador que identifica o responsável pela gestão do estabelecimento agropecuário. O termo “produtor” refere-se à pessoa que toma as decisões principais sobre o uso da terra, cultivo, pecuária e outros aspectos da produção no estabelecimento rural. Ao coletar essa informação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usa a classificação binária de sexo masculino e sexo feminino para categorizar os agricultores. Portanto, o sexo é identificado com base no gênero atribuído legalmente à pessoa no momento da coleta dos dados. Vale notar que o foco do Censo está em identificar o perfil demográfico, socioeconômico e produtivo dos responsáveis pela gestão, e a coleta da variável “sexo” tem o intuito de fornecer uma visão mais completa sobre as dinâmicas de gênero no meio rural, permitindo a análise de questões relacionadas à participação de mulheres e homens no comando dos estabelecimentos agropecuários. Essa informação é essencial para políticas públicas que visam a igualdade de gênero no campo (ver [Anexo 03](#), [Anexo 04](#) e [Anexo 19](#)).

Este capítulo apresenta uma análise detalhada da presença de homens e mulheres na agricultura familiar e não familiar no Brasil, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017. A partir dessa análise, é possível identificar mudanças na composição por gênero ao longo do tempo, tanto em termos absolutos quanto percentuais.

No ano de 2006, a gestão dos estabelecimentos agropecuários no Brasil (agricultura familiar e não familiar) era predominantemente masculina. Os dados absolutos e

percentuais apontam uma disparidade significativa entre homens e mulheres no que se refere à responsabilidade por essas atividades:

- Homens (Brasil): 4.519.381 responsáveis, representando 87,6% (2006).
- Mulheres (Brasil): 656.255 responsáveis, correspondendo a 12,4% (2006).

Em 2017, os dados do Censo Agropecuário revelam uma mudança na distribuição de gênero no meio rural brasileiro (agricultura familiar e não familiar), com um aumento significativo na participação das mulheres como responsáveis por estabelecimentos agropecuários:

- Homens (Brasil): 4.110.450 responsáveis, representando 83,6% (2017).
- Mulheres (Brasil): 946.075 responsáveis, correspondendo a 16,4% (2017).

Embora os homens ainda constituam a maioria dos responsáveis por estabelecimentos agropecuários no Brasil, observa-se uma redução de sua participação percentual, ao passo que a participação feminina apresentou um aumento expressivo. Esse crescimento indica uma maior presença das mulheres no comando de estabelecimentos rurais, sugerindo mudanças nas relações de gênero no campo.

Homens (2006-2017):

- Variação absoluta: Redução de 408.931 homens.
- Variação percentual: Queda de 4 pontos percentuais (de 87,6% para 83,6%).

Mulheres (2006-2017):

- Variação absoluta: Aumento de 289.820 mulheres.

- Variação percentual: Crescimento de 4 pontos percentuais (de 12,4% para 16,4%).

Para tanto, para entender em que medida as desigualdades de gênero no Brasil são mais acentuadas, é necessário analisar a participação das mulheres como responsáveis nos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar, por regiões e estados.

Em 2006, no Brasil, a participação masculina na agricultura familiar representava 86,2%, o que equivale a 3.765.785 homens responsáveis por estabelecimentos agrícolas. Em contrapartida, a participação feminina na agricultura familiar era bem menor, com 13,8%, correspondendo a 600.482 mulheres. Já em 2017, observa-se uma diminuição da participação masculina na agricultura familiar para 80,2%, com 3.127.736 homens. No entanto, a participação feminina na agricultura familiar aumentou significativamente, atingindo 19,8%, com 769.672 mulheres responsáveis por estabelecimentos. Essa variação demonstra um crescimento absoluto de 169.190 mulheres na agricultura familiar entre 2006 e 2017, representando um aumento percentual de 5,9 pontos percentuais na participação feminina. Ao mesmo tempo, houve uma redução de 638.049 homens, o que resultou em uma queda percentual de 6 pontos percentuais na participação masculina na agricultura familiar.

A análise dos dados da agricultura não familiar também mostra uma diferença significativa na distribuição de homens e mulheres. Em 2006, 93,1% dos responsáveis por estabelecimentos da agricultura não familiar eram homens, totalizando 753.596. As mulheres na agricultura não familiar, por outro lado, representavam apenas 6,9% dos produtores, o que equivale a 55.773 responsáveis. No

Censo de 2017, observa-se uma leve queda na participação masculina da agricultura não familiar para 84,8%, com 982.714 homens. Ao mesmo tempo, a participação feminina na agricultura não familiar quase dobrou, atingindo 15,2%, com 176.403 mulheres. Essa evolução indica um aumento absoluto de 120.630 mulheres na agricultura não familiar, refletindo um crescimento percentual de 8,3 pontos percentuais na participação feminina. Em relação aos homens, houve um aumento absoluto de 229.118 homens, ainda que a participação percentual tenha diminuído 8,3 pontos percentuais.

A análise comparativa entre os anos de 2006 e 2017 revela um movimento consistente de maior participação feminina tanto na agricultura familiar quanto na agricultura não familiar, enquanto a presença masculina, embora ainda predominante, diminuiu em termos percentuais.

Os dados apresentados indicam uma mudança significativa na estrutura de gênero no mundo rural brasileiro entre 2006 e 2017. Embora os homens ainda sejam maioria, a participação das mulheres aumentou de forma considerável, sobretudo na agricultura não familiar. Esses resultados sugerem um avanço na inclusão feminina no mundo rural, com implicações para políticas públicas que busquem promover a igualdade de gênero e o fortalecimento da atuação das mulheres no campo.

No entanto, a participação das mulheres na agricultura, tanto familiar quanto não familiar, nas diferentes regiões do Brasil, apresentou variações significativas entre os anos de 2006 e 2017, de acordo com os dados do Censo Agropecuário. A seguir, são

detalhadas as variações em cada uma das cinco grandes regiões do país, com ênfase no crescimento da participação feminina no setor.

Na Região Norte, em 2006, a participação feminina na agricultura familiar era de 10,7% do total da agricultura familiar nesta região, o que correspondia a 44.288 mulheres, enquanto na agricultura não familiar, esse percentual era de 6,0% (3.791 mulheres) do total de pessoas da agricultura não familiar (homem-mulher) nesta região. Em 2017, a participação de mulheres na agricultura familiar aumentou de forma expressiva, chegando a 20,1% (96.882 mulheres) do total, enquanto na agricultura não familiar, o percentual subiu para 15,5% (15.374 mulheres) do total. Esses números evidenciam um crescimento notável na presença feminina, especialmente no âmbito da agricultura familiar, o que demonstra uma maior inclusão das mulheres na gestão da propriedade na região (ver [Anexo 03](#)).

Na Região Nordeste, em 2006, as mulheres representavam 16,9% (370.433 mulheres) do total da agricultura familiar nesta região, enquanto na agricultura não familiar sua participação era de apenas 8,2% (22.003 mulheres) do total desta região. Em 2017, a participação feminina na agricultura familiar aumentou para 24,3% (446.425 mulheres), e na agricultura não familiar chegou a 19,1% (91.733 mulheres). O Nordeste, portanto, destaca-se como a região com a maior participação de mulheres na agricultura familiar em 2017, além de ter apresentado um crescimento significativo na agricultura não familiar, indicando uma tendência de maior protagonismo feminino na gestão dos estabelecimentos rurais.

Na Região Sudeste, em 2006, a participação feminina na agricultura familiar era de 11,6% (81.219 mulheres) do total desta região, e na agricultura não familiar de 6,3% (14.037 mulheres). Em 2017, esses números aumentaram para 15,0% (103.421 mulheres) na agricultura familiar e 11,7% (32.107 mulheres) na agricultura não familiar. Apesar do aumento na participação feminina em ambas, o crescimento no Sudeste foi relativamente menor em comparação com outras regiões, como o Nordeste e o Norte, refletindo um aumento mais tímido da inclusão das mulheres nas atividades agropecuárias.

Na Região Sul, em 2006, a participação de mulheres na agricultura familiar era de 9,4% (79.789 mulheres) e, na agricultura não familiar de 6,6% (10.366 mulheres) do total desta região. Em 2017, os percentuais aumentaram para 12,3% (81.840 mulheres) do total da agricultura familiar no Sul e 11,7% (21.513 mulheres) do total da agricultura não familiar do Sul. Embora a participação feminina tenha crescido, a Região Sul permanece entre as áreas com menores percentuais de mulheres atuando no campo, tanto na agricultura familiar quanto na não familiar, demonstrando que, apesar do avanço, a desigualdade de gênero persiste de forma mais acentuada nessa região (ver [Anexo 03](#)).

Na Região Centro-Oeste, as mulheres representavam, em 2006, 11,4% (24.753 mulheres) do total da agricultura familiar nesta região e 5,5% (5.576 mulheres) do total da agricultura não familiar nesta região. Em 2017, esses percentuais cresceram para 18,4% (41.104 mulheres) na agricultura familiar e 12,9% (15.676 mulheres) na agricultura não familiar. Embora o Centro-Oeste tenha apresentado crescimento da

participação feminina em ambos os setores, os percentuais observados ainda são menores em comparação com as regiões Nordeste e Norte, destacando-se como uma região onde a participação das mulheres no setor agropecuário, embora em expansão, permanece relativamente baixa (ver [Anexo 03](#)).

De modo geral, os dados revelam uma tendência de aumento da participação feminina no meio rural brasileiro em todas as regiões, tanto na agricultura familiar quanto na não familiar. As regiões Nordeste e Norte, em particular, se destacam pela maior representatividade das mulheres no campo, enquanto as regiões Sul e Centro-Oeste continuam com menores percentuais de mulheres responsáveis por estabelecimentos agropecuários. Essas variações regionais indicam a necessidade de políticas públicas adaptadas às especificidades de cada região, visando promover uma maior equidade de gênero no setor agropecuário.

Portanto, no que se refere a participação das mulheres na gestão dos estabelecimentos rurais nas regiões brasileiras, conclui-se:

- Maior participação feminina no ano de 2017: região Nordeste com 24,3% de mulheres.
- Menor participação feminina no ano de 2017: região Sul com 12,3% de mulheres.
- Maior aumento de mulheres na agricultura familiar (2006-2017): região Norte com aumento de 9,4 pontos percentuais.
- Maior aumento de mulheres na agricultura não familiar (2006-2017): região Nordeste, onde as mulheres passaram de 8,2% para 19,1%.

No entanto, é importante considerar que a diferença da participação das mulheres na gestão dos estabelecimentos rurais no Brasil, aponta para uma estrutura tradicional e hierárquica de gênero na agricultura, onde os homens ainda constituem a maior presença na agricultura familiar e na agricultura não familiar.

A participação das mulheres na agricultura familiar, embora presente em todas as regiões, é significativamente menor do que a dos homens. Essa disparidade pode estar relacionada a fatores como: divisão de gênero do trabalho, pois as mulheres muitas vezes ficam responsáveis por atividades de cuidado doméstico ou que não tem valor comercial; a falta de acesso a recursos ou crédito, pois as mulheres podem ter menos acesso ou ser “menos responsável principal” pela terra, crédito e outros recursos necessários para a organização e funcionamento do estabelecimento; entre outros fatores que devem ser investigados para possibilitar reverter tal realidade.

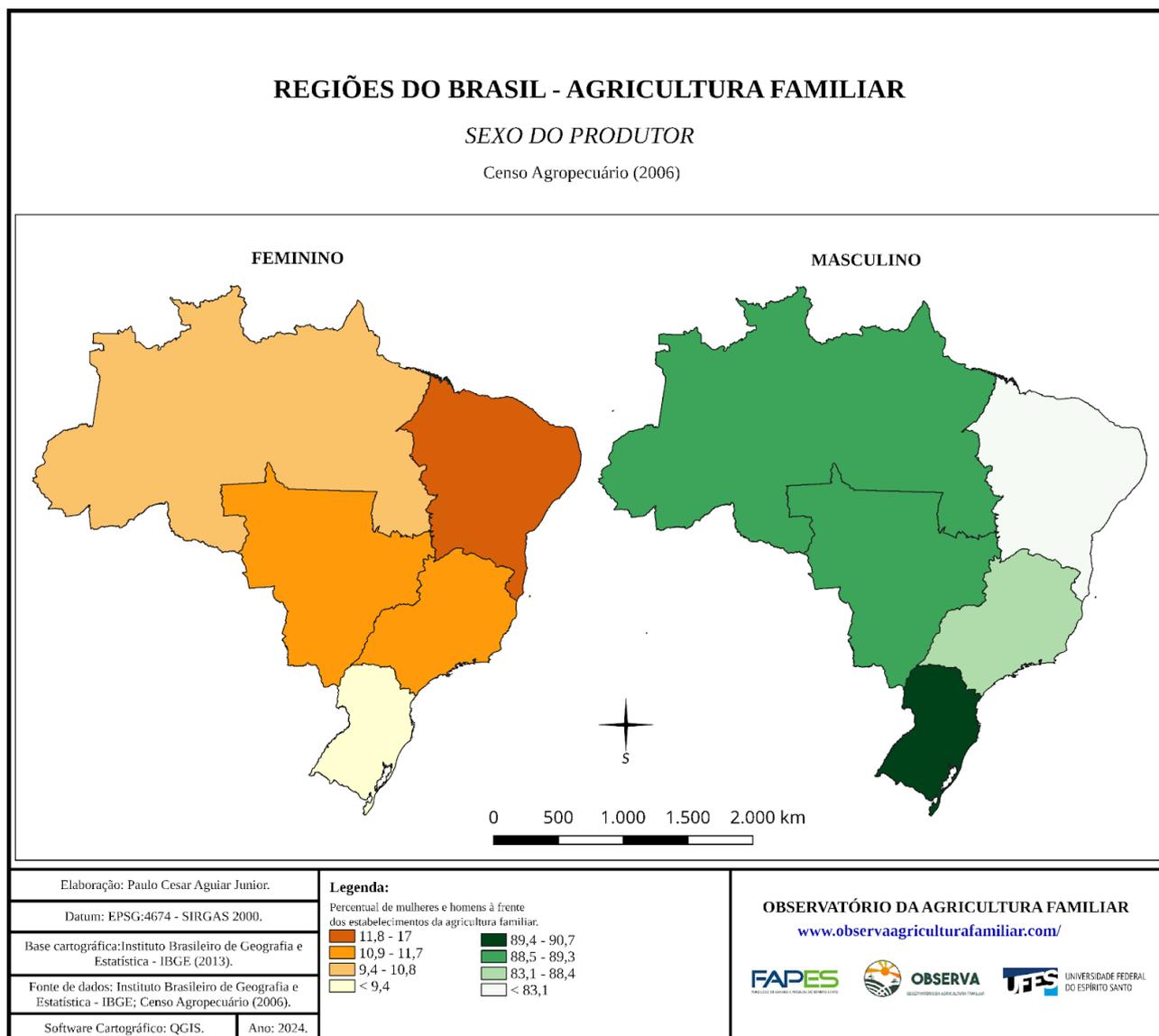
Programas de apoio à agricultura familiar, especialmente aqueles voltados para a inclusão de mulheres, têm contribuído para um aumento, ainda que modesto, da participação feminina como gestoras de propriedades rurais. No entanto, essas políticas ainda são insuficientes para alterar as estruturas patriarcais que limitam a equidade de gênero no rural brasileiro.

Movimentos como, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Via Campesina têm desempenhado um papel importante na conscientização sobre os direitos das mulheres e na luta por maior acesso à terra, crédito, participação política e

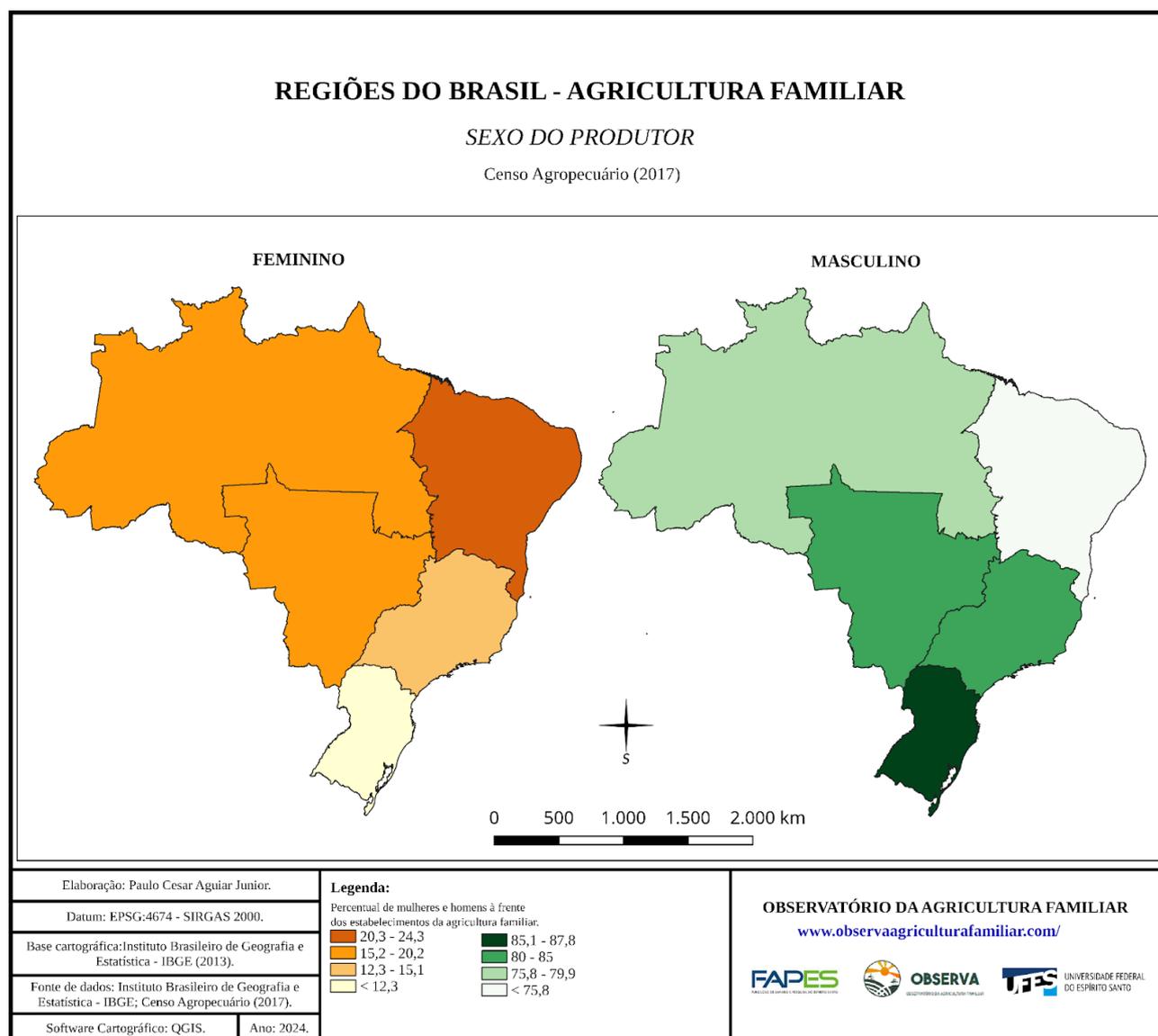
participação no mercado para as mulheres rurais. Tais movimentos são importantes para mudar as normas culturais e econômicas que perpetuam a desigualdade.

A participação das mulheres como responsáveis principais pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil ainda está profundamente marcada pelas desigualdades de gênero, que refletem dinâmicas históricas e estruturais. Enquanto a agricultura familiar oferece mais oportunidades relativas para as mulheres, a agricultura não familiar continua a ser um espaço altamente masculinizado e excludente. Para reduzir essas disparidades, é necessário um esforço contínuo por meio de políticas públicas, apoio aos movimentos sociais e a mudança de normas culturais que perpetuam o patriarcado no rural brasileiro.

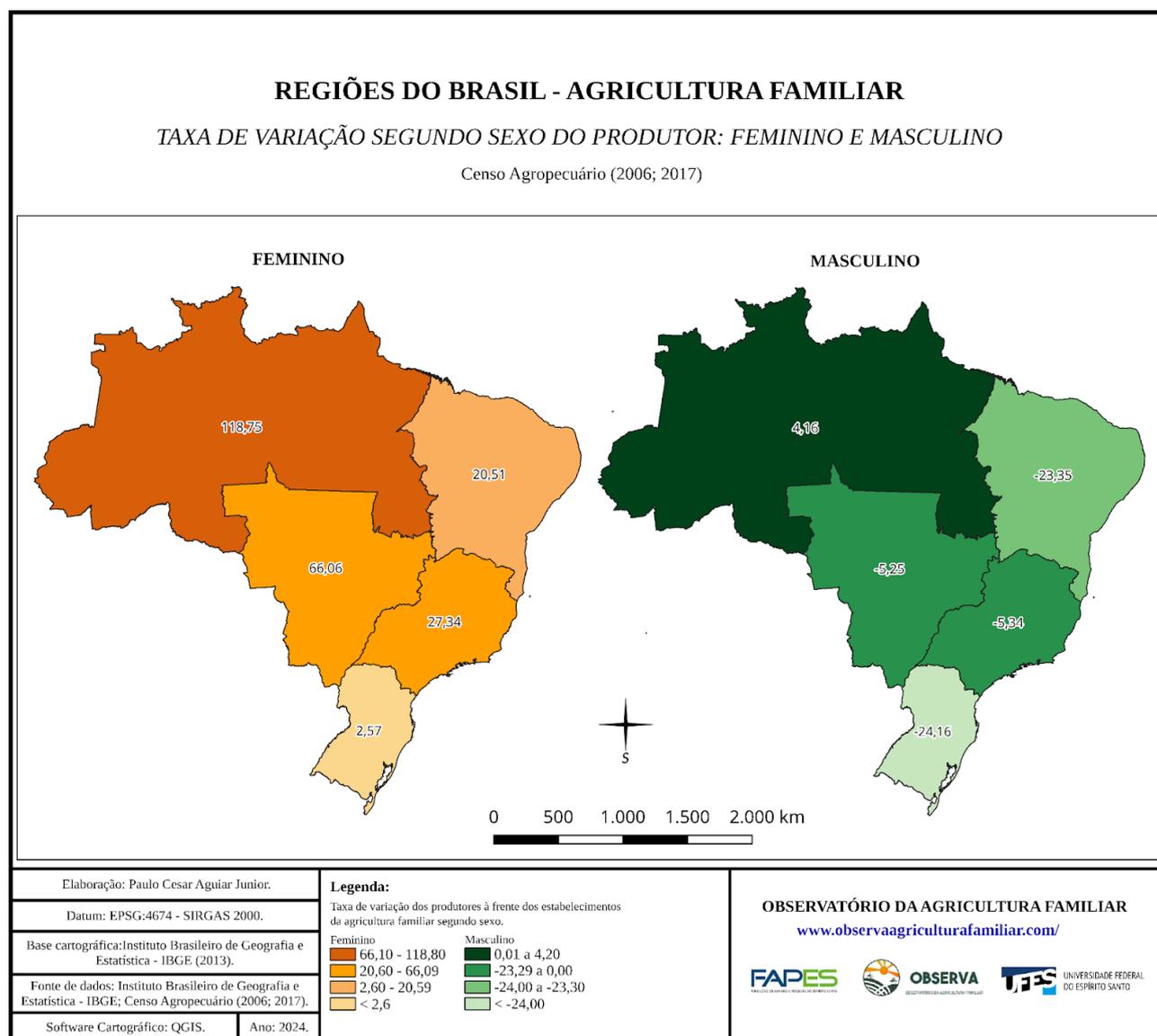
Mapa 39: Percentual por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar por regiões do Brasil em 2006, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006.



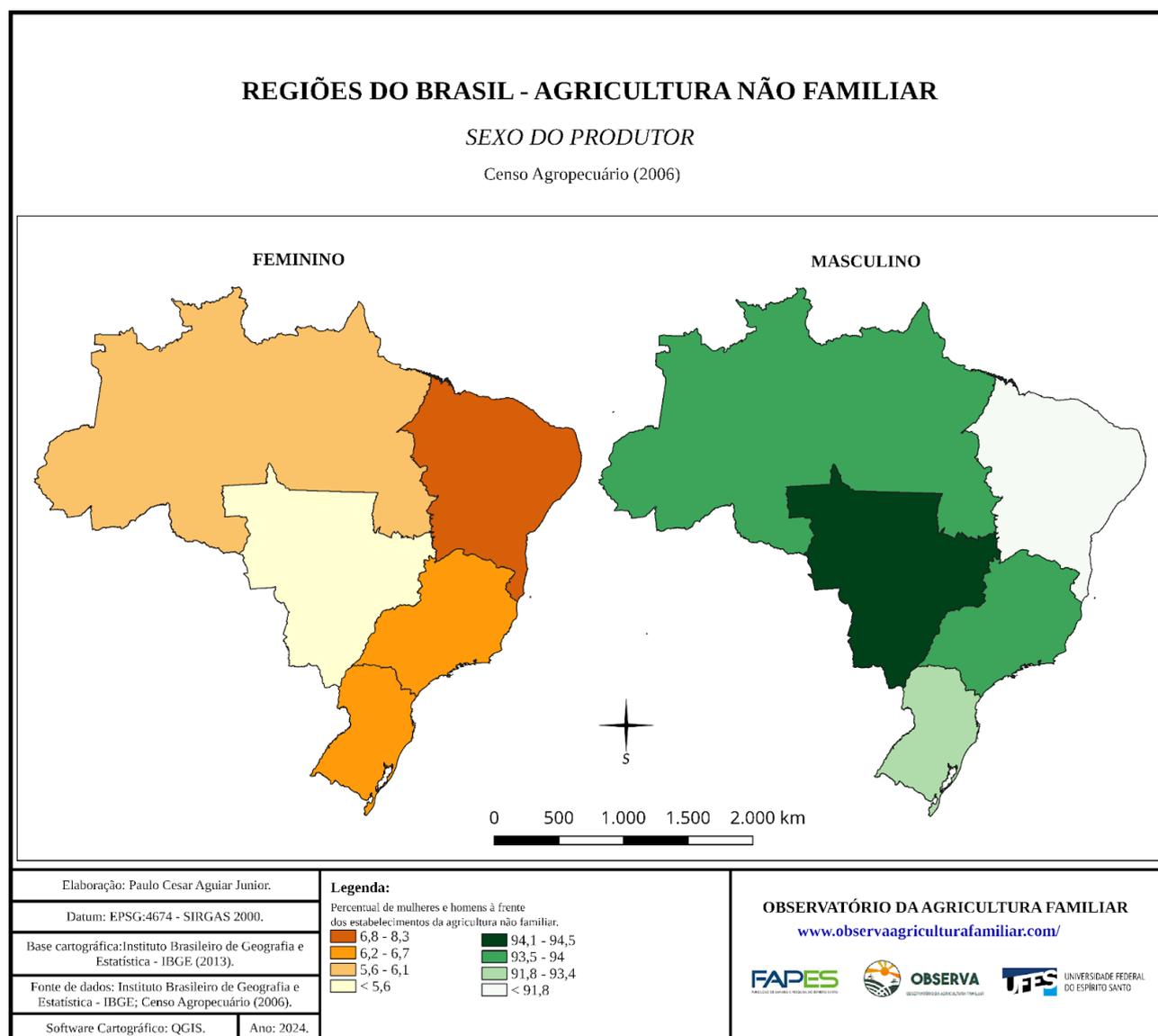
Mapa 40: Percentual por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar por regiões do Brasil em 2017, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2017.



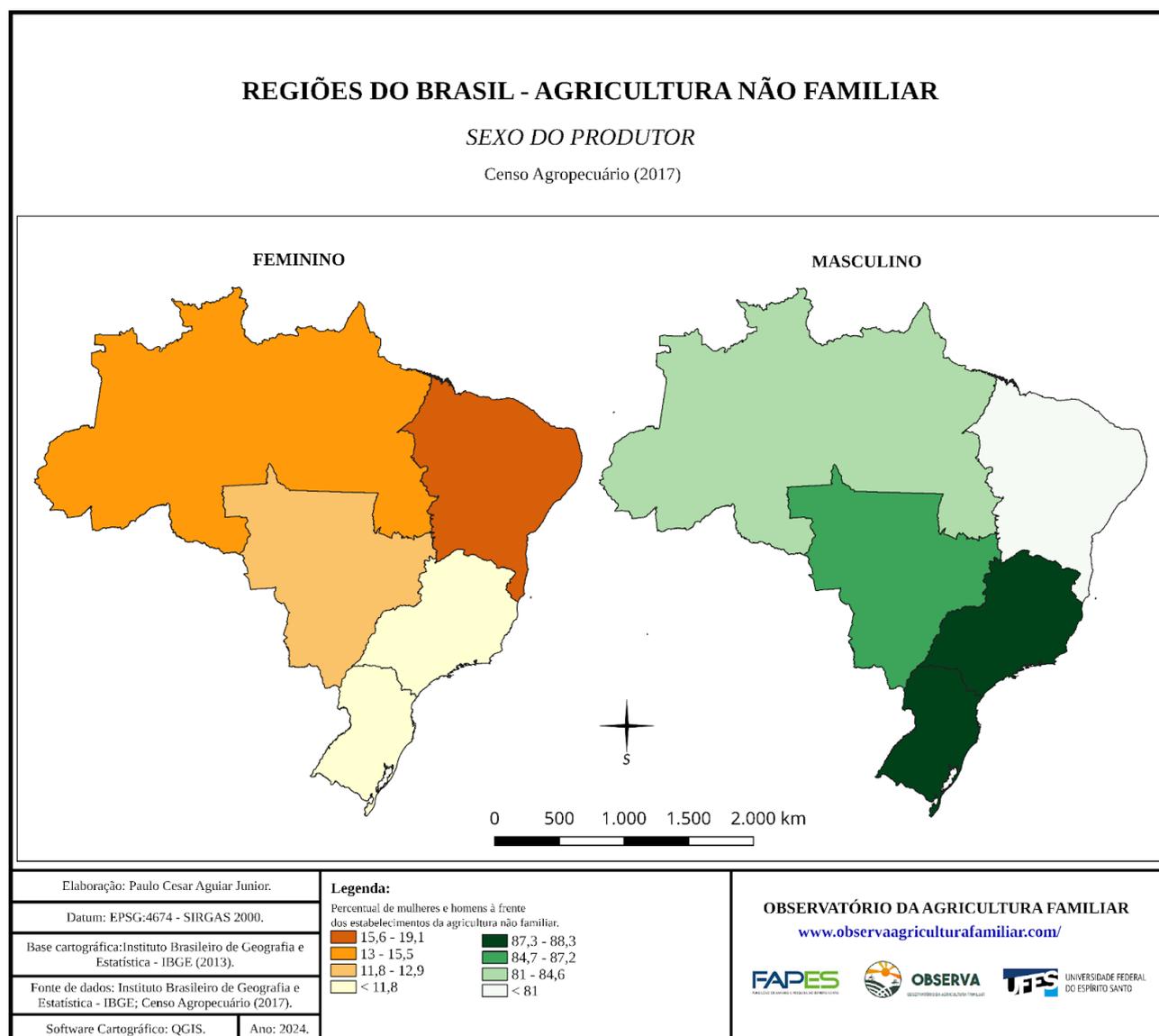
Mapa 41: Taxa de variação por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar por regiões do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



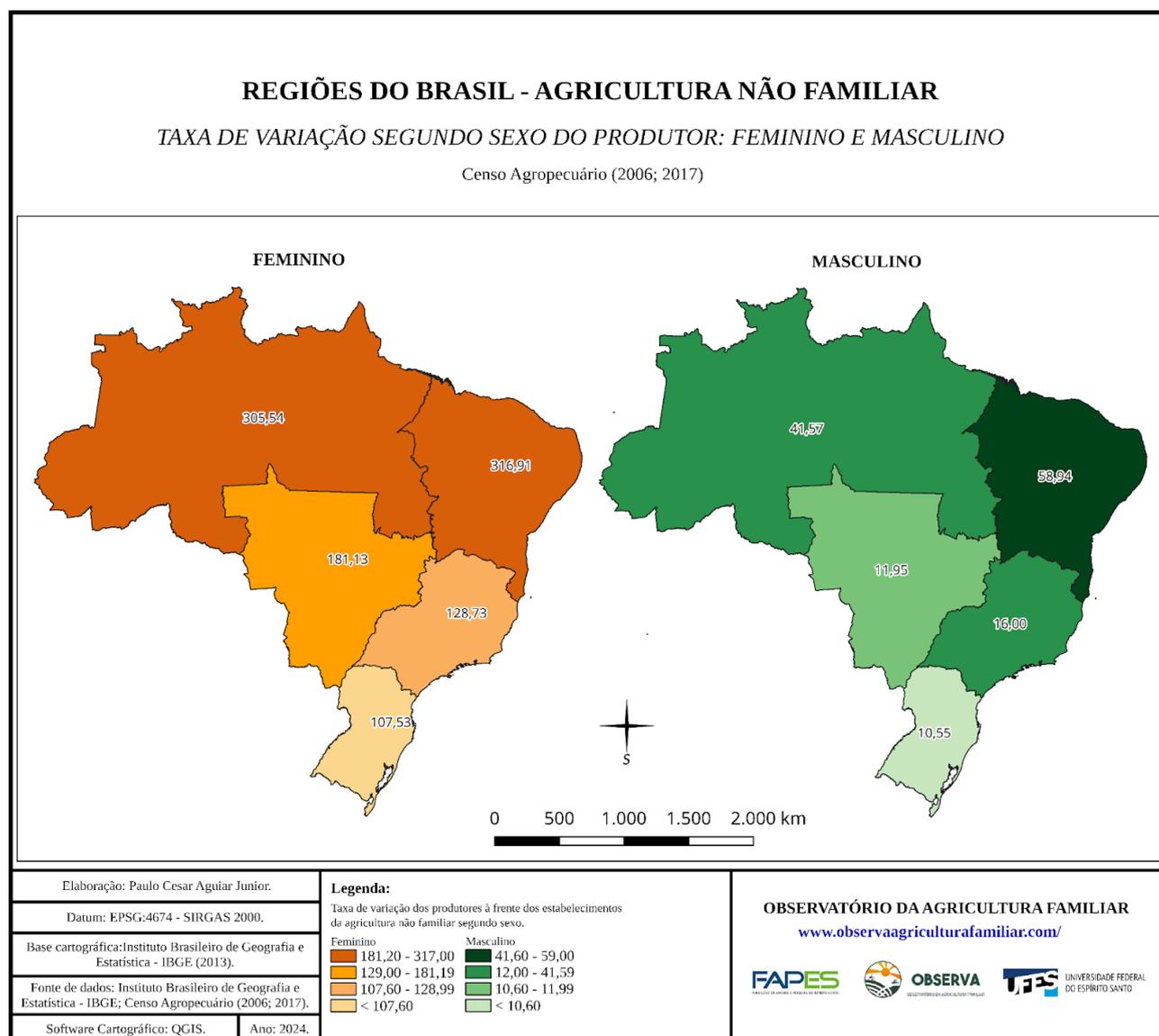
Mapa 42: Percentual por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura não familiar por regiões do Brasil em 2006, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006.



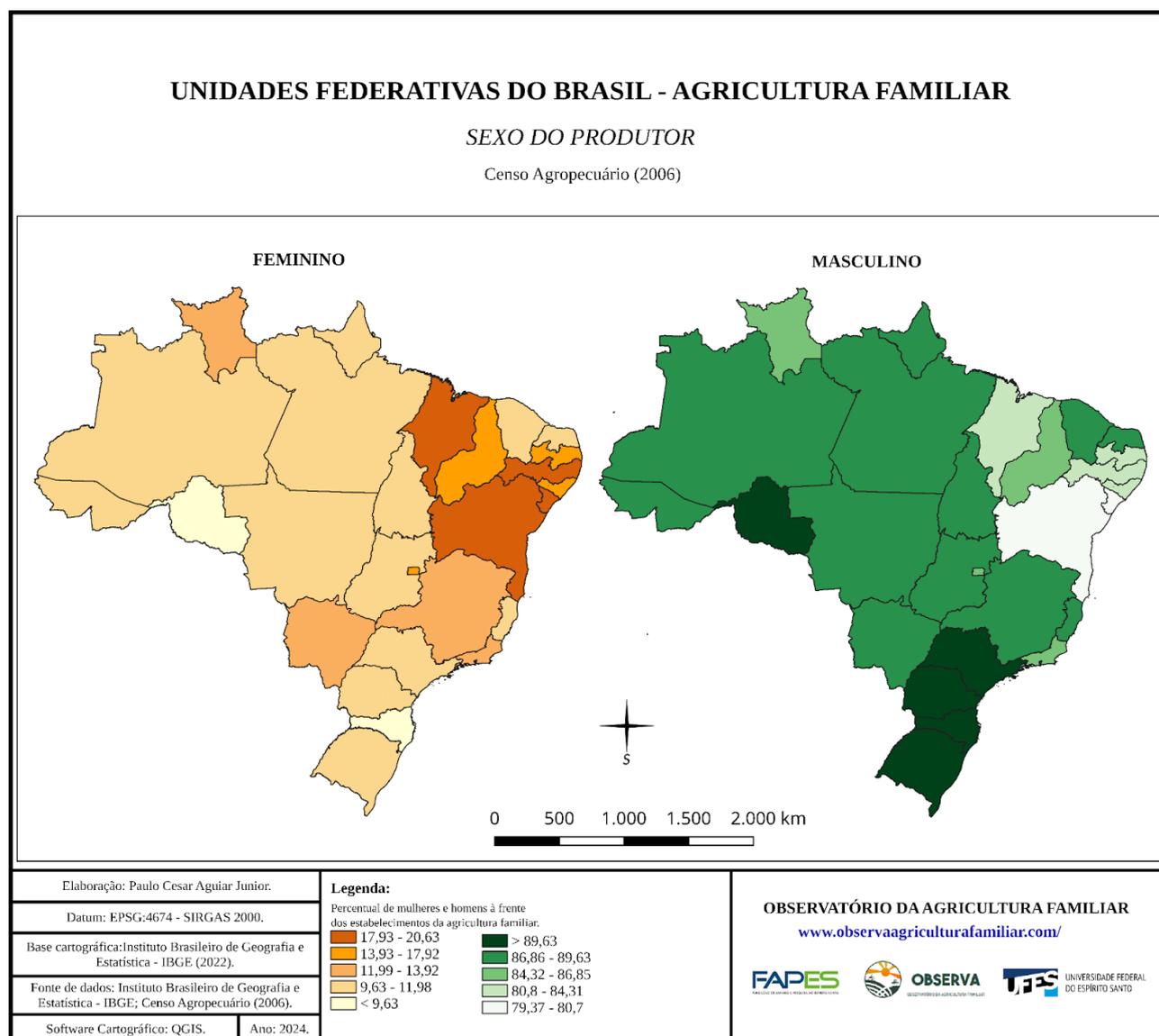
Mapa 43: Percentual por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura não familiar por regiões do Brasil em 2017, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2017.



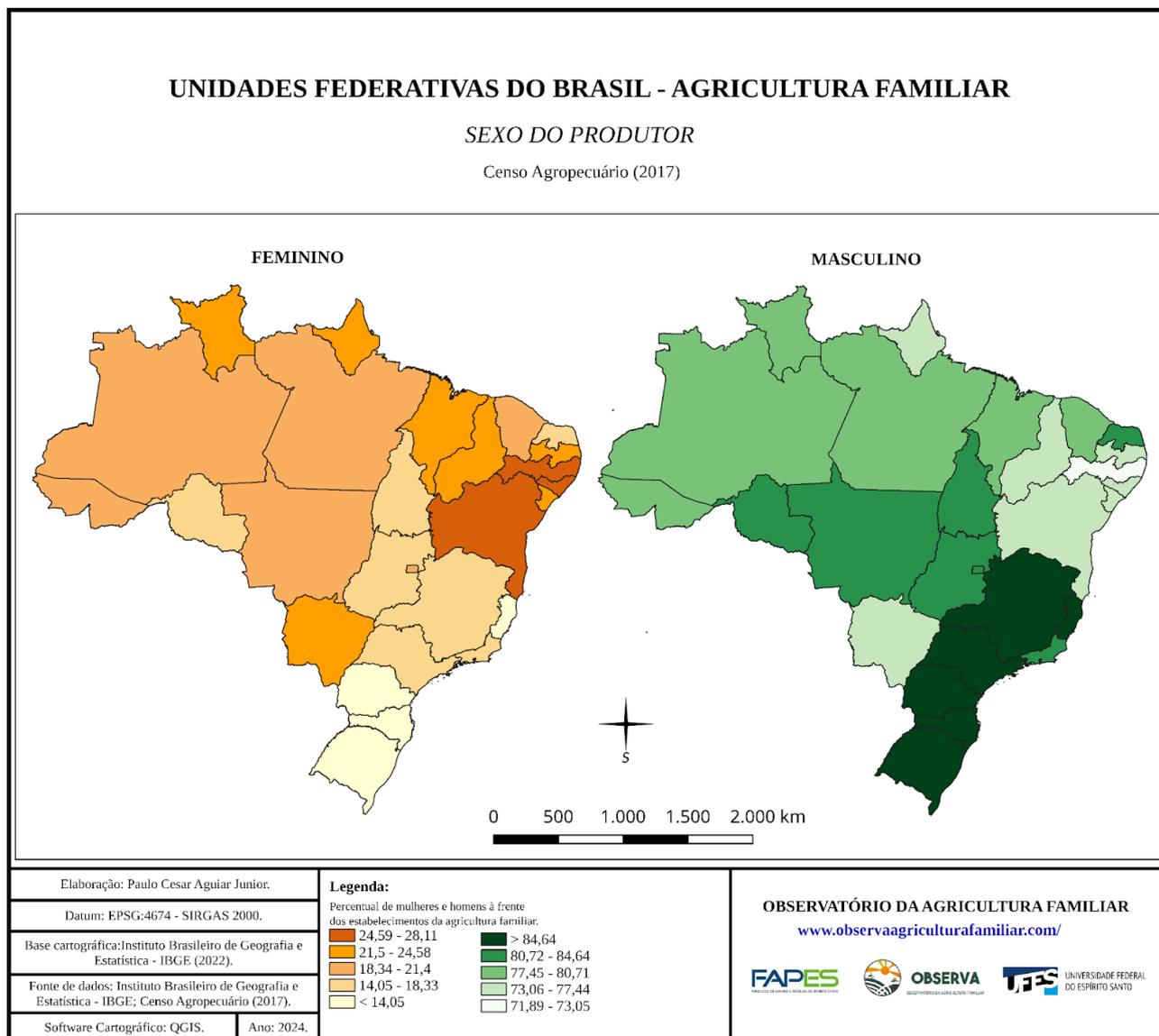
Mapa 44: Taxa de variação por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura não familiar por regiões do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



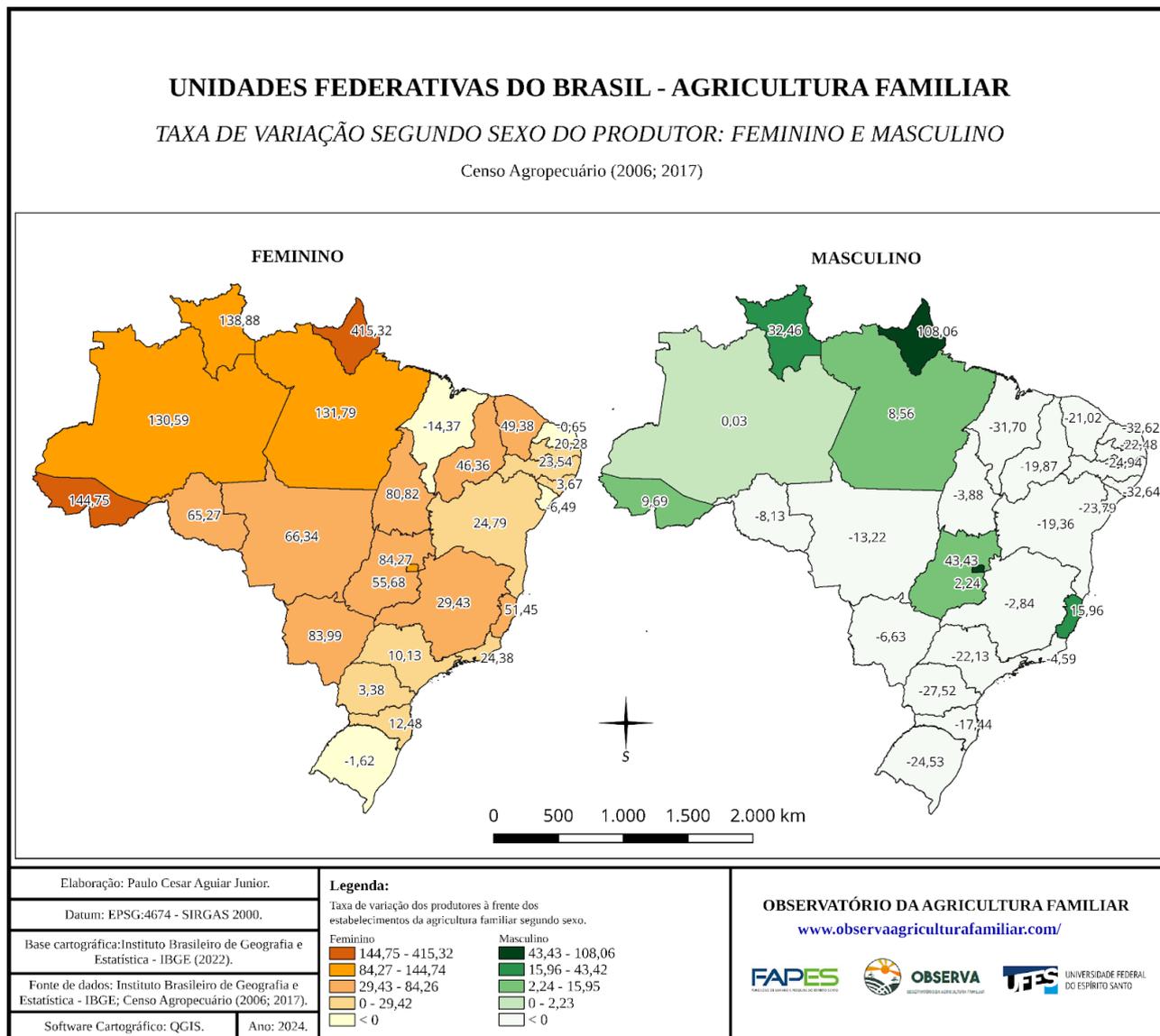
Mapa 45: Percentual por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar por estados do Brasil em 2006, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006.



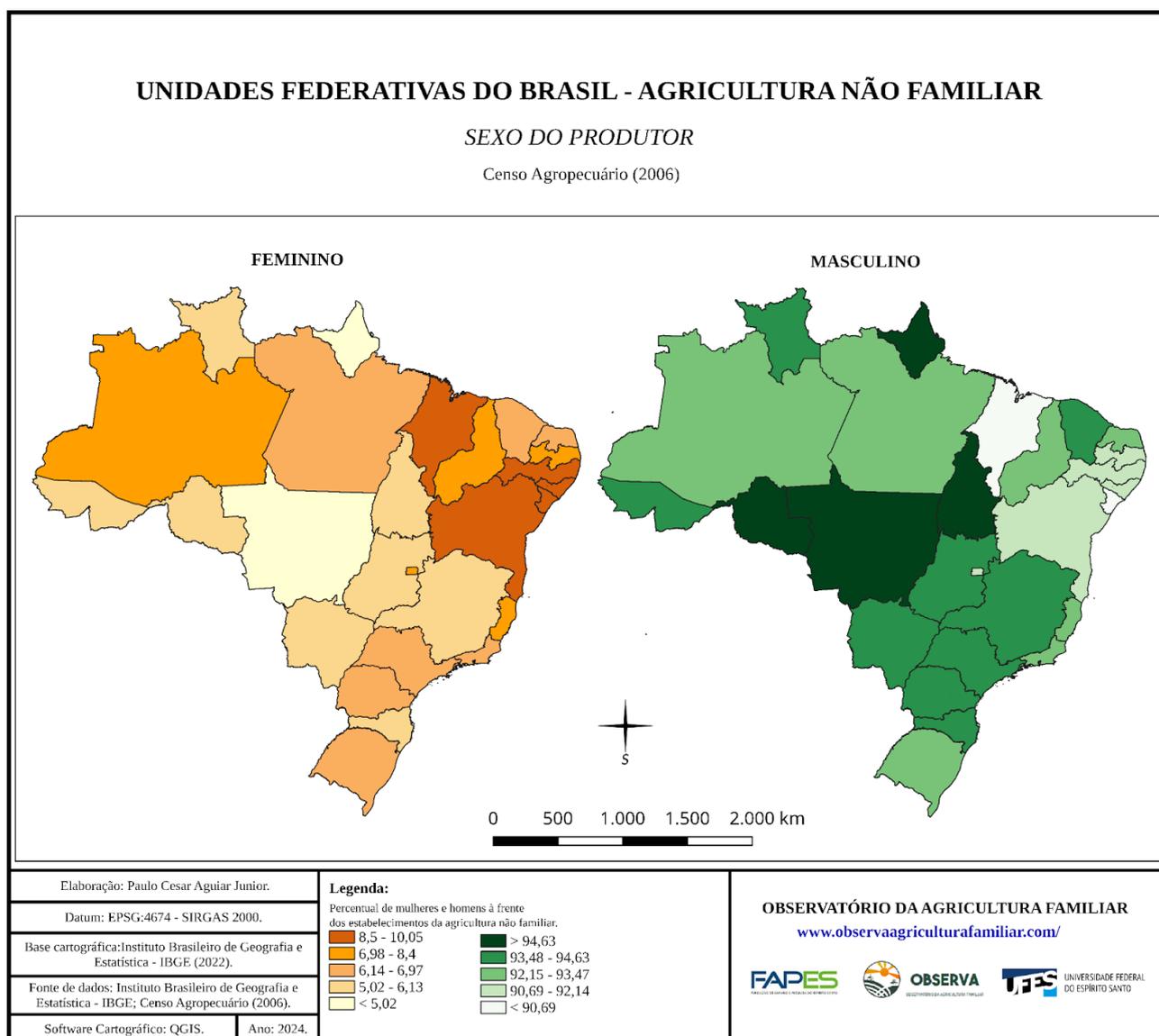
Mapa 46: Percentual por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar por estados do Brasil em 2017, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2017.



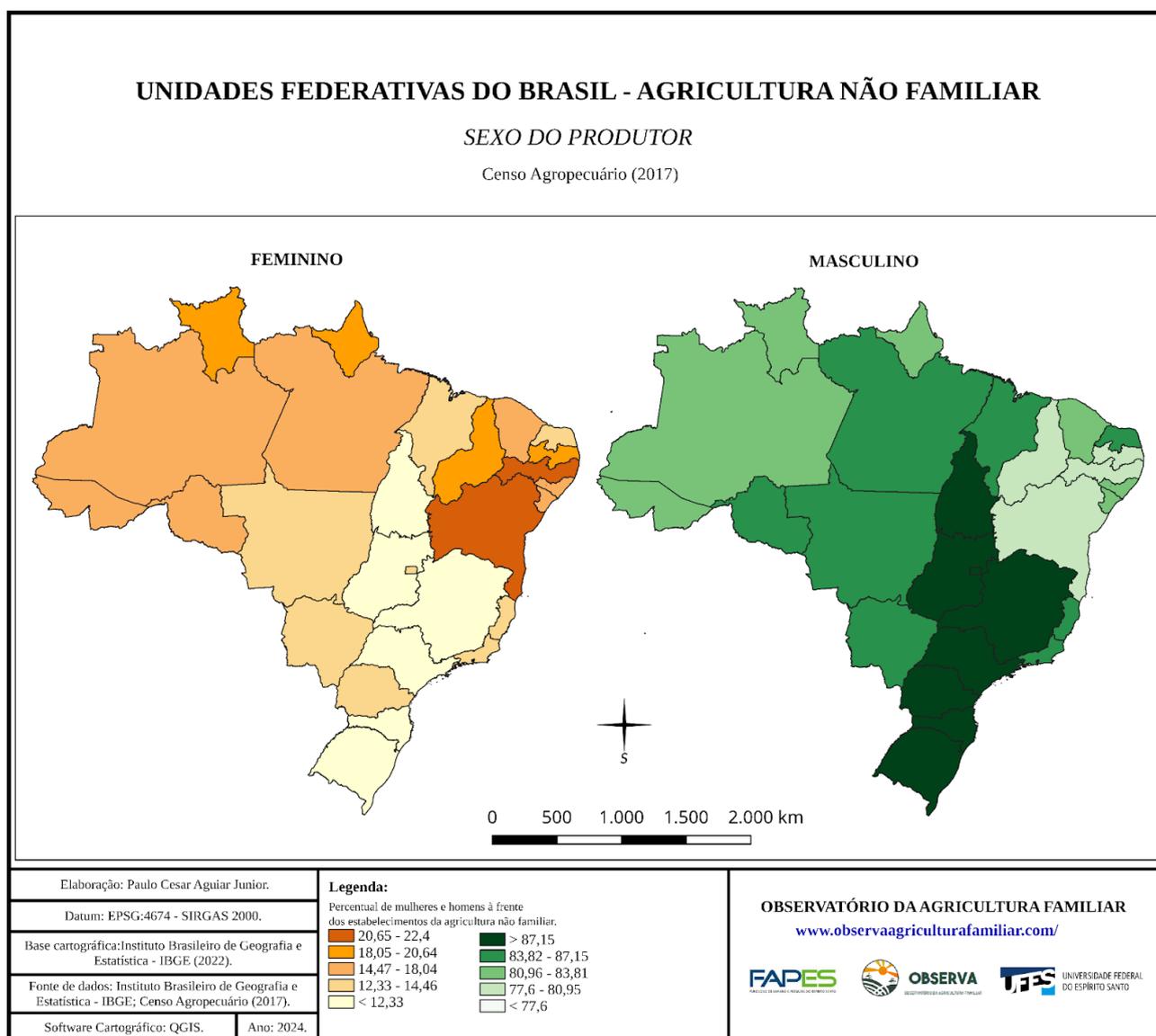
Mapa 47: Taxa de variação por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar por estados do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



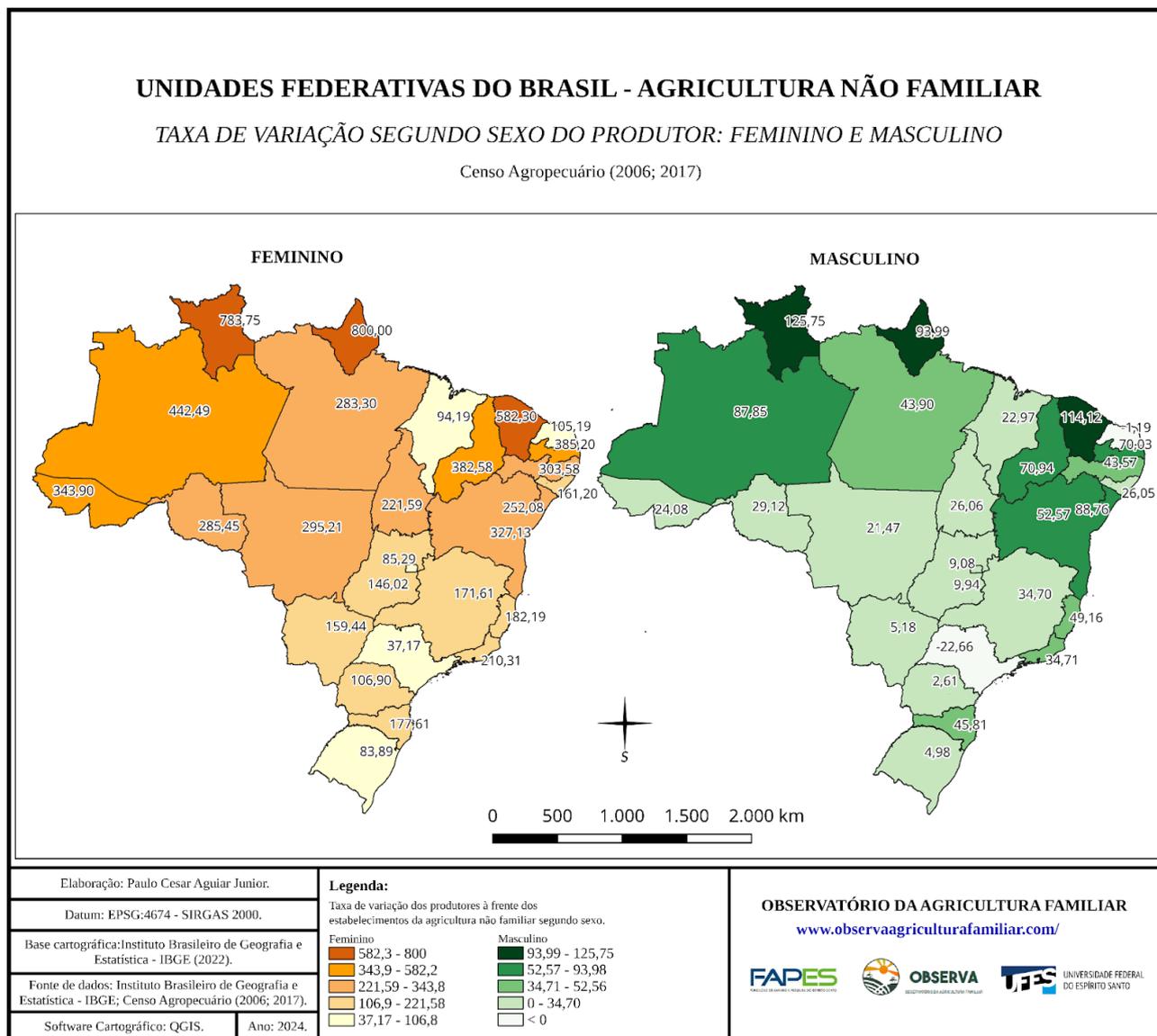
Mapa 48: Percentual por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura não familiar por estados do Brasil em 2006, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006.



Mapa 49: Percentual por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura não familiar por estados do Brasil em 2017, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2017.



Mapa 50: Taxa de variação por sexo do produtor nos estabelecimentos agrícolas da agricultura não familiar por estados do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Capítulo 7: Cor ou Raça na Agricultura Familiar no Brasil

Com base nos dados do censo agropecuário de 2017 sobre a distribuição de pessoas por cor ou raça nas categorias de agricultura familiar e não familiar, considerando que há um total de pessoas na agricultura familiar no Brasil de 3.897.408, pode afirmar que 54,8% (2.133.944 pessoas) são de pessoas pretas/pardas, 43,4% (1.693.117 de pessoas) de pessoas brancas, 1,2% (48.667 pessoas) dos povos indígenas e 0,6% (21.680 pessoas de ascendência asiática) de amarelos. Já na agricultura não familiar, que possui um total de 1.159.117 pessoas, 52,1% da população é composta por pessoas brancas, 46,4% são pessoas pretas/pardas e as populações amarela e indígena têm uma representação mínima na não familiar, com 0,8% e 0,7%, respectivamente (ver [Anexo 11](#) e [Anexo 12](#)).

Tabela 06: Participação das populações branca, preta/parda, indígena e amarela na agricultura familiar no Brasil. IBGE. Censo Agropecuário. 2017.

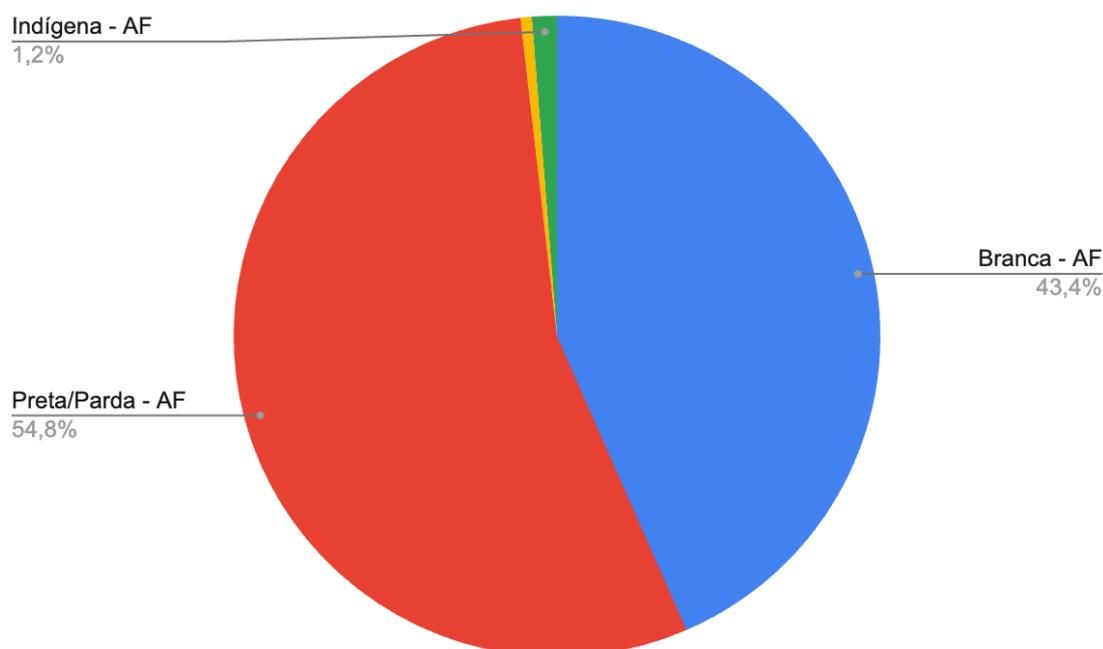
Regiões	Branca - NF	Branca - AF	Preta/Parda - NF	Preta/Parda - AF	Amarela - NF	Amarela - AF	Indígena - NF	Indígena - AF
Norte	33.810	101.186	62.043	349.897	873	3.139	2.628	26.353
Nordeste	144.927	480.940	330.953	1.335.826	2.096	8.266	3.054	13.814
Sudeste	187.470	422.387	82.152	259.867	3.536	5.199	586	1.492
Sul	161.350	581.699	19.559	77.690	1.536	2.928	627	3.450
Centro-Oeste	76.339	106.905	43.306	110.664	1.387	2.148	885	3.558
Brasil	603.896	1.693.117	538.013	2.133.944	9.428	21.680	7.780	48.667

Fonte: IBGE, 2017.

A distribuição da população preta/parda na agricultura familiar no Brasil mostra uma concentração significativa nas regiões Nordeste e Norte. No Nordeste existem 1.335.826 pessoas pretas/pardas na agricultura familiar, o que representa 62,60% do total da população da agricultura familiar no Brasil. O Norte segue com 349.897 pessoas, correspondendo a 16,40%. No Sudeste, são 259.867 pessoas, representando 12,18% do total. No Sul, o número de pessoas pretas/pardas na agricultura familiar é de 77.690 pessoas, o que equivale a 3,64%. Já no Centro-Oeste, há 110.664 pessoas, correspondendo a 5,19% da população preta/parda na agricultura familiar.

No que se refere a população branca na agricultura familiar no Brasil, os dados apresentam uma realidade com forte concentração nas regiões Sul e Nordeste. No Sul, há 581.699 pessoas brancas, o que representa 34,37% do total no Brasil. O Nordeste segue com 480.940 pessoas, correspondendo a 28,41% da população branca total. Nas demais regiões, a presença de pessoas brancas na agricultura familiar é menor. No Sudeste, são 422.387 pessoas, representando 24,95% do total. No Centro-Oeste, o número de pessoas brancas na agricultura familiar é de 106.905 pessoas, o que equivale a 6,31%. Já no Norte, há 101.186 pessoas, correspondendo a 5,97% da população branca na agricultura familiar no Brasil.

Gráfico 01: Participação das populações branca, preta/parda, indígena e amarela na agricultura familiar no Brasil. IBGE. Censo Agropecuário. 2017.



Fonte: IBGE, 2017.

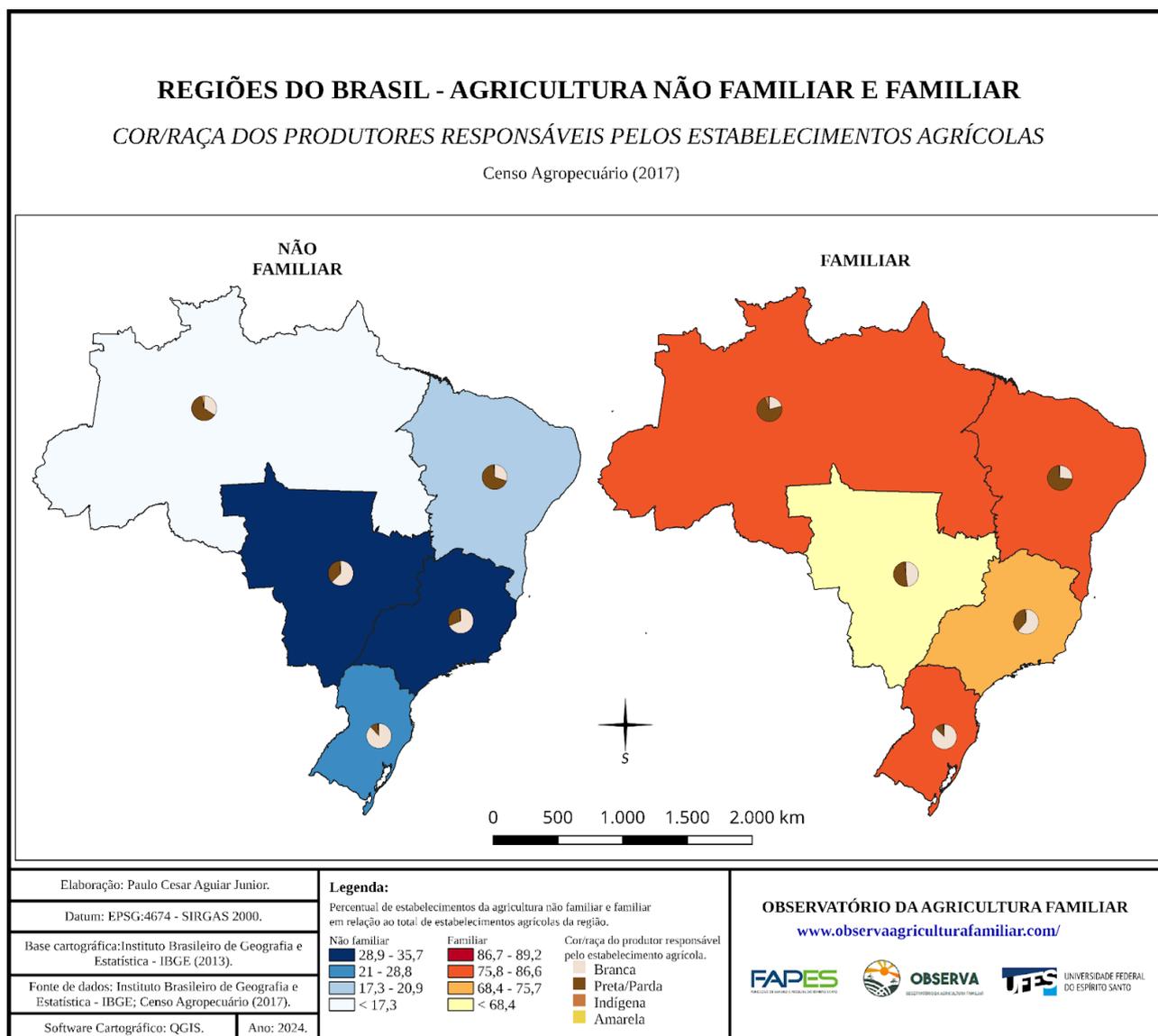
A distribuição da população indígena na agricultura familiar no Brasil evidencia uma forte concentração nas regiões Norte e Nordeste. No Norte, há 26.353 pessoas indígenas envolvidas na agricultura familiar, o que representa 54,16% do total nacional. O Nordeste vem em seguida, com 13.814 pessoas, correspondendo a 28,39% da população indígena nesse setor. Nas demais regiões, a presença indígena é consideravelmente menor. No Sudeste, são 1.492 pessoas, representando 3,07% do total. No Sul, o número de indígenas na agricultura familiar é de 3.450 pessoas, o que equivale a 7,09%. Já no Centro-Oeste, há 3.558 pessoas, correspondendo a 7,31% da população indígena na agricultura familiar.

Já a presença da população amarela na agricultura familiar no Brasil é muito tímida. No Nordeste existem 8.266 pessoas, o que representa 38,14% do total. Na região

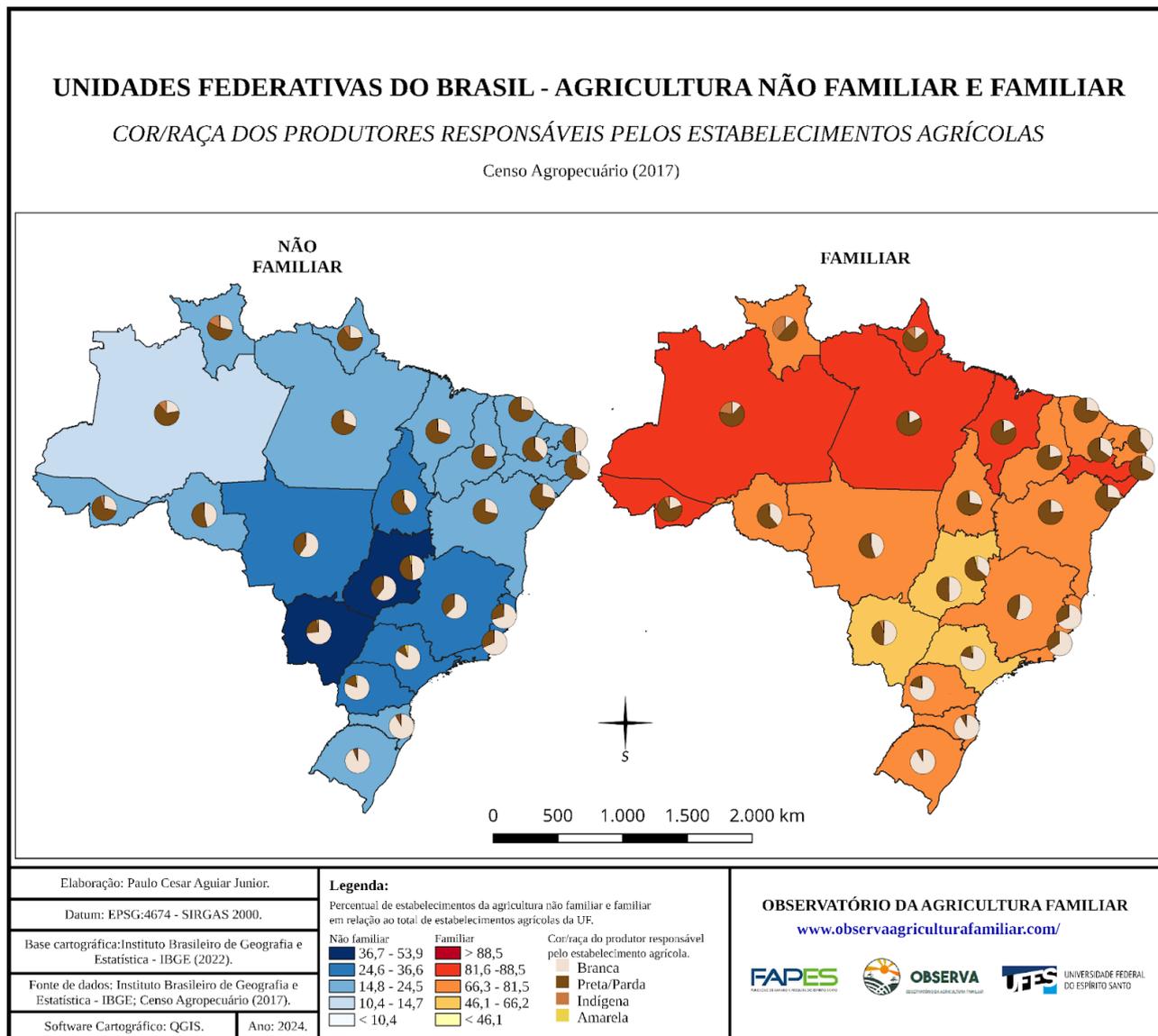
Sudeste tem segue com 5.199 pessoas, correspondendo a 23,98%. Na região Norte, são 3.139 pessoas, representando 14,47% do total, e no na região Sul, o número de pessoas amarelas é de 2.928 pessoas, o que equivale a 13,51%. Já na região Centro-Oeste, há 2.148 pessoas, correspondendo a 9,90% da população amarela na agricultura familiar.

Esses dados mostram a grande diversidade na composição racial da agricultura brasileira e como ela está distribuída desigualmente na agricultura familiar, refletindo tanto as diferenças regionais quanto às dinâmicas históricas e sociais. O predomínio de pessoas pretas/pardas na agricultura familiar do Nordeste e Norte e a alta concentração de pessoas brancas no Sul são aspectos que revelam as profundas conexões entre raça, terra e estrutura agrária no Brasil.

Mapa 51: Percentual de cor e raça dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar e não familiar por regiões do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Mapa 52: Percentual de cor e raça dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar e não familiar por estados do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Capítulo 8: Escolarização na Agricultura Familiar

A escolarização no meio rural brasileiro tem enfrentado desafios históricos, como o analfabetismo e a baixa escolaridade, devido à falta ou precariedade de infraestrutura, o fechamento de escolas rurais e a redução dos investimentos públicos de forma geral. A agricultura familiar, responsável por grande parte da produção agrícola do país, enfrenta mais barreiras educacionais do que a agricultura não familiar, que possui melhores níveis de escolaridade. A análise das diferenças de escolarização entre 2006 e 2017, por regiões, revela persistentes disparidades, destacando a necessidade de políticas regionais específicas para promover maior inclusão educacional no campo e fomentar o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Em 2006, o número de pessoas que nunca frequentaram a escola na agricultura familiar era de 1.594.030, número que caiu para 699.519 em 2017. Isso representa uma redução absoluta de 894.511 pessoas, ou seja, uma queda de 56,1% (ver [Anexo 13](#) e [Anexo 14](#)).

No que diz respeito à população escolarizada na agricultura familiar, houve um aumento significativo no período, passando de 2.772.237 pessoas em 2006 para 3.197.889 em 2017, um acréscimo de 425.652 pessoas, o que equivale a um crescimento de 15,4%.

Em 2006, a população da agricultura não familiar que nunca frequentou a escola somava 152.575 pessoas, reduzindo-se para 84.406 em 2017, uma queda de 68.169 pessoas, ou 44,7%. Por outro lado, o número de pessoas escolarizadas na agricultura não familiar aumentou de 656.794 em 2006 para 1.074.711 em 2017, um acréscimo de 417.917 pessoas, o que representa um crescimento de 63,6%.

Ambas as categorias apresentaram uma significativa redução no número de pessoas que nunca frequentaram a escola entre 2006 e 2017, sendo que a agricultura familiar registrou uma queda proporcionalmente maior do que a agricultura não familiar. No entanto, o crescimento da população escolarizada foi mais acentuado na agricultura não familiar.

No que se refere aos dados das regiões brasileiras, pode-se afirmar que:

- Na região Norte do Brasil, em 2006, havia 122.998 pessoas na agricultura familiar que nunca frequentaram a escola, número que caiu para 87.461 em 2017, uma redução de 35.537 pessoas, ou 28,9%. Já o número de escolarizados na agricultura familiar aumentou de 289.668 em 2006 para 393.114 em 2017, um crescimento absoluto de 103.446 pessoas, representando um aumento de 35,7%. Na agricultura não familiar, o número de pessoas que nunca frequentaram a escola caiu de 11.962 em 2006 para 7.459 em 2017, uma redução de 4.503 pessoas, ou 37,6%. O número de escolarizados na agricultura não familiar cresceu de 51.150 para 91.895, um acréscimo de 40.745 pessoas, o que representa um aumento de 79,6%.
- Na região Nordeste, em 2006, existiam 1.208.861 pessoas na agricultura

familiar que nunca frequentaram a escola, enquanto em 2017 esse número caiu para 482.939, uma redução de 725.922 pessoas, ou seja 60,1%. O número de escolarizados aumentou de 978.270 em 2006 para 1.355.907 em 2017, um crescimento absoluto de 377.637 pessoas, o que representa um aumento de 38,6%. Já na agricultura não familiar, o número de pessoas que nunca frequentaram a escola diminuiu de 104.257 em 2006 para 60.193 em 2017, uma queda de 44.064 pessoas, ou 42,3%. O número de pessoas escolarizadas aumentou de 162.672 para 420.837, um acréscimo de 258.165 pessoas, o que representa um crescimento expressivo de 158,7%.

- Na região Sudeste, em 2006, 147.065 pessoas da agricultura familiar nunca haviam frequentado a escola, número que diminuiu para 73.586 em 2017, uma redução de 73.479 pessoas, ou seja 49,9%. O número de escolarizados na agricultura familiar aumentou de 552.690 em 2006 para 615.359 em 2017, um crescimento absoluto de 62.669 pessoas, o que representa um aumento de 11,3%. Na agricultura não familiar, o número de pessoas que nunca frequentaram a escola na agricultura não familiar caiu de 20.070 em 2006 para 9.421 em 2017, uma redução de 10.649 pessoas, ou 53,1%. O número de escolarizados aumentou de 202.272 em 2006 para 264.323 em 2017, um acréscimo de 62.051 pessoas, o que representa um aumento de 30,7%.
- Na região Sul, em 2006, 76.915 pessoas na agricultura familiar nunca haviam frequentado a escola, número que foi para 30.076 em 2017, uma redução de 46.839 pessoas, ou 60,9%. O número de escolarizados na agricultura familiar,

entretanto, diminuiu de 772.778 em 2006 para 635.691 em 2017, uma redução de 137.087 pessoas, ou 17,8%. Já na agricultura não familiar, o número de pessoas que nunca frequentaram a escola caiu de 8.314 em 2006 para 3.326 em 2017, uma redução de 4.988 pessoas, ou 60%. Por outro lado, o número de escolarizados na agricultura não familiar cresceu de 148.196 para 179.746, um acréscimo de 31.550 pessoas, representando um aumento de 21,3%.

- Na região Centro-Oeste, em 2006, 38.191 pessoas na agricultura familiar nunca haviam frequentado a escola, enquanto em 2017 esse número caiu para 25.457, uma redução de 12.734 pessoas, ou 33,4%. O número de escolarizados aumentou de 178.831 em 2006 para 197.818 em 2017, um crescimento absoluto de 18.987 pessoas, ou 10,6%. Na agricultura não familiar, o número de pessoas que nunca frequentaram a escola caiu de 7.972 em 2006 para 4.007 em 2017, uma redução de 3.965 pessoas, ou 49,7%. O número de escolarizados na agricultura não familiar aumentou de 92.504 para 117.910, um acréscimo de 25.406 pessoas, ou 27,5%.

Já a análise dos dados sobre escolarização na agricultura familiar e não familiar nos estados brasileiros entre 2006 e 2017 revela avanços significativos em alguns estados, enquanto outros mostraram estagnação ou crescimento modesto. Estados como Bahia, Ceará, Pernambuco e Minas Gerais apresentaram os maiores avanços na escolarização, tanto em termos absolutos quanto percentuais. A Bahia, por exemplo, registrou um aumento de 49,67% na agricultura familiar e de 147,49% na agricultura não familiar, enquanto o Ceará teve um crescimento de 46,26% na agricultura

familiar e de 262,55% na agricultura não familiar. Esses resultados indicam uma expansão significativa do acesso à educação, especialmente na agricultura familiar.

Em contrapartida, estados como Distrito Federal, Amapá e Roraima apresentaram números absolutos mais modestos, apesar de aumentos percentuais em alguns casos. No Distrito Federal, por exemplo, o crescimento na agricultura familiar foi de 67,53%, mas em números absolutos, o total de pessoas escolarizadas permaneceu baixo. De maneira geral, os resultados indicam que, embora a escolarização tenha avançado em grande parte do país, há desigualdades regionais, com estados do Norte e Centro-Oeste apresentando menor crescimento absoluto, enquanto os estados do Nordeste e Sudeste obtiveram os melhores resultados.

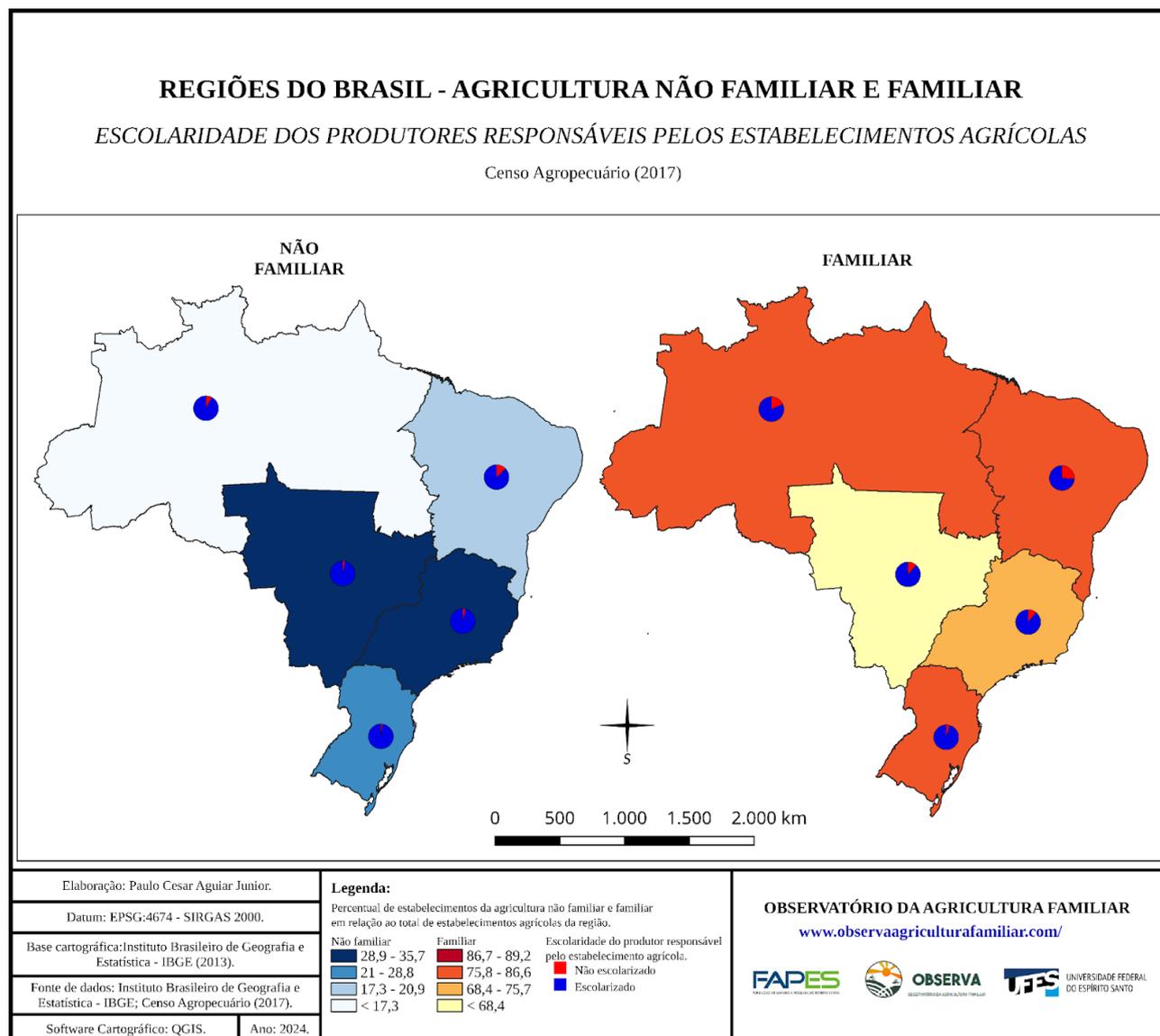
Esses dados sugerem a necessidade de políticas públicas mais focadas nas regiões com menor crescimento absoluto para promover maior equidade no acesso à educação entre trabalhadores da agricultura familiar e da agricultura não familiar.

Entre 2006 e 2017, tanto na agricultura familiar quanto na agricultura não familiar, houve uma significativa redução no número de pessoas que nunca frequentaram a escola em todas as regiões do Brasil. Na agricultura familiar, essa redução foi mais acentuada, especialmente na região Nordeste, onde o número caiu mais de 60%. No entanto, o crescimento do número de pessoas escolarizadas foi mais expressivo na agricultura não familiar, especialmente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste.

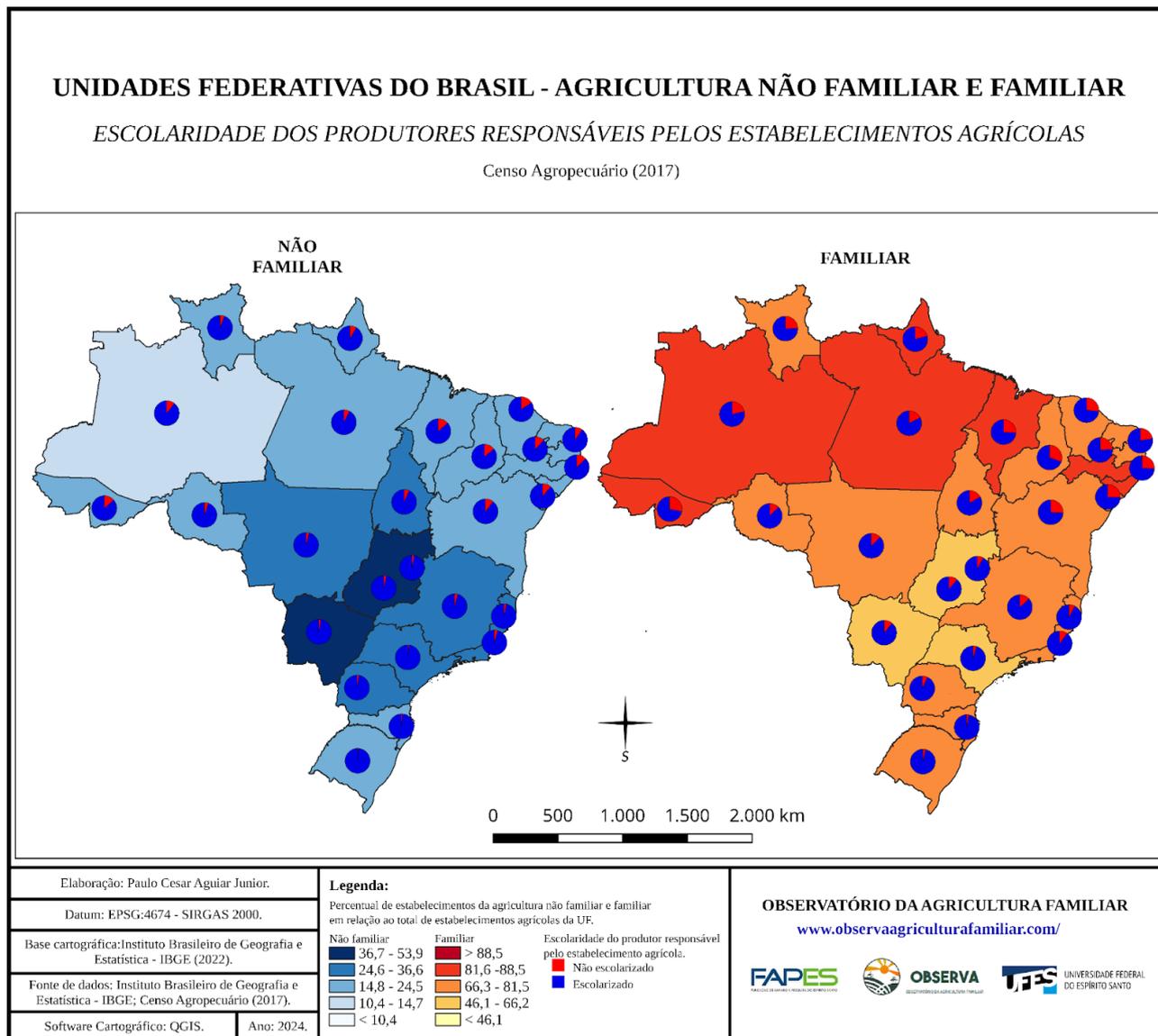
É notável o avanço da escolarização no rural brasileiro, porém, é fundamental continuar promovendo políticas públicas voltadas para a inclusão educacional nas áreas rurais, com atenção especial às especificidades regionais. A região Sul, por

exemplo, apresentou uma queda no número de escolarizados na agricultura familiar, o que pode indicar desafios adicionais, como a migração rural e a mudança no perfil socioeconômico. O investimento contínuo em educação pode contribuir para um desenvolvimento rural mais equitativo e sustentável no Brasil.

Mapa 53: Percentual de escolarizados e não escolarizados produtores responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar e não familiar por regiões do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Mapa 54: Percentual de escolarizados e não escolarizados dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas da agricultura familiar e não familiar por estados do Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário IBGE, 2006-2017.



Considerações Finais

O volume 3 dos Cadernos Observa tem o Brasil como foco a agricultura familiar no Brasil e o seu perfil sócio econômico, seja por regiões ou por estados. Vale destacar que esta coleção de cadernos do Observatório da Agricultura Familiar tem como objetivo promover acesso aos dados da agricultura familiar, principalmente para o público de não especialistas, aprimorando o conhecimento e a capacidade de análise desses atores sobre a realidade da agricultura familiar brasileira.

Entre 2006 e 2017, a agricultura brasileira passou por profundas transformações, com impactos significativos na agricultura familiar e não familiar. Nesse período, a agricultura familiar registrou uma diminuição no número de pessoas ocupadas, especialmente nas regiões Nordeste e Sul. Fatores como a urbanização, a mecanização e a concentração fundiária contribuíram para essa queda, reforçando o êxodo rural e a migração para áreas urbanas (por razões diversas, mas o empobrecimento rural e a intensificação da precarização do trabalho e do acesso a serviços públicos vivenciadas pela agricultura familiar são motivações vivas no rural brasileiro). Em contraste, a agricultura não familiar se expandiu, particularmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, com um aumento das grandes propriedades voltadas à produção de commodities. Esse crescimento reflete uma reconfiguração fundiária que ameaça a agricultura familiar e destaca a concentração de terras como um problema persistente no Brasil.

A condição legal das terras reforça essa vulnerabilidade da agricultura familiar. O aumento do número de agricultores não familiares proprietários nas regiões Sudeste e

Centro-Oeste reflete um processo de concentração fundiária desfavorável à agricultura familiar, que luta contra as dificuldades de acesso à terra e ao crédito. A falta de políticas de apoio à agricultura familiar impede o desenvolvimento sustentável e a inclusão social dessas comunidades, exacerbando a exclusão social e econômica.

A análise do perfil etário dos principais responsáveis pela propriedade revela um envelhecimento expressivo destes no mundo rural, com crescimento na faixa etária de “55 anos ou mais”, tanto na agricultura familiar quanto na não familiar. A agricultura familiar enfrenta desafios adicionais, a quase ausência de jovens como principais responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários, evidenciada pela diminuição acentuada da faixa etária “menos de 25 anos”. Essa dinâmica intensifica a vulnerabilidade da agricultura familiar para médio e longo prazo.

A redução do trabalho infantil na agricultura é um avanço relevante nesse período, com uma queda de 51,5% na agricultura familiar e 8,5% na agricultura não familiar. Essa diminuição, impulsionada por políticas públicas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), os Conselhos Tutelares e o Bolsa Família, assim como o aumento da renda e a melhoria da infra estrutura pública (escolas, assistência social, equipamentos de saúde pública, geração de trabalho e renda, etc), evidencia o impacto positivo de ações de proteção à infância. No entanto, o trabalho infantil persiste em áreas vulneráveis, especialmente na agricultura familiar no Norte e no Nordeste, indicando que essas políticas precisam ser fortalecidas e complementadas com investimentos em educação e infraestrutura.

Outro ponto crítico é a participação das mulheres na agricultura familiar. Entre 2006 e 2017, houve um aumento no número de mulheres responsáveis por estabelecimentos agropecuários, especialmente na agricultura familiar, onde a participação feminina cresceu de 13,8% para 19,8%. Essa mudança representa avanços nas relações de gênero no campo, mas as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas, como o acesso limitado a crédito e recursos financeiros, que restringem seu potencial econômico e social.

O contexto de desigualdade racial também se destaca. A população preta e parda representa uma parcela significativa na agricultura familiar, especialmente no Norte e no Nordeste. A concentração de terras em mãos de produtores brancos nas regiões Sul e Sudeste reflete as estruturas de desigualdade racial que persistem no campo, limitando o acesso dos pretos e pardos à terra nestas regiões.

A análise educacional revela avanços importantes, como a redução de 56,1% no número de pessoas que nunca frequentaram a escola na agricultura familiar. Contudo, a disparidade educacional entre a agricultura familiar e a não familiar ainda persiste, dificultando a adaptação tecnológica e o desenvolvimento sustentável dos pequenos produtores.

Diante desse cenário, torna-se urgente a implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Medidas como regularização fundiária, ampliação do acesso ao crédito rural e fundiário, reforma agrária e investimentos em tecnologia, mecanização e infraestrutura rural são essenciais para garantir o reconhecimento e valorização que a agricultura familiar representa para o

desenvolvimento brasileiro. Incentivos para atrair jovens para o campo, a criação de programas de capacitação técnica e apoio à participação das mulheres no setor são passos necessários para promover uma sucessão familiar sustentável e maior equidade de gênero e racial.

Essas considerações revelam a importância da agricultura familiar para a sustentabilidade social, econômica e ambiental do Brasil. Sem uma intervenção política eficaz, o país corre o risco de ver uma agricultura familiar cada vez mais enfraquecida, com impactos diretos na segurança alimentar e na preservação dos modos de vida rurais. A renovação geracional e a redistribuição equitativa de recursos públicos e privados são fundamentais para impulsionar a agricultura familiar para desempenhar com excelência seu papel estratégico para o país, que é a produção de alimentos e a soberania alimentar. Em suma, o futuro da agricultura familiar no Brasil depende não apenas de políticas econômicas, mas também de políticas que promovam a inclusão social e educacional de suas populações, assegurando um desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

Anexos

Nos links a seguir, é possível acessar a base de dados utilizada neste Caderno, bem como outros conjuntos de informações disponibilizados pela equipe do Observatório da Agricultura Familiar. A fonte principal dos dados utilizados para a organização das tabelas presentes neste caderno é o Censo Agropecuário do IBGE.

[Anexo 01 - Pessoal ocupado na agricultura familiar e não familiar por região do Brasil, período 2006 e 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 02 - Pessoal ocupado na agricultura familiar e não familiar por estados do Brasil, período 2006 e 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 03 - Sexo dos produtores na agricultura familiar e não familiar por região do Brasil, 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 04 - Sexo dos produtores na agricultura familiar e não familiar por estados do Brasil, período 2006 e 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 05 - Condição do produtor em relação as terras na agricultura familiar e na agricultura não familiar por região do Brasil, período de 2006 e 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 06 - Condição do produtor em relação as terras na agricultura familiar e na agricultura não familiar por estado do Brasil, período de 2006 e 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 07 - Pessoal ocupado com relações de parentesco \(sexo\) na agricultura familiar e não familiar por regiões do Brasil, período 2006 e 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 08 - Pessoal ocupado com relações de parentesco \(sexo\) na agricultura familiar e agricultura não familiar por estados do Brasil, período 2006 e 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 09 - Faixa de idade do pessoal ocupado \(até 14 anos\) na agricultura familiar e agricultura não familiar por regiões do Brasil, período de 2006 e 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 10 - Faixa de idade do pessoal ocupado \(até 14 anos\) na agricultura familiar e agricultura não familiar por estados do Brasil, período de 2006 e 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 11 - Cor e raça na agricultura familiar e agricultura não familiar por regiões do Brasil, período 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 12 - Cor e raça na agricultura familiar e agricultura não familiar por estados do Brasil, período 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 13 - Escolaridade da agricultura familiar e agricultura não familiar por regiões do Brasil, período 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 14 - Escolaridade da agricultura familiar e agricultura não familiar por estados do Brasil, período 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 15 - Classe de idade na agricultura familiar e agricultura não familiar por regiões do Brasil, período 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 16 - Classe de idade na agricultura familiar e agricultura não familiar por estados do Brasil, período 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

[Anexo 17 - Sexo do dirigente e sexo do cônjuge em caso de casal na agricultura familiar e agricultura não familiar por estados do Brasil. 2017. IBGE. Censo Agropecuário.](#)

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: jul. 2018.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva, 1974.

DELGROSSI, Mauro Eduardo. Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando a inclusão de variável no banco de dados do Censo. Disponível para ampla consulta. Brasília, 2019. Disponível em: <[https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20\(IBGE\)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf](https://sidra.ibge.gov.br/Content/Documentos/CA/Metodologia%20Agricultura%20familiar%20(IBGE)%20DelGrossi%20final%205jun2019.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FAO. Food And Agriculture Organization of the United Nations. World Programme for the Census of Agriculture 2020. Disponível em: <<http://www.fao.org/world-census-agriculture/wcarounds/wca2020/en/>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: População e Distribuição da população pelas Grandes Regiões e Unidades da Federação nos Censos Demográficos. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1286>>. Acesso em: 10 março de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário (2006): Brasil, grandes regiões e unidades da federação - segunda apuração. Rio de Janeiro: 2012. 758p. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61914.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 20 março 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Resultados Preliminares. Rio de Janeiro, 2018. 108p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73093>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

IJSN. INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. IJSN NO CENSO 2022. Um Panorama do Espírito Santo e o Contexto Nacional. Vitória. 2022. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/resenhas_pdf/IJSN_2023-Res>

[enha_Estrutural_Um%20Panorama%20do%20ES%20e%20o%20contexto%20nacional_EDIT.pdf](#)>. Acesso em 21 de jun. 2024.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. 2000.

LAMARCHE, H. Agricultura familiar: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

WANDERLEY, M de N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (org.). Para pensar: outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, p. 31.



Apoio e Fomento



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
*Secretaria da Ciência, Tecnologia,
Inovação e Educação Profissional*



© dos autores
1ª edição - 2024
Vitória – ES/Brasil